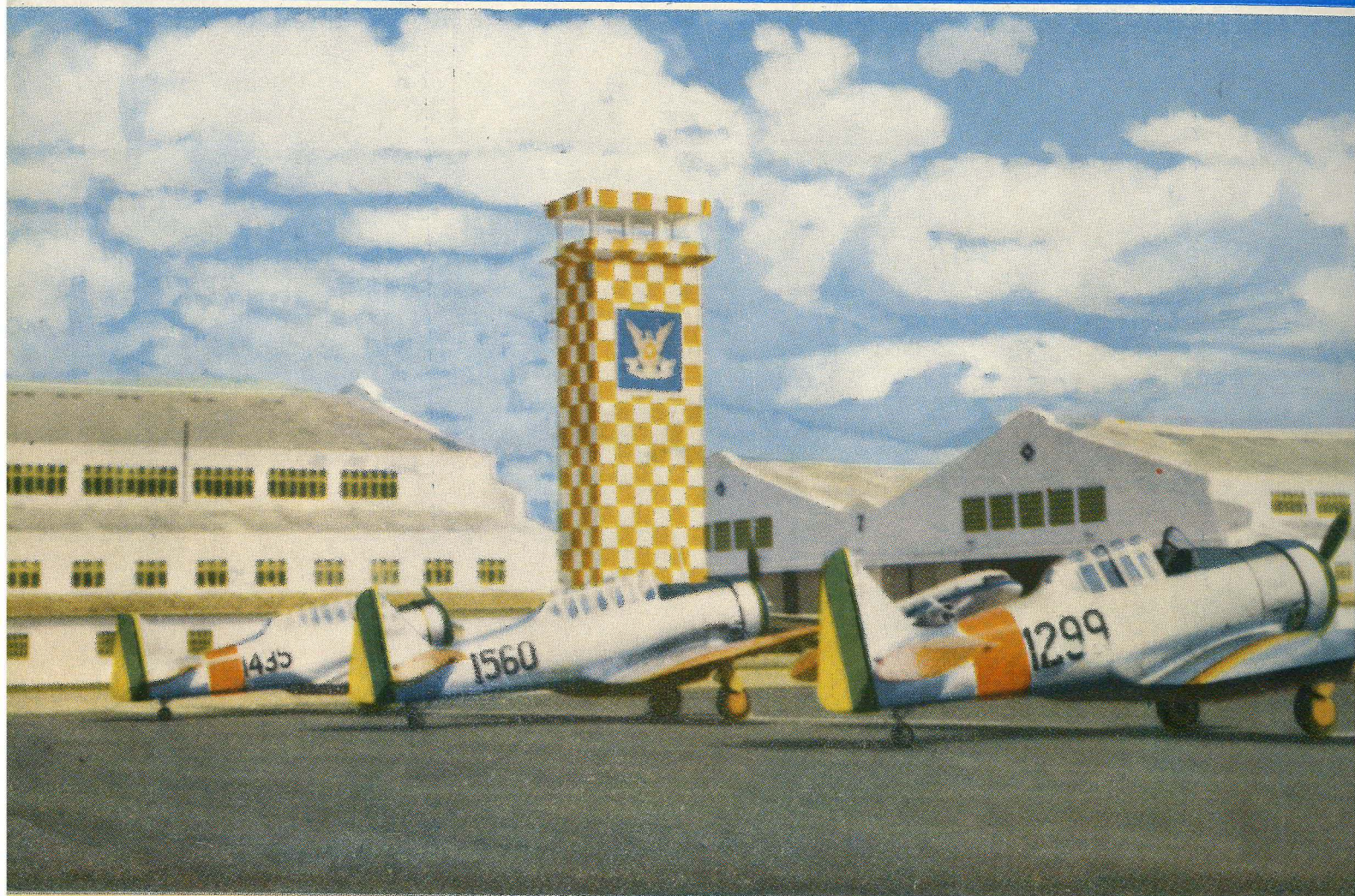
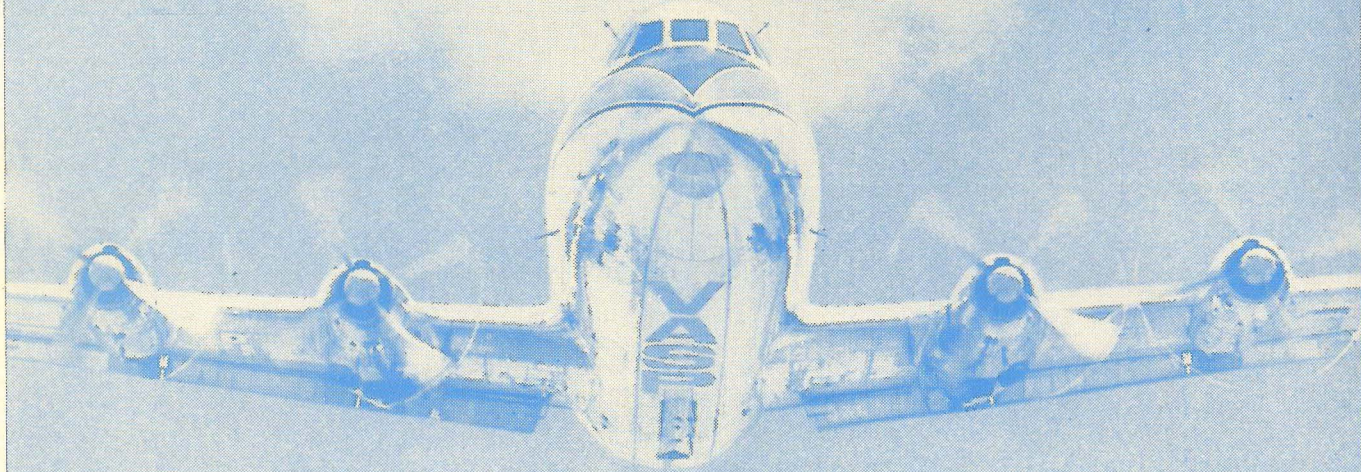


REVISTA DE *AERONÁUTICA*



JANEIRO - FEVEREIRO DE 1965



VISCOUNT I (E ÚNICO)

PARA PENSAR EM TERMOS DE TRANSPORTE AÉREO, A VASP SENTA-SE NA POLTRONA DO PASSEIRO. POR ESTE PRISMA, O PONTO BÁSICO É: VIAJAR BEM, DE E PARA TODO O BRASIL. PEGAR UM AVIÃO, CERCAR SEU NOME COM LETRAS OU NÚMEROS, E OFERECÊ-LO APENAS ALGUMAS VÊZES POR SEMANA, PARA APENAS ALGUNS LUGARES, NÃO RESOLVE ESSA QUESTÃO. O VISCOUNT RESOLVE. ELE CONHECE AVIÃO TURBOÉLICE. É POR ISSO QUE MAM-SE APENAS VISCOUNT. SÃO OS MADO A CONFIAR E QUE VOCÊ PREFERE NO MUNDO INTEIRO). TÊM O SERVIÇO DETÊM O PIONEIRISMO DA ERA DO

DE
E
PARA
TODO
O
BRASIL

O BRASIL COMO NENHUM OUTRO OS NOVOS VISCOUNT DA VASP CHAMAMOS EM QUE VOCÊ ESTÁ ACOSTUMADO (HÁ MAIS DE 400 VISCOUNT VOANDO DE LUXO VASP. E SUAS TRIPULAÇÕES JATO COMERCIAL NO NOSSO PAÍS.

VIAJE BEM... (VIAJE VISCOUNT) VIAJE

VASP

A MAIOR FROTA A TURBOÉLICE DA AMÉRICA LATINA... SERVINDO VOCÊ NO BRASIL!

REVISTA DE AERONÁUTICA

ANO 7 - N.º 30 - JANEIRO - FEVEREIRO

1965

Publicação bimestral, editada pelo
CLUBE DE AERONÁUTICA

Redação e Administração: Av. Graça Aranha, 174
s/1116 - Telefone 52-3910
Rio de Janeiro — Brasil

DIREÇÃO

Diretor:

Maj Brig R/R RAPHAEL LEOCÁDIO DOS SANTOS

Redator-Chefe:

Maj Brig R/R HENRIQUE AUGUSTO DO AMARAL
PENNA

Redatores:

Maj Brig R/R IVO GASTALDONI

Maj Brig R/R Dr. WALDEMAR BASGAL

Brig do Ar R/R JOSÉ AUGUSTO DE PAIVA MEIRA

DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA — Cel Av

GERALDO LABARTHE LÈBRE — Cel Av

ALOÍSIO NÓBREGA — Maj Av

Publicidade:

Brig do Ar R/R MANOEL BORGES NEVES FILHO

Secretário:

CARLOS CÂNDIDO DE PAIVA — Cap Av R/R

Tesoureiro:

ÉZIO DE LUNA FREIRE — 1.º Ten I Aer

Revisora:

GLASSY MATTOS DE CARVALHO

Encarregado da Impressão e Ilustração:

JOAQUIM DIAS CORRÊA

Impressor:

CARLOS SERPA

SUMÁRIO

	Páginas
Nôvo Ministro — (Reportagem)	2
Marechal-do-Ar Eduardo Gomes — Maj Brig R/R Henrique Augusto do Amaral Penna	4
História das Fôrças Armadas do Brasil Império — Edgard Monteiro Machado - Ten Cel Av	8
Nôvo Comandante da ESG — (Reportagem)	11
O Pai da Real Fôrça Aérea — Geraldo Labar- the Lèbre - Cel Av	13
Hospital Atomédico — Dr. Wilson de Oliveira Freitas - Cel Med Aer	16
Fatôres Sociais na Percepção e na Memória — Protásio Lopes de Oliveira - Ten Cel Av	19
Turma de Aspirantes de 1934	23
Sociais	27
A FAB em São Paulo — (Reportagem foto- gráfica)	28
Nova Turma de Aspirantes da Escola de Aero- náutica — (Reportagem)	31
Aeromodelismo - Radiocontrole — Haroldo Sauer Guimarães - Maj Int Aer	34
Notícias da Aeronáutica	38
A Democracia como uma Filosofia de Vida, um Estado de Espírito e um Regime Político — Hélio Livi Ilha - Ten Cel Av	40

ANUNCIAM NESTE NÚMERO

VASP	1.ª contracapa
SADIA	2.ª contracapa
VARIG	última capa
Cia ATLANTIC de Petróleo	22
Cia de Cigarros SOUZA CRUZ	36
MYRTHA S/A	37

NOSSA CAPA

A foto estampada na nossa capa foi colhida no pátio de manobras da nova Escola de Aeronáutica em Piraçununga, vendo-se alinhados os aviões de treinamento dos cadetes e ao fundo a torre de controle com sua pintura característica.

NOTA DA REDAÇÃO: Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da Revista ou do Clube de Aeronáutica.

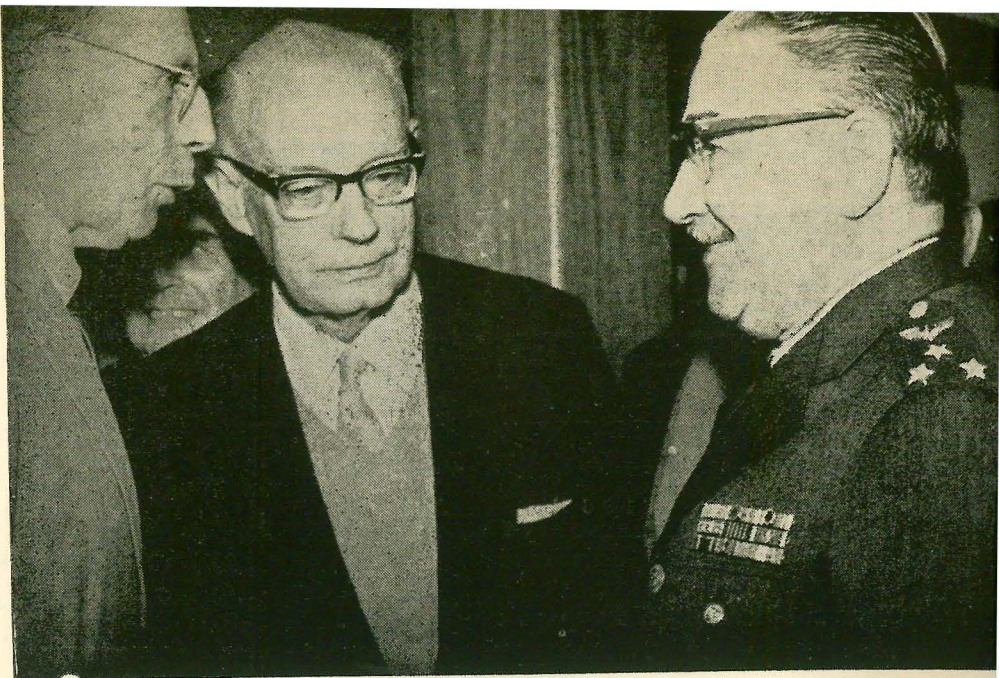
ASSINATURA ANUAL (seis números) : Cr\$ 1.500,00 — **NÚMERO AVULSO** : 300,00

Como resultante dos acontecimentos que antecederam a decisão do Presidente da República, a respeito do problema da Aviação Embarcada, o Major-Brigadeiro MÁRCIO DE SOUZA E MELLO apresentou o seu pedido irrevogável de exoneração da Pasta da Aeronáutica.

Coube ao Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES assumir o espinhoso cargo nesta hora difícil e verdadeiramente angustiante, tanto para nós militares como para o nosso povo, desejoso de encontrar o ambiente propício ao trabalho construtivo.

Felizmente pôde o Comandante Supremo das Forças Armadas contar com a figura exponencial do Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES para assumir o cargo de Ministro da Aeronáutica.

No Salão Nobre do Ministério da Aeronáutica, o Major-Brigadeiro Márcio de Souza e Mello transmitiu as funções de Ministro ao novo titular. Na ocasião, o ex-ministro pronunciou o seguinte discurso: "Encerramos as palavras pronunciadas ao assumir as funções de Ministro da Aeronáutica com uma afirmação, profundamente verdadeira, do padre Antônio Vieira. Amparamo-nos, uma vez mais, em apóstrofe do grande tribuno sacro, válida hoje como o foi em 1650, sob as arcadas solenes da Capela Real de Lisboa: "Sabei cristãos, sabei príncipes, sabei ministros, que se vos há de pedir estreita conta do que fizestes; mas muito mais estreita do que deixastes de fazer." Confessamo-nos, agora, de consciência tranqüila, cer-



NÔVO MINISTRO

tos de não nos poderem ser exigidas contas por inação. A capacidade de trabalho dos componentes da Aeronáutica, o apoio unísono que nos estimulou, o desejo coletivo de assegurar à Força Aérea Brasileira a execução plena de sua insofismável missão constitucional, permitiu fôsse a nossa tarefa do dia a dia, tal como o desejávamos, empreendida não como "obra de um grupo, mas incumbência intransferível de todos, pelo trabalho, pela solidariedade, pela fraterna conjugação de ação e de pensamento dos que, verdadeiramente, amam ao Brasil e servem à Aeronáutica." Queremos, entretanto, assinalar, que julgamos deixar, como crédito ao Estado-Maior da Aeronáutica pessoal, a reestruturação do Ministério, problema já submetido ao Estado-Maior da Aeronáutica.

Vale o ensejo, Senhores, ao proclamar o mais sincero agradecimento e ao endereçar os justos louvores a todos quantos, em todos os setores, empenharam esforço e dedicação na perfeita execução das respectivas atividades, destacar a colaboração permanente, leal e objetiva do eminente Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Excelentíssimo Senhor Major-Brigadeiro Gabriel Grün Moss. Deu-nos Sua Excelência uma cooperação inestimável, sem solução de continuidade, franca e construtiva, confirmando, mais uma vez, a posse integral de excepcionais dotes de patriotismo, cultura e inteligência que marcam sua figura singular de chefe militar de reputação ilibada e de lídimo expoente moral da gente brasileira.

Excelentíssimo Senhor Marechal Eduardo Gomes:

Desde que, de há muito e muito bem nos conhece, sabe não serem protocolares as expressões de aprêço, respeito e admiração dirigidas a Vossa Excelência, representando a exteriorização do que, arraigadamente, pensamos e, estamos convictos, pensa sem discrepância a Força Aérea Brasileira e, com ela, toda a Nação que reconhece em Vossa Excelência uma exemplar reserva moral e um insigne varão de Plutarco.

Cabe-nos o raro privilégio de vermos os destinos do Minis-





tério da Aeronáutica passarem das nossas para as mãos dignas de Vossa Excelência, o que constitui a certeza absoluta de que veremos preservadas as concepções básicas que condicionam para a Força Aérea Brasileira o mínimo indispensável de possibilidades em cumprir sua missão vital ao desenvolvimento e segurança do Brasil.

A formação religiosa de Vossa Excelência corrobora o conceito oportuno de Rui Barbosa de que "a velhice nos homens de tempera não quebra a fé, que é a maior das nossas forças."

Permita Vossa Excelência, ao desejar-lhe, do fundo do coração, êxito e brilho nas funções que volta a exercer, invocar a proteção de Deus, para que abençoe o novo serviço à Pátria que Vossa Excelência, abnegadamente, se dispõe a prestar.

Marechal Eduardo Gomes:

Transmitindo-lhe as funções de Ministro, entrego-lhe o passado, o presente e o futuro da Aeronáutica."

— Em seguida, o Marechal Eduardo Gomes pronunciou as seguintes palavras: "Começo por agradecer a Vossa Excelência, Sr. Ministro, as referências pessoais com que me distinguiu no discurso de transmissão do cargo. Mais terei de agradecer-lhe, ao rememorar a colaboração leal e amistosa que, em várias fases da carreira, dispensou ao camarada mais an-

tigo no serviço da Aviação, auxiliando-o com proficiência, a desempenhar missões e encargos de importância vital para a nossa classe. Em todas essas ocasiões, Vossa Excelência revelou sempre as altas qualidades que o exornam como soldado e cidadão e que, por isso mesmo, se impõem ao aprêço dos comandados e ao reconhecimento do País.

Convocado pelo Presidente da República para servir de novo ao Governo e à Nação, entendi não me assistir, como não assiste a nenhum brasileiro, o direito de recusar-se a cooperar com os poderes públicos nas presentes circunstâncias. A Nação sofreu demais com os crimes, os erros, as dilapidações do passado e deposita a derradeira esperança no civismo e na clarividência dos que foram chamados a dirigi-la. O Governo, nascido da revolução democrática, da confiança popular, da aspiração geral de ordem, segurança, moralidade e progresso, empenha-se na tarefa de reintegrar as instituições políticas e administrativas nas verdadeiras funções que lhes destinam os regimes de opinião consciente e livre. Todos devemos apoio e solidariedade ao eminente Chefe de Estado, o Marechal Castelo Branco, não só por sua lúcida compreensão dos problemas brasileiros e das soluções mais recomendáveis, como também

pela gratidão, a que fez jus nos acontecimentos de março.

Não ignoro nem subestimo as responsabilidades que passarão a caber-me à frente da gloriosa corporação à qual dediquei quase toda a minha existência. Mas acredito que as forças armadas, unidas secularmente pela afeição e pela confiança, manter-se-ão fiéis aos seus vínculos históricos e à sua finalidade constitucional. A maior de nossas leis sacramentou aqueles laços, dando ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica a prerrogativa comum de instituições permanentes, tanto quanto consagrou as funções de cada uma no complexo orgânico da defesa nacional. Em nossa harmonia, em nossa fé, em nosso compromisso repousam a independência, a integridade, a honra da Pátria. E é precisamente a posição de cada uma das três armas que nos incumbe zelar, cônscios de que o caminho da própria honra é necessariamente o culto das virtudes militares. Onde estas virtudes se afirmam com todo o vigor, no respeito à lei, no acatamento da hierarquia, na manutenção da disciplina, a nossa dignidade se estará fortalecendo com elas e por meio delas, na definição de rumos que a razão e a sabedoria indicam às opções de nossa consciência.

Saúdo, com velha amizade, todos os que compõem os quadros da Aeronáutica e dos quais espero a mesma pronta colaboração a que me habituaram nos postos da ativa. Os trabalhos que havemos de empreender, já os julgamos compensados com a certeza de servir a um Governo íntegro, honesto, voltado unicamente para os interesses do Brasil e do seu futuro. Assim o queira Deus!"

Foi o Marechal Eduardo Gomes bastante cumprimentado pela multidão que invadiu o Salão Nobre do Ministério da Aeronáutica. Ali estavam autoridades militares e civis, incluindo-se quase duas dezenas de oficiais-generais do Exército, deputados, senadores,

(Conclui na pág. 7)

MARECHAL - DO - AR EDUARDO GOMES

Maj Brig R/R HENRIQUE AUGUSTO DO AMARAL PENNA

Ao referirmo-nos à figura exponencial do eminente Ministro da Aeronáutica — Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES — que vem de assumir, mais uma vez, a direção suprema dos destinos da nossa Aeronáutica, é-nos grato fazê-lo dando a palavra aos mais categorizados e imparciais — ilustres representantes do nosso Poder Legislativo — que, com o brilho de suas inteligências, a êle prestaram expressiva homenagem, em discursos proferidos no Congresso Nacional, quando do transcurso da SEMANA DA ASA, em outubro de 1964 (Diário do Congresso Nacional número 194, de 23 de outubro de 1964). Esses destacados oradores melhor interpretaram o nosso pensar, pelo que, a êles, apresentamos os nossos especiais agradecimentos.

— Trechos do discurso do Sr. Senador RUI PALMEIRA:

“Poderíamos concluir, senhor Presidente, mas não estaria por inteiro cumprido o nosso propósito se não simbolizássemos em alguém o aviador brasileiro. Em Alguém que no meio de tantas eminentes figuras da nossa Aeronáutica se oculta, discreto, modesto, melhor diria, humilde como se fôsse hoje um iniciado na sua profissão, já sendo grande aos olhos do Brasil. Falo do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Ninguém que o exceda como expressão de soldado, de cidadão, de patriota. Ninguém mais integrado na sua profissão. Mais identificado com os seus camaradas. Mais da Aeronáutica, ninguém mais soldado nem cidadão. Ninguém que mais reúna as virtudes de um e de outro. Devotado à aviação, a ela deu tudo. E quando subindo nos postos chegou ao cimo, não era um fatigado das lutas e das glórias. Aí é que procurou criar, movimentar, agir. O CORREIO

AÉREO NACIONAL de que teve a iniciativa foi uma forma de dar à Aeronáutica a amplitude que era reclamada. E através dêle aviões ganharam o mundo, levando aos extremos do País, às fronteiras, à selva, às escondidas cidades do interior, a mensagem de civilização. Quantas vezes convocado para o sacrifício, quantas atendeu. Seu idealismo o fêz herói. Um herói sem ambição. Herói nos instantes dramáticos, em que companheiros com êle caminharam, inexoravelmente, para a morte. É difícil sobreviver à glória. Êle o conseguiu. E continuou soldado. E se fêz aviador.

Uma difícil conjuntura o levou à política. Saiu para uma pregação cívica, que é um marco na história da democracia brasileira. Mas, cumprida a missão, voltou para o meio dos seus camaradas. Quantas vezes as circunstâncias lhe colocaram nas mãos a decisão dos destinos da Nação. Um gesto de ambição e quanta coisa poderia acontecer neste País!”.

“Em tôdas essas oportunidades, só fêz o que lhe sugeriu o patriotismo. De tal forma se comportava, sempre, que nos instantes graves todos se voltavam para êle. Tornou-se um exemplo de soldado-cidadão.

Nêle tem, a Aeronáutica, uma extraordinária figura de líder. Do líder que venceu sem dominar. Do líder desinteressado, do líder natural. Levado pelo tempo para a Reserva, êle é, incontestavelmente, uma das mais admiráveis figuras da paisagem humana brasileira. Afastado das atividades profissionais, alheado das lutas políticas, parecendo um cético, ninguém o excede na fé no Brasil.”

“E ainda agora, até mesmo aqueles que dêle divergiam, olham-no como uma das mais altas expressões da vida públi-

ca brasileira. Sempre o olharão. Porque, quanto mais o tempo o afasta dos acontecimentos de que participou, mais crescerá a sua figura de soldado e cidadão.”

Nêle saúdo a Aeronáutica brasileira, como símbolo dos seus sacrifícios e das suas glórias, que são glórias do Brasil.”

— Aparte do Sr. Senador GOUVÊA VIEIRA:

“Sr. Senador, é com o máximo prazer que estou acompanhando a exposição que faz V. Exa. sobre o que o Brasil deve à aviação nacional, e com grande emoção as suas palavras com referência ao Brigadeiro Eduardo Gomes. Quero salientar — naturalmente porque V. Exa. omitiu êste particular — os serviços prestados ao Brasil pelo Brigadeiro, por ocasião da revolução comunista de 1935. Além dos serviços prestados na ativa, apesar de se encontrar atualmente afastado das atividades militares, tem o ilustre Brigadeiro Eduardo Gomes a sua atenção constantemente voltada para êste setor que considera da maior importância, acompanhando, passo a passo, tudo que se passa no Ministério da Aeronáutica.”

— Aparte do Sr. Senador RUY CARNEIRO:

“Quando V. Exa. rende homenagem à Semana da Asa, proferindo bela oração, quero com V. Exa. solidarizar-me, lembrando que a figura do Brigadeiro Eduardo Gomes, que V. Exa. exalta, para mim levou à região nordestina e do norte do País, com a criação do Correio Aéreo Militar, um novo alento. O grande e extraordinário criador do Correio Aéreo iniciou êsse trabalho através dos aviões da FAB — pois não havia, como hoje há, aviação comercial — os quais transportavam correspondência e medicamentos aos recantos mais distantes da

nossa Pátria e implantaram, enfim, uma civilização no interior do Brasil.”

— *Aparte do Sr. Senador MEM DE SA:*

“Eminente Senador Ruy Palmeira. Melhor seria que o discurso que V. Exa. está pronunciando não recebesse apartes, para ficar nítido, de forma eloqüente, que V. Exa. fala em nome de todo o Senado. Realmente, V. Exa., neste momento, não só exprime o pensamento geral desta Casa, como o de toda a Nação. Mas, já que outros eminentes colegas decidiram expressamente solidarizar-se com V. Exa., não me posso abster de fazer o mesmo. Sou dos que têm o maior entusiasmo, a maior admiração e aprêço pela obra da Aeronáutica Civil e Militar, do Brasil. Sinto-me, aliás, até um pouco suspeito, tal a minha vinculação afetiva com a organização militar aérea brasileira. Tudo o que V. Exa. diz a respeito da Aeronáutica, dos inestimáveis serviços que ela presta ao Brasil e aos brasileiros e, sobretudo, o que V. Exa. consigna a respeito da figura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, uma das mais altas expressões da dignidade cívica deste País, reflete a justiça de uma homenagem, que todo o Brasil espousa.”

— *Trechos do discurso do Sr. Deputado OSCAR CORRÊA:*

“Sr. Presidentte, Srs. Deputados. As comemorações da “Semana da Asa”, por louvável inspiração das autoridades aeronáuticas, possibilitaram-nos o cumprimento do dever que a nós nos incumbe, como intérpretes dos anseios e convicção do povo brasileiro: o de homenagear os bravos patrícios que valorosamente se constituíram no fator de união de todos os Brasileiros, neste imenso, uno e coeso continente brasileiro.

Esta Semana há de ser, por isso, a oportunidade inigualável para que recordemos, de início, a memória de Santos Dumont, que nos deu a glória de nos fazer “participar” da conquista

que lhe marcou o nome, e lhe cultuemos o gênio admirável que, vencendo todos os obstáculos e preconceitos que pareciam intransponíveis, representou, em verdade, a ligação do mundo disperso num mundo só, geográfico e político.

Para nós, brasileiros, significou a consolidação da unidade territorial, pelo estreitamento da unidade política, econômica e social, milagre da destinação histórica, sedimentada cada vez mais no intercâmbio dos irmãos distantes mas unidos. A aviação viria acentuar a comunidade de tradições e anseios e reavivar a comunhão de interesses, tornando-a, de inconsciente e herdada, em racional e voluntária, vencendo os embates da incompreensão e da ignorância e fortalecendo-lhe a coesão e a unidade.

Nas unidades mais inóspitas, nos recantos mais longínquos, nos caminhos mais ínvios que o homem trilha, perdido neste País infinito e ainda despovoado, em muitos pontos a única evidência que lhe surge de pertencer a uma unidade de tradições, de língua, de sentimentos e de fé, é a presença da aeronave, que lhe traz a notícia dos irmãos distantes, lhe renova a consciência brasileira e lhe engrandece o orgulho de pertencer a uma Pátria jovem e grandiosa, que enfrenta e vence os óbices à conquista do desenvolvimento e do bem-estar social.

Essa obra de união e entendimento não se fez, entretanto, nem se executou, sem que houvesse sido projetada e realizada, com sacrifício e determinação, com lucidez e previdência. Ela custou e custa o trabalho, o esforço e a dedicação de muitos, quantas vezes o sangue e a vida. Ela representa a luta permanente e áspera contra as deficiências de nossa organização, as condições do meio agreste e hostil, as incompreensões e os prejuízos, tudo o que faz desanimar os fracos, mas serve de estímulo e provocação aos resolutos.

Só alguém que se houve armado de obstinação presciente dos heróis, a quem não arrefecem o ânimo os obstáculos, antes estimulam; só alguém que houvesse pôsto a vida permanentemente a serviço da Pátria e a tivesse, em vão, oferecido, mais de uma vez, em holocausto às grandes causas; só alguém a quem os deuses houvessem poupado como para destiná-lo a nova arrancada; só alguém que se houvesse devotado exclusivamente ao zelo do interesse comum, sem medir conveniências e sem respeitar temores ou ceder a desilusões; só alguém que se houvesse vencido a si mesmo, nas fraquezas humanas, poderia ter realizado essa obra ciclópica.

Para isso, mais do que a disposição invencível, era necessário a própria vivência do perigo, a experiência do sacrifício, a sedimentação da bravura, a estratificação do denodo, transformados em atributos pessoais exercitados com a naturalidade das virtudes inatas.

Era preciso que tivéssemos Eduardo Gomes, provado na vitória e não domado na derrota, porque permanentemente intactas as virtudes das pugnas que enfrentou, sem ambições e sem temores.”

“Sr. Presidente. A esta altura, se eu tivesse abandonado a tribuna, já teria cumprido o meu dever e satisfeito a minha vaidade de homem público, porque aquilo que eu pretendia dizer já foi expresso nos apartes dos nobres colegas, numa demonstração de que a figura do Brigadeiro Eduardo Gomes não é, apenas, patrimônio de um partido, mas realidade nacional, tão clara e tão evidente que, a qualquer momento que a ela nos referirmos, haveremos de dizer, sempre, as mesmas coisas, isto é, louvar sempre as suas virtudes.”

“Dizia eu, e já agora repetindo também os apartes com que fui honrado, que, jovem ainda, lhe deu o destino, em 1922, por palco, a Praia de Copacabana, para mostrá-lo à Nação, modelo de bravura e te-

meridade, desfraldando a bandeira da liberdade e dispondo-se ao esforço supremo de morrer por ela, ainda que o preservassem os fados, como para prepará-lo para outros embates da mesma grande causa.

Renovar-se-lhe-ia o ímpeto patriótico nas pelejas de 1924 e 1930, enrijecendo-lhe a fibra liberal, experimentando-lhe a têmpera nos combates estrênuos, e demonstrando que não fôra arroubo inconseqüente a marcha de 22, antes preparação para tarefas mais duras e pugnas mais difíceis.

Os anos seguintes destinavam-se a provar não mais o bravo, que a Nação já o distinguira entre os bravos, mas o estadista, o homem público, voltado para a solução dos problemas nacionais e integrado no contexto da realidade brasileira.

Como tarefa adstrita à sua própria Aeronáutica, de que foi sempre combatente, líder e patrono, em todos os instantes caber-lhe-ia idealizar e fazer realidade o Correio Aéreo Nacional. Obra singela do Brasil como unidade sócio-política, representando o elo entre as populações perdidas e abandonadas do "hinterland" e os centros populosos e desenvolvidos do litoral. Daria aos sertanejos do Norte, como aos gaúchos do Sul, aos homens dos seringais do Amazonas ou dos pantanais do Mato Grosso, a certeza e a segurança de estarem integrados numa comunidade maior, ampla e sólida, que a todos unia e prezava como cidadãos da grande Pátria.

Mas essa grande Pátria, a quem Eduardo Gomes dava a consciência da sua extensão territorial e da unidade política, atravessava fase crítica do seu destino histórico: suspensas as franquias democráticas, coartados os direitos civis, sofríamos o regime autoritário que a moda da época fazia crer ser o figurino, sem recusa a que devêssemos amoldar. Parecia aos liberais que morrera a liberdade e aos autoritários que não

ressurgiria nunca mais. Pois o Brasil, por suas forças livres, entregar-lhe-ia, em 1945, a missão superior de fazer vitorioso à frente de suas hostes democráticas o estandarte de recuperação da liberdade, nascendo os direitos cívicos e reestimulando as energias adormecidas para as promessas da Democracia."

"Nunca houve, neste País, milagre mais admirável de ressurreição democrática, de explosão patriótica do que o daqueles dias memoráveis da Campanha da Libertação. A auréola do herói transfundiu-se na majestade do estadista, apontando à Nação o novo caminho a ser seguido para a restauração de suas tradições e o reencontro de seu futuro. Aos dezoito bravos de Copacabana sucediam as cohortes incontáveis dos que se dispunham a marcar os rumos da Pátria com o seu zelo e sacrifício.

Se as urnas não lhe deram a maioria dos sufrágios, o pleito assegurou-lhe a vitória da causa: redemocratizado o País, trazido aos sulcos profundos de sua tradição democrática, podia Eduardo Gomes retornar às atividades na sua Aeronáutica e à simplicidade da vida, que é um dos marcos da sua superioridade.

1950, com a retomada das lutas sucessórias, iria requêstrá-lo de novo para os debates políticos; por mais alhear-se deles, o País reclamou-lhe a presença como necessária à renovação das operações patrióticas. Prestou-se, ainda uma vez, ao papel de doutrinação pela palavra e pelo exemplo, que êle, tanto quanto Rui, deu ao Brasil.

Depois, entregue às tarefas da sua Aeronáutica, esquivou-se definitivamente ao convívio das disputas políticas. Não que deixasse de ser, sempre e sempre, o conselheiro, o guia, a voz de prudência ou de anátema, permanente orientação do bem comum, a que recorreremos todos os que consideramos que os interesses nacionais sobrelevam às ambições e aos desvaios.

Retirado das pugnas eleitorais, não abandonou, nunca, as preocupações com o destino do País, nem faltou, jamais, à convocação — permanente — do seu conselho prudente e lúcido, sóbrio e sábio, soldado invencido das grandes causas.

Por isso, nesta SEMANA DA ASA, o Brasil vai buscá-lo no recesso do lar, onde pressuroso e inquieto acompanha os lances da nossa crise de recuperação democrática; vai buscá-lo a Nação para homenageá-lo, com o orgulho e a ufanía com que tributa sua veneração a Barroso ou Tamandaré, Caxias ou Osório."

"Hoje, ao lado de Salgado Filho, já lembrado noutras oportunidades e que terá sido um dos Brigadeiros-civis da Aeronáutica brasileira, quisemos lembrar aquele que, antes de Salgado Filho, como realizador da unidade nacional, com o Correio Aéreo Nacional; sobretudo quisemos lembrar o estadista, o homem público que deu a esta Nação, ainda uma vez, quando pareciam perdidas tôdas as esperanças de liberdade, a confiança no seu futuro e a segurança de sua recuperação democrática.

Por isso, lembramo-nos de Eduardo Gomes e, por isso, dizíamos que, com orgulho e ufanía, a Nação lhe tributa as suas homenagens com a mesma veneração com que tributaria a Barroso ou Tamandaré, Caxias ou Osório.

Terminando, toda a Nação lhe exalta o nome e proclama, consciente da sua força, do seu destino, que lhe deve, tanto quanto aos que mais lhe serviram à glória, sua veneração e seu respeito."

— *Aparte do Sr. Deputado MEDEIROS NETTO:*

"Nobre Deputado Oscar Corrêa, a unanimidade desta Casa, sem a diversificação partidária, converge para aceitar êsse pronunciamento de V. Exa., como se fôsse um testemunho de autenticidade nacional, em face de um homem que merece o prêmio da consciência do Brasil. Posso assinalar a V. Exa. que,

malgrado pertencer ao Partido Social Democrático, reconheço na pessoa do Brigadeiro Eduardo Gomes um homem, na vida privada de compostura ilibada, na vida pública, cidadão dos mais distintos, não só pela sua cultura, pela sua sinceridade, como pela sua dignidade e pela sua honradez. Como militar é dos mais dignos que este País apresenta nas fileiras dos que comandaram de acôrdo com o destino e as aspirações nacionais. Saliento a V. Exa. que, com esta minha opinião, tive, ontem, oportunidade de submeter à consideração do Congresso Nacional, através desta Casa, proposição que dá ao Brigadeiro Eduardo Gomes o lugar que Deus e a consciência nacional lhe reservaram, de Patrono da Aeronáutica. Assim como no Exército temos o melhor paradigma na figura do Duque de Caxias, da mesma forma temos na Marinha a expressão do Almirante Tamandaré, é este homem na Aviação que merece, realmente, ser o modelo, a inspiração, a orientação para todos os que compõem, com virtude cívica e militar, a Força da Aeronáutica."

— *Aparte do Sr. Deputado BRITO VELHO:*

"Nobre colega, eu me felicito neste instante por não me ter inscrito para falar hoje sobre o mesmo assunto, porque assim mais destacado ficará este admirável discurso, que V. Exa. pronuncia e que certamente exprime o pensamento de todos os homens livres que se reúnem nesta Casa. O aparte, nobre colega, é exatamente para, exaltando-lhe as virtudes e a beleza do discurso, associar o meu pequeno partido, o Partido Libertador, na homenagem que V. Exa. presta à Aeronáutica nacional e à pessoa do eminente Brigadeiro Eduardo Gomes."

Eduardo Gomes, de fato, como muito bem acentuou V. Exa., representa algo de único na história da aviação deste País. Ele, até certo ponto, refez aqueles feitos admiráveis de Mermoz e de um Saint-Exupéry, que iniciaram, como sabe

V. Exa., o Correio Aéreo Transatlântico. No Brasil, o Correio Aéreo foi organizado exatamente por esse nosso grande patriota, e as dificuldades, sofrimentos e as lutas que aqueles dois grandes franceses tiveram que enfrentar, o nosso Eduardo Gomes, o nosso Brigadeiro, como habitualmente é ele chamado, também enfrentou.

V. Exa. como udenista, eu como libertador, desde aqueles dias admiráveis do ano, já longínquo, de 1945, ligamo-nos afetivamente, como bons democratas, como bons patriotas, a este homem invulgar. V. Exa. muito bem fez em lhe prestar esta homenagem, porque jamais no Brasil se poderá celebrar os méritos e os feitos deste homem que é o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Solidarizo-me, por conseguinte, com V. Exa. e sobretudo agradeço, como Deputado, esta página admirável que é o discurso de Vossa Excelência."

— *Aparte do Sr. Deputado ERNANI SATIRO:*

"A figura de Eduardo Gomes pode ser acompanhada desde as areias brancas de Copacabana, desde essa grande realização que foi o Correio Aéreo Nacional até o seu episódio mais alto, o grande serviço que esse extraordinário brasileiro prestou à causa da reconstitucionalização do País. Pouco importa que Eduardo Gomes não tenha sido eleito Presidente da República. Ele é hoje um marco na nossa História, pelo papel que desempenhou, permitindo com a sua autoridade e com o seu valor, e, mais do que permitindo, impondo a realização das eleições naqueles dias dramáticos de 1945."

— *Aparte do Sr. Deputado PEDRO ALEIXO:*

"As interrupções de seu discurso exprimem o sentimento de uma grande parte da Nação brasileira. Quando V. Exa. se refere ao significado do Brigadeiro Eduardo Gomes para as forças que se identificaram na campanha de 1945, quer-me parecer que, depois da luta pela

redemocratização do Brasil, todos aqueles que aparentemente foram vencidos ficaram absolutamente certos de que o Brigadeiro Eduardo Gomes valeria, pelos tempos afora, com a grandeza do ideal inatingido."

Assim, julgamos bem ter apresentado, em traços nítidos, a figura ímpar do BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, projetada por vozes autorizadas e livres de qualquer parcialidade, pôsto que, para nós — que tivemos a venturosa oportunidade de com ele conviver, sob seu direto Comando, trilhando a sua esteira radiante — o BRIGADEIRO representa a autêntica expressão do CHEFE MILITAR, que devotou toda a sua vida à Nacionalidade, como soldado e cidadão exemplares, e cuja trajetória oferece o espetáculo impressionante de uma paisagem cheia de luminosidade e que, quanto mais nos afastamos das suas origens, mais lhe sentimos a imponência e a "unidade" surpreendente das suas afirmações. É como esses aspectos imprevistos de uma cadeia-de-montanhas que, quanto mais dela nos distanciamos, mais cresce, em nós, o assombro e o encantamento misterioso das suas linhas.

O NÓVO MINISTRO

(Conclusão da pág. 3)

todos os brigadeiros da ativa, inúmeros da reserva da FAB e do Exército, magistrados, ministro de Estado, senhoras e oficiais superiores e subalternos da FAB e do Exército.

A REVISTA DE AERONÁUTICA, nesta oportunidade, com o pensamento voltado para o futuro da nossa Força Aérea e para o sucesso de todas as atividades que concorrem para o crescimento do nosso Poder Aéreo, cumprimenta o Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES, homem provado de grandes embates, figura legendária do Brasil, desejando-lhe o mais completo êxito no desempenho da relevante missão para a qual o Presidente da República vem de reclamar o seu concurso.



História das Forças Armadas do Brasil-Império

EDGARD MONTEIRO MACHADO — Ten Cel Av

O presente trabalho foi apresentado na ECEMAR como tema da instrução de exposição oral, uma das disciplinas do currículo do Curso de Estado-Maior, em que se acha matriculado o autor.

Na apresentação dêste assunto, discorreremos sobre: as fases da organização das forças; a ação de Caxias nas lutas internas; o fator de vitória nas guerras; e a influência dos militares na política.

Como disse Tocquville: "Os povos ressentem-se eternamente de sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e que os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência." (*)

Assim, no estudo dêste assunto, temos por finalidade conhecer as circunstâncias que estiveram presentes ao nascimento de nossas Forças Armadas e que as ajudaram a desenvolver-se, para verificar a influência que sobre elas exercem no presente, possibilitando-nos antever essa influência nas atuações futuras. Como um segundo objetivo procuraremos identificar aqueles fatos ocorridos, no período em causa, que tenham semelhança com problemas na-

cionais do presente, a fim de verificarmos se as soluções para eles adotadas se aplicam a êstes.

FASES DA ORGANIZAÇÃO

Ao ser declarada nossa Independência, D. Pedro I reuniu considerável força militar, com que assegurou o reconhecimento de sua autoridade por todo o Império, mantendo a integridade do mesmo. Essas forças, porém, obedeciam, basicamente, à estrutura das forças portuguesas, aqui deixadas por D. João VI, de acordo com os interesses de sua política. Somente após haver sido dada ao Brasil, em 1824, sua primeira Constituição, é que vai ser feita a 1.ª organização das forças militares do País, dentro dos interesses da política brasileira, não mais dependente de Portugal. Nesta Constituição é que vão ser assentes os fundamentos jurídicos da existência de nossas forças militares e feito o condicionamento de sua existência. Assim, no artigo 145, encontramos:

— Compete às Forças Militares sustentar a Independência e integridade do Império, defendendo-o contra seus inimigos externos e internos, o que acarreta para todos os brasileiros a obrigatoriedade de pegar em armas — e, nos artigos 147 e 148, a determinação de serem elas obedientes à autoridade legítima, isto é, ao poder executivo. Baseada nestes dispositivos constitucionais, foi feita a 1.ª organização de nossas forças, com um efetivo teórico de 30 000 homens, constituindo-se de:

Estado-Maior General

Corpo de Estado-Maior

Corpo de Engenheiros e

As Armas de Infantaria, Cavalaria e Engenharia.

Esse Estado-Maior General nada tinha a ver com o que conhecemos hoje por Estado-Maior e, sim, era o corpo de oficiais-generais. Da mesma forma, o Corpo de Estado-Maior era apenas um quadro de oficiais, que ia de 2.º Tenente a Coronel, e que se constituía dos que houvessem terminado o curso da Escola Militar com distinção. Com exceção das modificações introduzidas em 1858 e 1872, nenhuma outra de vulto vai aparecer até o fim do período Imperial, motivo pelo qual deixaremos, aqui, de as citar. Copiando as repartições criadas por Caxias, em 1851, na guerra contra Oribe e Rosas, em 1858, são acrescidos os seguintes órgãos:

Repartição Eclesiástica, com 40 capelões;

Corpo de Saúde; e,

Repartição do Ajudante General do Exército, composta de três seções:

1.ª seção — Administração Geral;

2.ª seção — Estatística MILITAR

3.ª seção — Informações Gerais.

Esta última Repartição é a "celula mater" do atual Estado-Maior. Em 1872, também baseada na ênfase que Caxias dera à Logística, durante a Guerra do Paraguai, é criada a Intendência de Guerra.

(*) — Pôrto Seguro — H.G. do Brasil — prol. — 2.ª Ed.

Mas, como os senhores sabem, as baixas condições demográficas do País jamais permitiram fôsse aquêle efetivo, da 1.^a organização, atingido, apesar da grande quantidade de estrangeiros admitidos por contrato, na época. Entretanto, mesmo êsses mercenários vão criar inúmeros problemas dentro de nossas Fôrças Armadas, pela própria natureza de que se investem de indivíduos sem ideal e sem bandeira. Nasce assim a necessidade de ser imprimido a nossas fôrças militares um caráter nacional, definitivo, o que é conseguido em 1830, quando por lei, visando mais aos portugueses, são extintos os batalhões estrangeiros e excluídos de nossas fileiras todos aquêles que não se houvessem batido pela nossa Independência.

Outro fato marcante dessa fase inicial de Organização foi a visível preocupação que houve em melhorar o nível mental e profissional da tropa, o que mais tarde seria de grande utilidade para o Brasil, por ocasião das guerras externas. Para isso, em 1825, foram adotados dispositivos regulando, pela primeira vez, as condições para promoções nos diferentes postos e quadros. Outras duas medidas nesse sentido foram: a chamada de oficiais à Côrte, para se instruírem em manobras; e o estabelecimento da ida de oficiais à Europa, a fim de se instruírem nas diferentes escolas militares.

Contudo, ultrapassadas as agitações políticas do período inicial de vida autônoma e desaparecidos, portanto, os motivos fortemente estimulantes da reorganização militar do País, sofreram as nossas Fôrças Armadas os efeitos resultantes da necessária política de severas economias. Para isso concorreram os formidáveis feitos com as Guerras da Independência, bem como a forte indenização paga a Portugal, pelo reconhecimento da mesma. Porém, a preocupação de economia que presidiu êsse período entrou em choque com a realidade dos acontecimentos. De um lado era a ne-

cessidade da segurança militar das fronteiras do Sul, ameaçadas pela fermentação persistente no Prata e, de outro, as agitações políticas que se dão em todo o Brasil, explodindo em vários movimentos armados em diversas Províncias.

A AÇÃO DE CAXIAS NAS LUTAS INTERNAS

Os levantes sediciosos nas Províncias, provocados por Liberais Exaltados, que desejam ardentemente a República, ou pelos Conservadores, eram o reflexo do que se passava na Capital do Império, onde o Imperador fôra levado à abdição. Também as crises de autoridade, do governo Regencial, vão-se refletir nas Províncias. A imprensa açulava desabridamente a campanha da calúnia e da ofensa pessoal, no que não poupava governantes e governados, gerando descrédito, desconfiança e mal-estar geral. Em meio a êsse clima, eclodem os movimentos armados e, em sua análise, vamos verificar que de duas maneiras foram êles combatidos por Caxias, pois também de duas maneiras êles se caracterizaram. As lutas de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tiveram o caráter de fôrça organizada, embora não chegando a constituir exército, apresentando um comando único, ocupando posição definida no terreno e seguindo um plano de ação determinado. Contra essas fôrças, Caxias aplicou os princípios da guerra clássica, onde mais se destacaram os princípios da surpresa, da segurança, da concentração e da mobilidade. Em deslocamentos iniciais excepcionalmente rápidos, vai agir decisivamente, ora desbaratando as fôrças rebeldes (caso do Rio de Janeiro), ora ocupando a capital das Províncias (caso de São Paulo e Minas Gerais), com a finalidade de assegurar a ação do governo, mantendo intactos os órgãos do aparelho político administrativo.

Mas, nosso interêsse maior no momento é focalizar a ação de Caxias contra os revoltosos do

Maranhão e do Rio Grande do Sul.

No Maranhão, a dissidência entre Conservadores e Liberais degenera em tropelias de desordeiros e criminosos que, organizados em bandos, alastram o terror, saqueando e destruindo.

No Rio Grande do Sul, os Liberais, apeados do poder, insurgiram-se contra a política externa do Governo e pretendiam fundar um estado livre republicano.

Vejam os de que maneira se faz sentir a ação de Caxias nesses movimentos. Tanto em uma como na outra Província, sua ação é idêntica. Assumiu o governo da Província e o comando das Armas, reunindo o poder militar. Em proclamação, conclamou o povo a unir-se em torno da ordem para a conquista da paz, condição precípua de riqueza e prosperidade. Reconhecendo que todo o mal provém da política, declarou desejar ignorar que por desgraça exista entre êles aquêles partidos políticos, colocando-se, portanto, à margem da política local. Como segundo passo, lançou-se ao fortalecimento das estruturas da organização militar e econômico-social da Província. Na primeira, dispôs das fileiras militares grande número de oficiais que se mostravam inúteis e incapazes. Pôs em dia o pagamento da tropa e procurou instruí-la. Com respeito à estrutura econômico-social das Províncias, estudou os problemas básicos das mesmas e executou várias obras, tais como: execução de leis já promulgadas; conserto de igrejas, fortalezas, quartéis, palácio do Governo limpeza de rios; abertura de canais; melhoria de portos; abertura de estradas; e outras inúmeras providências. Fomentou, desta forma, o progresso daquelas Províncias, levando aos que lá viviam u'a mensagem de crédito na ação do Governo e de esperança em dias melhores. Tamanha importância deu êle, a êsses preparativos, que, no Maranhão, chegou a gastar um ano no fortalecimento da estrutura eco-

nômico-social e militar da Província, antes de iniciar a ação militar propriamente dita. Mas, enquanto executa êsses melhoramentos, procura conhecer o inimigo, e aí vai deparar com o seguinte quadro:

— Os revoltosos constituem-se em bandos independentes, havendo até dissensões entre êles.

— Não ocupam uma posição definida, não existindo uma frente de combate localizada, como nas guerras clássicas.

— Suprem-se onde podem, e, no caso particular do Sul, onde os rio-grandenses se aliam com os uruguaios ligados por um bem comum, que é a estância, êles usam a fronteira, quer para se suprirem, quer para se furtarem à perseguição das tropas legalistas.

— Onde lhes é negado suprimento, alastram o terror, matando e saqueando.

— Não fazem ações de larga envergadura; preferem as incursões rápidas e isoladas.

— Seus efetivos são, por demais, flutuantes. Após cada feito de armas, os homens ou são licenciados ou desaparecem por conta própria, para atender às lides do campo.

— Furtam-se constantemente ao combate, para isso, às vezes, usando a fronteira.

Face a esta situação, Caxias empregou duas linhas de ação distintas, porém correlatas. Na primeira é a ação bélica que se faz notar e, na segunda, a ação pacificadora. Na ação bélica, organizou e equipou suas forças, a fim de torná-las mais aptas à guerra de movimento. Procurou a forma de combate mais adequada à sua missão. Assim: se o inimigo se divide, divide-se êle; se se aligeira, aligeira-se êle; se se reúne as suas forças, reúne as dêle. Na ação pacificadora não hesitou, desde o início, em oferecer ampla anistia, a todos aquêles que quisessem cooperar com o seu governo para o bem geral. Incrementou o comércio e a produção, melhorando as condições

gerais de trabalho e de subsistência para a população. Ainda nesse particular, vai punir qualquer atentado à propriedade e, finalmente, deu o máximo de assistência às famílias dos combatentes, mesmo que estas fôsem, reconhecidamente, as dos adversários. Desta maneira, angariou para suas fileiras em detrimento dos rebeldes, muitos de seus homens e até mesmo vários de seus chefes. De tal forma suas ações se fizeram sentir que, ao ser firmada a paz, o Presidente Interino da República do Sul declarou: "A República Rio-Grandense deixa de existir, não por falta de elementos para sustentar-se, mas em virtude da política conciliatória de Caxias."

Assim, infelizmente, é na luta fratricida que nossas forças desenvolveram a experiência com que defenderam o solo pátrio, contra as ações inimigas externas.

CONDIÇÃO DE VITÓRIA NAS GUÉRRAS EXTERNAS

É lícito pensarmos hoje que, tendo o Brasil enfrentado três guerras seguidas de: 1851 a 52, contra Oribe e Rosas; 1864, contra o governo do Uruguai; e 1865 a 70, contra a prepotência de Solano Lopes — tivessem nossas Forças Armadas sólida organização e apreciável quantidade de atualizado material bélico. Tal porém não aconteceu. As três guerras foram feitas quase que com o mesmo armamento. Durante as campanhas, vivíamos de improvisações, fazendo o possível e o impossível para, com o vigor da nossa gente, contrabalançar a incúria dos governos que relegaram, a plano secundário, as questões referentes à defesa nacional. Somente a instrução e o preparo de nossos oficiais atendia perfeitamente às exigências de guerra, havendo até quem dissesse que, nesse particular, somente os prussianos nos levavam a palma. Em tôdas as três guerras, viu-se prevalecer, como elemento decisivo de vitória, mais a qualidade humana que, propriamente, o preparo bélico.

o valor dos chefes, a cultura da oficialidade e o ardor combativo da tropa compensaram, grandemente, a nossa fraqueza material. Não fôra o valor de nossos homens, e o alto grau de instrução e treinamento, que lhes fôra sempre dispensado, e, certamente, outro teria sido o destino de nosso País.

A INFLUÊNCIA DOS MILITARES NA POLÍTICA

Como sabemos, de 1851 a 1870, foram 19 anos de aprendizado na mais eficiente escola militar — a guerra. Porém essa grande experiência não é aproveitada. A isso atribui-se a não existência ainda, naquela época, de um órgão que executasse um verdadeiro serviço de Estado-Maior, como hoje o compreendemos. Apenas encontramos o esforço isolado de alguns chefes como Caxias, Osório e poucos outros, que conseguem aproveitar a experiência que colheram. Um exemplo disto é a criação do curso de Estado-Maior, para a formação dos quadros de oficiais que, por ordem de Osório, surge em 1874, muito embora, nessa ocasião, não existisse ainda o órgão de Estado-Maior, com a finalidade com que hoje o entendemos. É fora de dúvida que, por falta de motivação, se inicia um período de decadência, não só para as Forças Armadas, como também, por outros motivos, para o Império. A perda de prestígio sofrida por êste nos poderes: econômico, com a libertação dos escravos; político com a questão dinástica; e, social, com o caso dos bispos — vai-se somar a do poder militar. Novamente, o enfraquecimento de autoridade do Governo vai provocar uma série de agitações políticas, por todo o País, pondo em risco a sua integridade. E, aí, vemos desenvolver-se, entre os militares, uma doutrina toda especial. Êles haviam sustentado a Independência; haviam combatido e sofrido para assegurar a unidade nacional; haviam salvado

(Conclui na pág. 12)

"Entrego o Comando da Escola Superior de Guerra à sabedoria e à inteligência do Tenente-Brigadeiro Henrique Fleiuss." Foram as últimas palavras pronunciadas pelo Almirante-de-Esquadra Luiz Teixeira Martini, após ter mandado seu Chefe de Gabinete proceder à leitura do boletim de despedida, em solenidade a que estiveram presentes: o Ministro Eduardo Gomes, o Chefe do EMFA, os Chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; ex-ministros da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo, Nelson Wanderley e Gabriel Grün Moss; e todos os oficiais-generais da FAB em serviço na Guanabara; diretores das empresas de aviação comercial; presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Martinho Garcez; e altas patentes do Exército e da Marinha, bem como figuras das diversas atividades profissionais, diplomadas pela Escola Superior de Guerra. Com toda a simplicidade, o Tenente-Brigadeiro Henrique Fleiuss mandou proceder à leitura do boletim de assunção do Comando, no qual está consignado que com ele assumiam a Chefia do Gabinete, o Coronel-Aviador Edívio Caldas Sanctos, e as funções de Ajudante de Ordens, o Capitão-Aviador Ivo Carneiro.

— Foram as seguintes as idéias manifestadas pelo novo Comandante da Escola Superior de Guerra, ao assumir as suas altas funções: "Assumindo as funções de Comandante da Escola Superior de Guerra, assumi, também, o compromisso de velar pelo seu destino. Não avanço, nesta oportunidade, programas ou planos pessoais. Fico na sincera intenção de atuar, na medida de minha força, no estilo da Escola — sem distorções ou deformações, porque assim penso melhor servir à Segurança Nacional. A Escola Superior de Guerra, como centro de educação de elites, inspira-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, conforme determina a Constituição.



NÔVO COMANDANTE DA ESG

Quer a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, da família, do Estado e dos demais grupos que compõem a comunidade: quer o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem, o desenvolvimento integral da criatura e sua participação na obra do bem comum; quer o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; quer a preservação e a expansão do nosso patrimônio cultural — Zelar por esses objetivos já é cumprir importante tarefa.

Nas sociedades democráticas modernas, a classe dirigente ou elite e a classe dirigida se intercomunicam, dando lugar a uma constante circulação vertical, em que se manifestam diversos processos seletivos, sendo

preponderantes os do mérito e correção. Daí a necessidade de preparar elite que não considere, em primeiro lugar, os interesses de sua classe e, sim, seja intérprete constante dos imperativos existenciais da comunidade, buscando e alcançando a realização das aspirações nacionais; uma elite que perceba, sinta e visualize o verdadeiro interesse coletivo. A Escola Superior de Guerra contribui no preparo dessa autêntica elite, elite que o Brasil precisa agora e virá a precisar em cada época; elite lúcida, de vontade forte, de espírito de decisão, de senso prático; elite austera e digna, que não seja omissa, nem oportunista, nem prepotente, nem corrupta, nem irresponsável; elite que seja uma continuidade que se multiplica, uma consciência que se corporiza, uma realidade material e espiritual; elite que seja elo de gerações, o que lhe

concede a marca da continuidade. No cumprimento de suas tarefas, a Escola se esforça, através de estudos sérios, a identificar os grandes problemas brasileiros, equacionar seus fatores condicionantes, retirar possíveis ilações da conjuntura internacional para deduzir soluções corretas e exequíveis, e planejar, no tempo, sua implementação. Para tanto, exercita-se uma associação de inteligências e de esforços, quando, civis e militares, pertencentes ou não aos quadros da Escola, efetivam a contribuição de seu saber e de sua experiência à compreensão e formulação dos procedimentos necessários à nítida modelagem da Segurança Nacional. E é buscando verdades, convocando culturas e inteligências, apresentando teses, configurando hipóteses, desfazendo artifícios — que se distingue, com a luz da razão e da reflexão, o caminho que conduzirá os brasileiros ao trabalho profícuo e oportuno que interessa ao Brasil. Para tal fim, as idéias são confrontadas com outras idéias, e o debate franco, respeitoso e eminentemente democrático, incumbir-se-á de encontrar na análise das divergências a formulação conclusiva do melhor.

Nesse trabalho não cabem intolerâncias, e as concessões e os ajustes traduzem a percepção do bem comum. O ambiente brasileiro, as dificuldades, os ideais a atingir desaconselham posições irreconciliáveis. O debate é meio democrático de construir decisões que, uma vez tomadas, requer espírito de obediência e, principalmente, sincera colaboração ao decidido.

A Escola Superior de Guerra, pela sua índole e tradição, tem presente o conceito de Victor Hugo: "a verdadeira glória é convencer." Convencer e também ser convencido, se estiver analisando de maneira imprópria ou se sua posição fôr inadequada, ao compor o plano de interpretação da realidade brasileira.

Meus senhores. O momento brasileiro exige esforço hon-

to, competente e sincero. Só dessa forma é que se poderá levar a esperança a uma Nação desesperançada. Só esse caminho realiza comunicação entre a elite e as massas; comunicação de idéias, de solidariedade e de sentimento, comunicação de progresso. Daremos dedicado aprêgo às relações com outras organizações brasileiras de estudo e de pesquisa, e merecerão nossa cuidadosa atenção os entendimentos que mantemos com os nossos amigos da "National War College." O povo brasileiro já não precisa ser doutrinado nos fundamentos da democracia. Ele a conhece, a prefere e a quer. O que lhe interessa é a autenticidade de seus líderes e a prática generalizada da verdade. Verdade nas intenções, nos atos e nas palavras. Conduziremos os trabalhos da Escola Superior de Guerra inspirados no bem do Brasil, e, sem vínculos a sentimentos subalternos, daremos colaboração ao Governo honrado, austero, competente, progressista e digno, que possuímos.

Caminhará a ESG com os ideais da Revolução Democrática de março, oferecendo sua contribuição ao rejuvenescimento das instituições, atenta aos avisos da opinião pública, de onde recolherá indicações reclamadas pela vocação e sentimento do povo brasileiro. E a cada passo e a cada momento pediremos a Deus que supra nossas deficiências e reforce nossas convicções."

HISTÓRIA DAS FÔRÇAS...

(Conclusão da pág. 10)

o País, no decurso da guerra; estavam, portanto, predestinados a salvar o Brasil, a regenerar a vida pública do País. Desta forma, vão os oficiais interferir na vida política do País, assumindo posições definidas nos vários movimentos surgidos, o que os leva a freqüentes choques com os políticos. Desta forma, vão nossas Fôrças Armadas cumprir o sagrado dever de garantir a integridade da Nação, mudando-lhe a forma de regime de governo. Era o surgimento da República.

CONCLUSÃO

O Império esforçou-se, desde os primeiros momentos de nossa Independência, para criar uma organização militar eficiente. Todavia, não conseguiu fazê-lo de modo satisfatório, em virtude das condições naturais do País, o espírito de sua política e de suas políticas e da própria política internacional. No entanto, a força conseguida organizar teve seus fundamentos jurídicos assentes em nossa primeira constituição e foi a espora de um reinado operando, quer na pacificação interna, quer na defesa da Pátria contra os inimigos externos. Para isso concorreu a grande atenção dispensada, desde o início, à elevação do nível mental e profissional de nossas tropas.

Na ação de Caxias, na pacificação do Maranhão e do Rio Grande do Sul, um manancial de ensinamentos é oferecido, a todos aqueles estudiosos da Guerra Revolucionária, com a vantagem de ter sido esta experiência vivida dentro de nossas fronteiras, usando nosso elemento humano. Portanto, esta é uma solução que se oferece, à própria moda brasileira.

Finalizando, podemos dizer que, às Fôrças Armadas, coube a execução de todos os movimentos de melhoria de regime de governo, no período do Império, em correspondência plena aos anseios do povo e pelo progresso de nossa Pátria.

Desta forma, acreditamos ter levado aos senhores, de maneira sucinta, porém objetiva, uma interpretação da História das Fôrças Armadas do Brasil, ao tempo do Império.

BIBLIOGRAFIA:

- A EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel Ex J. B. Magalhães.
- CASERNAS E ESCOLAS — Lima Figueiredo.
- HISTÓRIA DO BRASIL — Vicente Tapajós.
- HISTÓRIA DO BRASIL — CPA 1963, ECEMAR.
- REVISTA "A DEFESA NACIONAL" — N.º 592 de Dez/63, artigo do Maj Egon Bastos.

Em 1912, um inglês, Oficial do Exército, resolveu aprender a voar e é com quarenta anos de idade que realiza seus vôos num biplano "Farman".

Hugh Montague Trenchard nasceu a 3 de fevereiro de 1873. Ingressou no Exército em 1893. Em 1897 serviu na Índia como Oficial subalterno.

Serviu na Guerra dos Boers de 1899 a 1902, tendo sido promovido a capitão em 1900. De 1903 a 1910, continuou prestando serviços na África. Em 1907, servindo na Nigéria, foi promovido a Major.

O PAI DA REAL FÔRÇA AÉREA

GERALDO LABARTHE LÈBRE-Cel Av

Aprendendo a voar em 1912, Trenchard estava destinado a dar forma e vida à RAF, que se transformaria na primeira linha de defesa da Inglaterra.

Lord Trenchard, Primeiro Marechal da RAF, foi o ilustre Pioneiro do Poder Aéreo que recebeu o título de "Arquiteto do Poder Aéreo". Por isso a história da sua carreira nos interessa particularmente.

Uma vez qualificado como piloto, foi designado para instrutor na Escola Central de Vôo em Upavon. Depois de um ano, passa a desempenhar as funções de Assistente do Comandante.

Em 1912, o Real Corpo de Aviação era uma unidade auxiliar do Exército. A maioria dos aviões em operação era conhecida pela designação de "aeronaves de cooperação" do Exército. Suas únicas missões eram o reconhecimento e a observação do tiro da artilharia.

Ao irromper a Primeira Guerra Mundial, Trenchard era Comandante da Escola Central de Aviação. Por recomendação de Kitchener, foi encarregado

da tarefa de organizar a aviação e, em poucos meses, conseguiu tornar o corpo embrionário de aviação, que a Inglaterra possuía, numa arma de guerra que pôde enfrentar a Alemanha.

Sua capacidade de organização e sua visão já se faziam sentir, pois três semanas após ter recebido a incumbência, já havia contratado oitocentos mecânicos entre os mais experimentados que existiam na Inglaterra e preparado-os para a tarefa específica que deviam cumprir.

Em 1915, Trenchard foi designado Comandante de Cam-

po do "Royal Flying Corps", na França. Preocupou-se, inicialmente, com a missão básica do seu Comando: o apoio ao Exército.

O reconhecimento aéreo desempenhava papel vital na guerra de trincheiras. Tanto os aliados quanto os alemães lutavam no ar, procurando destruir, reciprocamente, os aviões do inimigo, para impedi-los de sobrevoar suas linhas. Nos dois primeiros anos de guerra, em virtude de aperfeiçoamentos que se verificaram nos aviões e no armamento, a superioridade aérea mudou de mão algumas vezes.

Em 1916, Trenchard é promovido a Major-General.

Em junho de 1917, a guerra alcança uma nova dimensão. Aviões "Gotha", bimotores de bombardeio, em formação de 14 e 21 aparelhos, atacaram Londres, em pleno dia, causando baixas e danos consideráveis.

A opinião pública exigia retaliação imediata. As críticas constantes da oposição no Parlamento indicavam a necessidade de um completo reexa-

me do papel do Poder Aéreo. No verão de 1917, duas questões eram estudadas em Londres. O Poder Aéreo devia ser unificado? A aviação devia ter uma missão independente? A Marinha de Guerra inclinava-se pela negativa com relação à primeira pergunta. O Exército, por sua vez, não acreditava que a segunda deveria ser atendida. Trenchard respondeu a ambas as questões com um categórico "sim".

Como as opiniões eram contraditórias, os Políticos nomearam uma Comissão para encontrar a solução. O Presidente da Comissão era o então Primeiro Ministro Lloyd George. O que realmente chefiava os trabalhos era o General-de-Divisão Jan Christian Smuts.

O primeiro relatório versou sobre a Defesa Aérea de Londres.

O segundo relatório é considerado o mais importante documento na história da criação da Real Força Aérea. O "Relatório Smuts", apresentado ao Gabinete da Guerra, a 17 de agosto de 1917, propunha a criação de um Ministério de Aeronáutica independente e de um Estado-Maior de Aviação separado.

A Comissão concluía que o serviço aéreo já não era "um mero auxiliar das operações navais e militares". Dava-lhe uma missão própria: "Ao invés da artilharia, podem as frotas aéreas realizar extensas operações longe e independentes do Exército e da Marinha. E segundo é possível prever atualmente, não há absolutamente nenhum limite à escala do seu futuro emprêgo militar independente. Não deve estar muito longe o dia em que as operações aéreas, com sua devastação do território inimigo, destruição em grande escala dos centros industriais e das cidades, poderão converter-se nas principais operações da guerra, às quais ficarão subordinadas e em posição secundária as antigas formas de operações militares e navais".

Dêsse modo, Trenchard e Smuts desempenharam um importante papel na unificação do Poder Aéreo britânico em 1917.

Trenchard foi chamado para Chefiar o recém-formado Estado-Maior da Aviação, cargo que assumiu em março de 1918. Por se ter desentendido com o Primeiro Ministro da Aeronáutica, um civil, Lord Rothermere, sobre diretrizes básicas, Trenchard demitiu-se da Chefia do Estado-Maior.

A crise repercutiu na Câmara dos Comuns, sob a forma de calorosos debates. Houve novas demissões, inclusive a do Ministro. Mas, a 1 de abril de 1918, fôra criada oficialmente a RAF. E, a 6 de junho de 1918, o Ministro da Aeronáutica criou um Grupo de Bombardeio Estratégico, denominado Fôrça Aérea Independente, cujo Comando foi confiado a Trenchard.

A missão da sua Fôrça Aérea Independente foi por êle descrita, mais tarde, como sendo a destruição do Exército Alemão na Alemanha, do seu Governo e paralisação das suas fontes de suprimento."

O número reduzido de esquadrilhas de bombardeio postas à sua disposição e as limitadas possibilidades dos aviões da época frustraram tôdas as tentativas de destruição sistemática das indústrias vitais inimigas. Trenchard assim se manifestou: "Atualmente, o efeito moral do bombardeio é cêrca de vinte vezes maior do que o efeito material".

O historiador oficial britânico concluiu: "À luz do que viemos a aprender ulteriormente, é difícil sugerir uma possibilidade para se empregarem com maior eficiência essas poucas esquadrilhas independentes de bombardeio."

Nas últimas semanas da guerra, Trenchard foi nomeado Comandante da planejada Fôrça Aérea Independente Inter-Aliada. A missão dessa fôrça seria "levar a guerra até à Alemanha, mediante ataques a

sua indústria, comércio e população." Embora esta Fôrça estivesse quase que somente "no papel", quando o Armistício foi assinado, ela representou uma etapa histórica na evolução do Conceito de Bombardeio Aéreo Estratégico, sob a influência direta de Trenchard.

Na Grã-Bretanha, apesar da criação da "independente" Real Fôrça Aérea e de um Ministério da Aeronáutica separado, em 1918, persistia a luta para se reconhecer ao Poder Aéreo o lugar que lhe era devido na formação da estratégia e na estrutura militar. Esta luta teve que ser travada, segundo Sir John Slessor: "com unhas e dentes, contra a mais possante, mais determinada e até, por vezes, contra a mais desenfreada obstrução pelas fôrças do conservantismo militar."

De 1914 até o final da guerra, foi Trenchard a principal figura militar na história do Poder Aéreo Britânico, estando sempre engajado na citada luta.

As discussões entre as Fôrças Armadas, após a Primeira Guerra Mundial, não foram menos amargas na Inglaterra que nos Estados Unidos. O pomo da discórdia na Inglaterra era a independência da RAF, obtida durante a guerra.

Em 1919 Trenchard foi promovido a "air marshal", em 1922 a "air chief marshal" e em 1927 a "marshal of the RAF". Como Chefe do Estado-Maior e na qualidade de 1.º Marechal da RAF, de 1919 até 1929, êle pode ser considerado o arauto da Fôrça Aérea Independente, o verdadeiro patrono, que poderia vir a orgulhar-se mais do que qualquer outro concidadão, de ter sido a RAF o baluarte da Inglaterra.

Êle dedicou sua espantosa energia à proteção da integridade e independência da RAF, à organização das instituições fundamentais de treinamento, destinadas a preparar pessoal habilitado e à formulação da doutrina aérea.

Na função de Chefe do Estado-Maior Aéreo, Trenchard teve de enfrentar três adversários: o Almirantado, o Ministério da Guerra e os Líderes Políticos. Os Políticos estavam imbuídos de idéias de economia, e a redução das despesas militares, após a Primeira Guerra Mundial, dizimou a RAF. Na mesma ocasião, a Marinha e o Exército lutavam para recuperar sua aviação própria.

Num memorando, publicado pelo Ministério da Aeronáutica, a 13 de dezembro de 1919, o ilustre pioneiro esboçou os conceitos básicos para a RAF de após guerra: A Fôrça poderá ser comparada à cabeça do profeta Jonas. As exigências da guerra criaram-na numa noite, mas as economias da paz esvaziaram-na quase totalmente num só dia. Achamo-nos agora perante a necessidade de substituí-la por uma planta de raízes mais profundas".

No seu memorando de 1919, Trenchard expressou como conceito básico a necessidade de "independência" do Poder Aéreo. Num discurso pronunciado numa Conferência Aérea, em outubro de 1920, publicado no exemplar de "The Army Quarterly", de abril de 1921, êle desenvolveu seus pontos de vista a êste respeito. Declarou o seguinte: o trabalho de Serviço Aéreo, em terra ou no mar, apesar de seus múltiplos e variados aspectos, somente poderá atingir sua máxima eficiência se fôr considerado e operado como um só esforço coordenado".

Também definiu seu conceito sobre a necessidade de coordenação das fôrças militares: "todo o bombardeio, mesmo se executado sobre objetivos muito distanciados e aparentemente independentes, deverá ser coordenado com os esforços que venham sendo efetuados pelas fôrças terrestres e marítimas, tanto no que respeita à seleção dos objetivos, quanto em relação à cronologia dos ataques."

Em 1922, foram dadas instruções à RAF no sentido de man-

ter a ordem interna no Iraque. Tal missão permitiu que Trenchard tivesse a oportunidade de aplicar, com relativo sucesso, a ousada experiência de "contrôle aéreo", ou "substituição" como também era conhecido. Tratava-se de empregar esquadilhas de aviação em vez de forças terrestres, para assegurar o controle de uma região.

O êxito obtido nessa experiência foi suficiente para justificar missões posteriores de "contrôle aéreo", executadas pela RAF, na Palestina, Transjordânia e Áden. Este método foi também empregado, ocasionalmente, numa parte da fronteira da Índia. Sob a orientação de Trenchard, fez-se, assim, uma original e hábil experiência de emprêgo de Poder Aéreo.

Em 1930, Lord Trenchard deixa a Chefia do Estado-Maior da Aviação, passando para a Reserva.

Manteve, no entanto, atuação constante como apóstolo e conselheiro do Poder Aéreo Britânico, servindo sua causa na qualidade de membro da Câmara dos Lordes e como autor de freqüentes cartas ao "Times" de Londres, que eram lidas com interesse.

Foi armado Cavaleiro da Ordem do Banho, "Knight Commander of the Bath", KCB, em 1918, elevado a Grande Cavaleiro da Ordem do Banho, GCB, em 1924, recebeu a Grande Cruz da Ordem da Vitória, GCVO, em 1935 e a Condecoração da Ordem de Serviços Distinguidos, DSO. Foi nomeado "baronet" em 1919, barão em 1930 e foi feito 1.º Visconde de Trenchard de Wolfeton em 1936.

Retirando-se da ativa, Lord Trenchard empregou sua capacidade no Comissariado da Polícia de Londres, de 1931 a 1935, e como Presidente da Diretoria da "United Africa Company", de 1935 a 1943.

Lord Trenchard interessou-se ativamente pelas forças aéreas durante a Segunda Guerra Mun-

dial. Visitou centenas de unidades da RAF e da USAAF, na Inglaterra e no exterior, realizando palestras para os jovens aviadores.

Nas discussões de Washington, em 1942, sobre a ênfase que se deveria dar ao bombardeio estratégico da Alemanha, não só a experiência valiosa dos ingleses, que haviam sido bombardeados e realizado bombardeios na 1.ª Guerra Mundial, como também a experiência pessoal de Lord Trenchard exerceram grande influência. Lord Trenchard preparou uma tese recomendando que o Poder Aéreo devia ser concentrado para os bombardeios estratégicos, e em vez de dividido em pequenas parcelas para as diversas operações terrestres. Este trabalho foi amplamente divulgado no Ministério da Guerra e serviu para dar um eficiente apoio aos pontos de vista dos aviadores americanos.

Trenchard distribuiu, durante a Segunda Guerra Mundial, uma série de panfletos, impressos à sua custa, contendo alguns destes títulos como estes: "O Efeito da Expansão do Poderio Aéreo na Guerra" e "Os Princípios de Poderio Aéreo na Guerra". Segundo afirma Sir John Slessor, eles "contribuíram poderosamente para inprimir na mente de muitos cidadãos influentes deste país e da América a importância vital do poderio aéreo."

Num desses panfletos, Trenchard expôs os seus "quatro grandes princípios de poderio aéreo:"

"1. Obter e manter o Domínio do Ar, lutando continuamente em sua defesa;

2. destruir os Meios de Produção e Comunicação do Inimigo no seu próprio país, mediante forças de bombardeio estratégico;

3. manter a Batalha sem nenhuma espécie de interferência do inimigo, a fim de permitir aos Comandantes a acumulação dos colossais suprimentos

e reforços necessários à batalha, assegurando a sua manutenção constante sem interrupções por parte do inimigo;

4. evitar que o inimigo consiga Manter a Batalha, isto é impedi-lo de acumular suprimentos adequados para a sua Marinha, Exército ou Força Aérea."

Trenchard declarou, de maneira significativa, que os princípios acima "eram implícitos no poderio aéreo, até mesmo no da Guerra de 1914-18." "Eles tinham sido concebidos", disse, "no dia em que o homem conquistou o espaço."

Afirmava não ter "inventado" as doutrinas do Poder Aéreo, mas a sua voz foi uma das primeiras com autoridade suficiente para se fazer ouvida quando as proclamava.

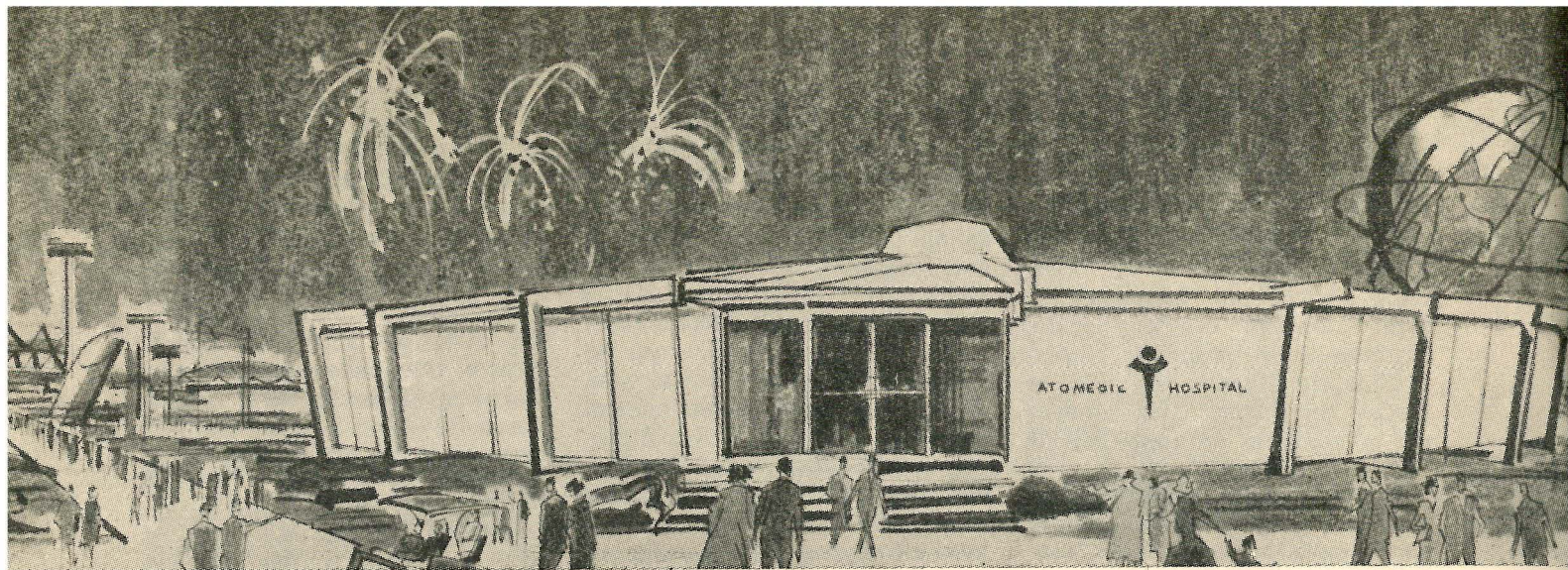
A confiança de Trenchard no Poder Aéreo nunca esmoreceu. Quer na Câmara dos Lordes, quer nos seus artigos, Lord Trenchard representou sempre o papel de "patrono" e sustentáculo do Poder Aéreo.

A biografia do "grande veterano" apresenta páginas de desenvolvimento do Poder Aéreo Britânico e pode-se sentir como contribuiu, em 1920, para construir as sólidas bases da RAF, sem as quais, talvez, ela não viesse a tornar-se o Baluarte da Inglaterra, numa das horas mais decisivas da sua história.

"Os senhores têm sido os pilares do edifício" disse Sir Winston Churchill a um grupo de oficiais superiores da RAF, "mas o arquiteto é este" e Sir Winston apontou para Lord Trenchard, Marechal da RAF. Durante e depois da Primeira Guerra Mundial, ele foi realmente o arquiteto do Poder Aéreo.

É importante assinalar que Trenchard concedia prioridade aos homens sobre as máquinas. Acompanhando os rápidos progressos da tecnologia aeronáutica, era de opinião que, por melhor que fôssem as suas má-

(Conclui na pág. 18)



O Hospital que vi na Feira Mundial de New York é o segundo existente no momento. O primeiro está em Montgomery Alabama, terra de seu fundador — Dr. Hugh C. Mac Guire, afamado cirurgião-pediatra e filho de ministro canadense. Ele idealizou há 8 anos o Hospital Atomédico. Com o apoio, meios e esforços das principais indústrias americanas ficou concretizado o Hospital Atomédico. Com a colaboração da administração da Feira de New York foi construído o segundo, com a finalidade de atender seus 80 milhões de visitantes. A construção inicial destes hospitais é avaliada em 50% menos do custo de uma semelhante Organização Hospitalar Convencional. O Hospital da Feira-protótipo n.º 2 difere em parte do original de Alabama. Algumas melhorias foram introduzidas, tais como algum espaço para armazenagem e gabinete médico. Os novos tipos apresentarão estas características. Os Hospitais Atomédicos constituirão a solução prática para o tratamento médico intensivo.

O Pessoal de Enfermagem acredita que seja muito difícil regressar a hospitais convencionais depois de ter prestado serviço neste hospital; isto se explica, pois no Atomédico andam muito menos e têm acesso fácil aos doentes; além da limpeza do ambiente e da simplicidade da rotina, o serviço é mais facilitado e as Enfermeiras mantêm maior contacto com os doentes.

HOSPITAL ATOMÉDICO

Dr. WILSON DE OLIVEIRA FREITAS — Cel Med Aer

A ESTRUTURA

Quase inteiramente automático e incorporando as últimas conquistas científicas e médicas no campo eletrônico, além das técnicas espaciais e médicas, o Hospital Atomédico serve como organização hospitalar de emergência aos visitantes da Feira; o número destes visitantes foi estimado em 80 milhões.

O Hospital de forma circular, com 100 pés de diâmetro, possui área de controle central, tendo em volta 22 quartos, os quais são circundados por um corredor externo. Sua capacidade é para 40 doentes. De estrutura sem janelas, é construído com lâminas leves de alumínio e constituído de unidades de tal modo que seu transporte, montagem e manutenção são facilitados. As unidades possuem uma face exterior esmaltada em cor branca e a interior coberta de tecido plástico. Entre as faces constituídas de lâminas de alumínio fica comprimida uma camada ventilada de plástico esponjoso. A iluminação é fornecida por lâmpadas incandescentes e fluorescentes e obedece a especificações técnicas de acordo com o setor hospitalar.

A área central e corredores possuem tapetes macios de "vinyl", e os quartos são revestidos do mesmo material avulso com propriedades bactericidas.

Sua estrutura é formada de Unidades, o que permite a produção em massa e facilita sua instalação.

A construção do protótipo provou que poucos homens podem construí-lo em uma fração de tempo exigido para o das estruturas convencionais.

O equipamento hospitalar é fabricado em segmentos a fim de permitir não só sua instalação de encaixe como sua substituição; de acordo com o progresso científico e melhoria técnica do equipamento, é só encaixar a nova Unidade; os responsáveis pelo Hospital Atomédico desejam a modernização da medicina — livres das estruturas pesadas e plantas sem flexibilidade que só trazem dispêndio, sem benefício da assistência médica; procuram aplicar os mais recentes aparelhamentos médico-científicos; aqui certas regras são abandonadas: os quartos possuem conjunto de chuveiros e

sanitários com lavatórios, mesas, consolos de serviço, interruptores múltiplos ficam à mão do doente e obedecem a seu controle. A Unidade-quarto possui também dispositivo de intercomunicação, um visor de televisão controlador do doente, armário, rádio, terminais de oxigênio, braçadeira para aplicação de injeção venosa e controle remoto para televisão.

Além disso, a lâmina de alumínio que forma a parede entre a área central e a do quarto pode girar de tal modo que o doente possa ser transportado em seu próprio leito até o Centro cirúrgico, onde, após assistência cirúrgica necessária, recebe os cuidados de recuperação.

As duas salas de operação centrais são portáteis e somente montadas quando necessárias; assim o espaço fica livre para outras atividades.

O sistema de Ar Condicionado foi preparado para permitir, durante todo o ano, o controle ideal em temperatura e unidade e perfeita circulação do ar. Além da temperatura e unidade, quase tudo foi previsto para evitar contaminação do ar e conceder um nível constante de conforto; o sistema de controle de contaminação coleta e neutraliza o ar por meios eletrônicos; o processo é eficiente, pois não permite que haja materiais em suspensão no ar; isto elimina a possibilidade de deposição de partículas ou poeiras sobre doentes, equipamentos e qualquer outra parte do hospital. A Organização Hospitalar é auto-suficiente do ponto de vista elétrico; somente em emergências emprega as correntes externas da cidade. Instalado em regiões subdesenvolvidas, somente poderá operar com o apoio periódico necessário.

O EQUIPAMENTO

Muitas das adaptações a inovações referentes a equipamen-

tos foram introduzidas no Hospital Atomédico, após esforços de fabricantes de leitos, mesas de operações, controles e registros eletrônicos, aparelhos de Raios X, esterilizadores, material de laboratório, aparelhos telefônicos, computadores, material de construção e material de escritório.

Muitos aparelhos e processos de controle empregados nos astronautas em viagens espaciais estão sendo utilizados no campo da medicina clínica para sua melhoria técnica. Assim, os métodos convencionais de verificação da temperatura, pulso e respiração poderão ceder eventualmente terreno ao controle eletrônico. Os sinais captados por instrumentos sensíveis de mensuração presos ao corpo do doente, como se fossem "band-aids", são transmitidos a uma unidade receptora localizada na área central. Nesta unidade ficam registrados numa fita os traçados para serem lidos pelos médicos; transmitidos a um computador, são registrados automaticamente na ficha do doente. Além disso, qualquer anormalidade provoca um sinal de alarme, o que previne a enfermeira de que o doente necessita cuidado especial.

Um circuito fechado áudio-visual de televisão mantém constante comunicação entre a enfermeira e o doente, o que determina a confiança deste na assistência médica e permite supervisão contínua do serviço de enfermagem. Deste modo, dispondo do Controle Central e do equipamento oriundo da Era Espacial, diminui aquele trabalho escravo e penoso de médicos, enfermeiras e administradores. As mesas de equipamentos estão sempre sob os olhos, e o pessoal em serviço pode verificar, num relance, os doentes que necessitam de assistência imediata. Para os médicos, este automatismo traduz a precisão; os dados fisiológicos são guardados pelo computador para referências futuras e o processo automático dispensa a exigência de traçados laboriosos.

Para as enfermeiras, o descanso, evitando inúmeras passadas e abolindo os cansativos e fastidiosos registros em seu livro diário.

A automatização deu-lhes a profissão de volta: o tempo todo destinado à assistência ao doente.

Este processo de registro e classificação de dados médicos e o emprêgo de exames clínicos em massa, sendo adotados, permitirão aos facultativos um procedimento diagnóstico objetivo.

Tôdas as informações estarão disponíveis aos meios médicos da nação e serão transmitidas pelos meios modernos de comunicação. As consultas serão beneficiadas à custa dos registros guardados nos computadores. O doente não necessita ser mandado de especialista a especialista, pois pode ser atendido pelo médico a quem conhece e confia.

Além disso, esta Organização Hospitalar permite maior contacto entre médico, enfermeira e doente. Não há grande necessidade de pessoal auxiliar.

Não haverá necessidade de cozinha, lavanderia ou grandes equipamentos de esterilização.

Alimentos congelados pré-empacotados (feitos de acordo com as necessidades dietéticas de cada doente) serão aquecidos por meios eletrônicos à hora da refeição; o material de copa e cozinha, plástico, é posto fora depois de usado. Tudo isto é adquirido no comércio, tal como se procede com itens usados pelas Companhias de Aviação Comercial.

A lavanderia pode ser dispensada, desde que se empregue material plástico, de papel ou algodão, que substituirá o material de rouparia, uniformes, gorros, cortinas, etc. Desde que usados, são colocados no lixo.

O material injetável moderno é quase todo plástico e pôs-

to fora após seu emprêgo, de modo que somente certos itens necessitam autoclavagem. Um pequeno conjunto de esterilização atende às necessidades do Hospital. Além disso, nêle está instalado um "limpador" ultrassônico que remove os detritos antes de o material ser esterilizado.

EMPREGO E APLICAÇÃO

Nos Estados Unidos, são necessários 800 000 novos leitos e, atendendo às condições da melhoria da taxa de natalidade e vida média, 800 000 leitos adicionais por ano são exigidos. Com o número de médicos e enfermeiras decrescendo de modo alarmante, a importância do Hospital Atomédico é óbvia.

Constituindo solução ideal para áreas suburbanas e pequenos núcleos populacionais que não disponham de serviço hospitalar, o Hospital Atomédico pode servir como anexo a Organizações Hospitalares e como centros especializados que trabalham em conjunto com as grandes Instituições de Ensino.

O grupamento dos hospitais pode-se constituir num centro hospitalar para atender a várias especialidades.

A Organização Atomédica prevê um agrupamento de elementos na disposição em fôlha de trevo, com um hospital cirúrgico no centro e quatro outros para atender a hospitalização geral, de pediatria, obstetrícia e diagnóstico.

Este sistema de assistência médica progressiva promete economia quanto ao custo e seu funcionamento. Atendendo suas condições de auto-suficiência, pode ser adaptado a várias áreas do mundo, beneficiando suas populações.

Fica consignada a cortesia do Departamento de Defesa dos E.U.A., da "The Coca-Cola Export Corporation" e da Escola Superior de Guerra que

nos concederam a oportunidade de visitar a Feira Mundial de New York, quando pudemos analisar demoradamente as características do Hospital Atomédico.

O P A I D A . . .

(Conclusão da pág. 15)

quinas, nenhuma Força Aérea podia funcionar sem homens treinados. O seu plano para uma RAF com raízes mais profundas consistia em produzir uma força técnica pequena, mas altamente eficiente e mantida em dinamismo constante, pelo fluxo incessante de homens especializados nos vários ramos da aviação militar. E a despeito das críticas de que foi alvo por não dar preferência às máquinas, êle concentrou suas energias na construção de quartéis e escolas permanentes para o treinamento de oficiais e praças, pilotos, mecânicos e outros técnicos. A criação da Escola de Cadetes em Cranwell, das Alas de Aprendizagem em Halton, da Escola de Estado-Maior em Andover foi o resultado parcial deste esforço de Trenchard. Ao todo as contribuições de Trenchard podem ser assim expostas:

1. formação de uma Força Aérea independente na Inglaterra, em 1917-18;
2. participação saliente na luta a favor da missão separada do Poder Aéreo em missões estratégicas;
3. influência no desenvolvimento inicial do Poder Aéreo dos Estados Unidos, através de seu contato com o General-de-Brigada William Mitchell;
4. contribuição posterior à Primeira Guerra Mundial a favor do Poder Aéreo Britânico, como Chefe da RAF, na Câmara dos Lordes e na Imprensa;
5. contribuição para o adequado emprêgo do Poder Aéreo Aliado na Segunda Guerra Mundial.

O insigne Marechal da RAF faleceu a 10 de fevereiro de 1956, em Londres.

Era Lord Trenchard possuidor de uma personalidade marcante, e sua vez estentórea e seu caráter explosivo valeram-lhe o apelido de "Boom" (estampido).

Na sua longa e bela carreira, revelou ter excepcionais "qualidades para comando" e "gênio organizador". Destacou-se por uma "enérgica ação" que, provavelmente, serviu de padrão para forjar os líderes que prosseguiram a sua notável obra na RAF.

Mitchell registrou no seu diário, em 1917, uma frase de Trenchard: "os grandes comandantes são os que concebem novos métodos e que depois os executam. Toda a gente pode sempre utilizar os velhos métodos."

Mitchell, em 1925, escreveu também: "A Força Aérea Britânica é composta por homens que possuem confiança no futuro da aviação, capazes de prever o que vai acontecer, o que a aviação pode e deve fazer, ao invés do que não pode e nem deve fazer."

Talvez a mais extraordinária qualidade de Lord Trenchard tenha sido a "visão" da importância do Poder Aéreo.

Os membros de todas as Forças Aéreas devem, por isso, conhecer a vida e os pensamentos de homens como Trenchard, Douhet, Mitchell e Seversky, Grandes Pioneiros do Poder Aéreo.

Para o Programa de Estudos da Defesa, da Universidade de Harvard, o Dr. Harry H. Ranson escreveu excelente artigo: "Lord Trenchard, Arquiteto do Poderio Aéreo", publicado na "Air University Quarterly Review", da USAF, que nos serviu de base para este trabalho para a REVISTA DA AERONÁUTICA.

Fatores Sociais na Percepção e na Memória

PROTÁSIO LOPES DE OLIVEIRA — Ten Cel Av

O presente trabalho foi apresentado na ECEMAR como tema da instrução de exposição oral, uma das disciplinas do currículo do Curso de Estado-Maior, em que se acha matriculado o autor.

INTRODUÇÃO

Desde as mais remotas eras que o homem se preocupa em conseguir explicações para os fenômenos da Natureza, incluindo nestes a sua própria existência e razão de ser.

Destas tentativas nasceram as primeiras hipóteses, e com estas os primeiros estudos com o nome de FILOSOFIA que é, por definição, "a ciência dos princípios e das causas".

PLATÃO representa a mais alta expressão da Filosofia, pois, no dizer de alguns autores (Will Durant), "nunca antes dêle, nem depois dêle, a Filosofia adquiriu tanto brilho".

Depois de Platão, é ainda na Grécia que vamos encontrar ARISTÓTELES que teve, como uma de suas glórias, visão e arrojo para desenvolver, ao lado de sua filosofia, uma corrente de evolução científica, lançando os primeiros fundamentos de uma ciência organizada. Nascia a BIOLOGIA que cedo se desenvolvia num importante ramo que é a FISILOGIA.

Durante muitos séculos, os pensadores e cientistas dedicaram-se ao desenvolvimento destas duas correntes, sem contudo alterarem os seus fundamentos, até quase os nossos dias.

Segundo o Professor Agostinho Gemelli, somente no século passado, há mais de cem anos, quando WEBER começou a estudar as relações entre a intensidade e o estímulo, e FECHNER enunciou a sua lei psicofísica, foram lançados os funda-

mentos de uma nova estrutura científica, pugnando por uma autonomia, explorando os vazios dos limites entre a Filosofia e a Fisiologia, sem contudo com elas se confundir, pois, tanto fugia das doutrinas fisiológicas, como do determinismo fisiológico. Era a estruturação da PSICOLOGIA.

Nestes cem anos de existência, a Psicologia tem progredido consideravelmente, apesar das diferentes concepções e teorias que sobre ela existem; diferenças que remontam à sua própria estruturação e existem entre os próprios cientistas que a fundamentaram.

Uma coisa, porém, é bastante generalizada na sua conceituação: é que ela estuda o "Comportamento humano e animal".

Temos como definição de Comportamento "toda resposta de caráter adaptativo, visando a atender às exigências do meio", ou, por outras palavras, "é o tipo de reação do homem ou animal, em função do meio com o qual êle se comunica".

Considerando-se a maneira normal pela qual o homem se comunica com o ambiente em que vive, chamou-se a êste fenômeno de PERCEPÇÃO.

PERCEPÇÃO

Definindo-se Percepção como o fenômeno através do qual o homem se comunica com o meio em que vive, concluímos que ela é uma resultante dos sentidos, pois é pelos órgãos sensoriais que esta comunicação se faz normalmente; a ser verdadeira



esta afirmação, a Percepção seria uma função puramente fisiológica.

Cabe portanto, aqui, uma pergunta importantíssima. Seria realmente verdadeiro que apenas os sentidos determinam o fenômeno da percepção, tal como a entendemos?

Para responder a esta pergunta, há necessidade de irmos buscar, nas fontes de estudos da Psicologia, os elementos necessários; e êstes elementos são obtidos, exclusivamente através de experiências, de pesquisas, de estudos e de aplicações. Daí resultando a determinação de leis, pelas quais se obtém o controle do Comportamento. Êste controle é objetivado para que "se fôr conhecida a excitação, se determine a conduta", e vice-versa, "se fôr conhecida a conduta, se saiba o tipo da excitação que a provoca".

Utilizemos, portanto, um exemplo para respondermos à pergunta citada.

Lembremos uma situação comum, que pode ser aquela brincadeira que se costuma fazer com uma senhora que, ao dirigir um automóvel e êste apresenta algum defeito, pára, abre o capuz e olha para o motor, para ver se localiza êste defeito. É comum dizer-se ou pensar-se: Será que ela desconfiou que roubaram o motor e foi ver se êle estava no lugar?

É um pensamento que resulta da certeza que se tem de que a senhora, olhando para o motor, não perceberá a causa do defeito, mesmo que ele esteja com a maior evidência possível.

Por que esta certeza em relação à senhora, e não em relação ao mecânico que vem consertar, mesmo que não o conheçamos? Vem daí a primeira conclusão que se tira: o mecânico, além da visão fisiológica, com a qual ele verá o motor, terá também a capacidade de perceber, com rapidez, alguma coisa que se apresente defeituosa naquele motor, que ele deveria conhecer antes. Admite-se, portanto, que outros fatores, além dos sentidos, influirão para que isto aconteça.

A análise dêste exemplo, e de outros semelhantes que poderiam ser citados, leva-nos a compreender as seguintes observações, com relação ao Comportamento:

1.^a — O Meio que produz os impulsos que vão influir no Comportamento apresenta-se segundo duas divisões:

a) Meio Geográfico que é o conjunto de todos os objetos passíveis de serem percebidos;

b) Meio Comportamental ou Fenomenal que é o conjunto de objetos realmente percebidos.

2.^a — A Percepção resulta de determinantes que são divididas em duas grandes categorias (segundo KRECH e CRUTCHFIELD):

a) Estruturais, derivadas de estímulos físicos, dos efeitos nervosos etc., ligadas ao sistema nervoso do indivíduo;

b) Funcionais, derivadas das necessidades, estados de espírito, experiência anterior e memória do indivíduo.

São estas determinantes Funcionais que vamos examinar, em face de ser através delas que se processa o estudo da

Psicologia, e conseqüentemente as influências na Percepção que não são de origem fisiológica.

Como foi dito anteriormente, o estudo das funções psicológicas só pode ser feito através de experiências, pesquisas, etc.; portanto, passemos a examinar alguns exemplos que poderão facilitar o nosso raciocínio:

1.^o — O caso da senhora do automóvel e o mecânico, já citado. Tudo leva a crer que fatores de ordem ocupacionais, resultantes de experiências anteriores, ou outros, seriam os responsáveis por uma percepção mais perfeita no mecânico do que na senhora.

2.^o — Não padece dúvida que serão inteiramente diversas as percepções que registrarão uma costureira, um comerciante de antiguidades, um aviador e um professor secundário, que olhem para u'a mesma vitrina de uma exposição ou feira de amostras.

3.^o — Todos são capazes de imaginar a diferença de percepção, seja quanto à melodia, ao significado ou ao prazer, que seria notada entre um ocidental e um chinês, ao ser ouvida uma música chinesa. Trata-se, neste caso, de fatores culturais ou de costumes.

4.^o — W. J. JUNKER, no seu livro "Travels in Africa", ao escrever sobre A-Barmo, tribo africana, diz que ficavam "enjoados com o cheiro de certos queijos holandeses que ele comia, e anunciavam que o povo branco comia as maiores porcarias". E concluía: "Muitos odores os afetam diferentemente que a nós; afastam-se com repugnância, por exemplo, da água de colônia e dos sabonetes perfumados".

5.^o — Como aplicação dêstes conhecimentos e de motivação para a percepção, cita-se o método que aplicava o famoso naturalista AGASSIZ, quando ensinava os seus discípulos que se tornaram famosos pelas excelentes faculdades de observa-

ção, percepção e capacidade de pensar sobre as coisas que viam.

Conta-se que um dia se apresentou um novo estudante. O naturalista tomou um peixe de um jarro em que tinha sido conservado e, pondo-o diante do jovem estudante, ordenou-lhe observá-lo cuidadosamente e preparar-se para dizer o que notara a respeito do peixe. O jovem não via no peixe nada de interessante; era um peixe como muitos outros que ele tinha visto. Tinha barbatanas e escamas, uma boca e dois olhos, sim, e uma cauda.

Em meia hora, pensou o estudante que tinha observado tudo o que naquele peixe se podia perceber. Mas o naturalista não vinha.

O tempo ia passando e o jovem, não tendo nada mais para fazer, começou a sentir-se inquieto e cansado. Passaram-se horas e do seu tema ele sabia pouco mais do que antes. Saiu para almoçar, voltou, e então, para matar o tempo, começou a contar as escamas, contou os ossos das barbatanas e resolveu desenhar o peixe, quando então notou que o mesmo não tinha pálpebras.

Afinal o professor chegou e, vendo o que o jovem tinha observado, não ficou satisfeito, e disse que o rapaz devia olhar com mais atenção para ver alguma coisa mais.

O jovem pôs-se, então, a trabalhar cuidadosamente com o lápis e, pouco a pouco, apareciam-lhe novos pontos interessantes naquele peixe. Mas isto não bastou ao professor, que fez o jovem estudar o mesmo peixe durante três dias inteiros.

Anos após, este estudante, tendo chegado a ocupar uma posição eminente, disse: "Aque-la foi a melhor lição de zoologia que tive — uma lição cuja influência se estendeu aos detalhes de todos os estudos posteriores; um legado que o professor deixou a mim como a

muitos outros, de grande valor, que não podemos comprar nem vender”.

Muitos outros exemplos, pesquisas ou experiências, feitas no próprio campo da aplicação ou nos laboratórios, por eminentes psicólogos, poderiam ser citadas aqui, para melhor documentação; no entanto, é de esperar que os apresentados sejam suficientes para demonstrar a importância destes fatores — que são definidos na Psicologia como Fatos Sociais — e as suas influências, na Percepção.

Como apoio a esta observação, podemos citar a opinião do psicólogo OTTO KLINBERG, no livro *Psicologia Social*, em que diz: “Não somente entre as diversas culturas, mas também entre os subgrupos (ocupacionais, nacionais, de classes, etc.), em nossa própria sociedade e entre diferentes pessoas dentro dos subgrupos, o padrão global da experiência anterior, do adestramento e do interesse participa realmente de maneira muito decisiva”.

INFLUÊNCIAS NA MEMÓRIA

Com relação à Memória, alguns psicólogos não vêm limite nítido entre os fenômenos da Percepção e muitos que se processam sob o domínio da Memória, embora esta, em grande número de vezes, se apresente como uma fixação demorada da Percepção. Para melhor compreensão desta imprecisão de limites, podemos citar o seguinte exemplo: se a um indivíduo se apresenta um quadro — *pendo-se-lhe*, imediatamente após, que o descreva — é difícil determinar se as falhas de reprodução são devidas à percepção defeituosa ou à memória deficiente. Quando transcorre algum tempo entre a apresentação original e a tentativa de reprodução, pode-se fazer distinção com maior segurança.

Para examinar as influências na memória, podemos citar algumas experiências que permitirão uma melhor análise do problema:

1.^a — A psicóloga M. ZILLIG, alemã, em um dos seus livros relata o seguinte: num teste feito com homens e mulheres, ela apresentou aos mesmos uma relação de declarações feitas sobre a natureza da mulher, sendo umas favoráveis e outras desfavoráveis. Uma semana depois, pediu aos examinados que registrassem, de memória, as afirmações antes apresentadas. Os resultados mostraram nas mulheres uma tendência acentuada para relembrar mais os itens que as favoreciam, e nos homens, uma tendência contrária. Esta experiência, segundo os estudiosos no assunto, demonstra, nitidamente, que a memória pode ser determinada por outros fatores que não só os neurológicos.

2.^a — Em experiência semelhante, os psicólogos J. M. LEVINE e G. MURPHY, pesquisando sobre aprendizagem e o esquecimento em assuntos controvertidos, relatam o seguinte, no livro “*The Learning And Forgetting Of Controversial Materials*”: dividiram certo número de estudantes do clássico em dois grupos, compostos um de simpatizantes do comunismo, e outro de anticomunistas. Deram para ler um trecho de assunto neutro, e o resultado da memorização foi muito parecido entre os dois. Foram-lhes dadas então para ler uma passagem oposta ao comunismo e outra a favor. O grupo de simpatizantes memorizou maior número de fatos favoráveis ao comunismo, dando-se o contrário com o outro grupo. Este fato, de acordo com o anterior e outros, leva à observação de que “quando as pessoas lêem artigos ou livros de natureza controvertida, mostram tendência definida para relembrar os pontos em concordância com as suas próprias opiniões, e para esquecer facilmente os pontos em que divergem”.

Estes fatos também estão de acordo com a teoria freudiana de que “esquecemos mais facilmente as coisas cuja lembrança nos é desagradável”.

3.^a — O psicólogo F. C. BARTLET, no seu livro “*Remembering*” cita o seguinte exemplo ocorrido numa tribo Swazi, na África do Sul. Afirma ele que o Chefe Swazi visitou a Inglaterra, com seu séquito, há alguns anos. De volta, perguntaram-lhes de que melhor se recordavam entre as impressões inglesas; e a coisa que mais se fixara em suas memórias era a visão do policial inglês regulando o trânsito com a mão levantada. Explica-se, talvez, isto, pelo fato de o Swazi saudar o amigo ou visitante com um gesto semelhante, que ali aparecia com um efeito tão notório, sendo ainda uma das poucas coisas existentes em comum entre aquelas duas estruturas sociais.

Muitas outras experiências e opiniões poderiam ser citadas com relação a este assunto, nas quais se poderiam fortalecer ainda mais as convicções de que realmente os fatores sociais, nas suas diversas “nuances”, influem em nossa memória; no entanto, os acima enunciados já possibilitaram uma compreensão de que o assunto poderá ser encarado desta maneira.

CONCLUSÃO

O assunto que foi tratado teve um encaminhamento através de um raciocínio que nos pareceu mais adequado, dentre os diversos caminhos encontrados nas múltiplas teorias e escolas — às vezes antagônicas — que dão forma, vida e autenticidade científica à Psicologia.

Cumpramos lembrar que, num terreno de tanta subjectividade, não é fácil acompanhar esta ciência que se propõe a objetivar o subjectivo, e que é obrigada a conduzir a sua autonomia através de uma luta constante, para não se deixar absorver pelas realidades físicas da Fisiologia, e nem tão pouco, se deixar confundir com a Filosofia, em cujo seio viveu durante séculos, e onde ainda busca as suas mais fortes inspirações, que é compreender o ser humano na Natureza.

ATLANTIC

COMPANHIA ATLANTIC DE PETRÓLEO

MATRIZ: Av. Nilo Peçanha, 155 9.º andar - Rio

Edifício - NILOMEX



FILIAIS: FORTALEZA, RECIFE, RIO, S. PAULO e CURITIBA

30 ANOS...

“Três completos decênios são decorridos da nossa declaração, quando, empolgados por aquele frêmito de entusiástica crença e sadio patriotismo, erguemos o braço rijo naquele simpático primeiro pátio da saudosa Escola do Realengo e com voz jovem e enérgica pronunciamos o sagrado juramento que temos honrado nesses 30 anos.

O tempo encanecceu nossas cabeças e enrugou as nossas faces. Alguns dos nossos sucumbiram em meio da caminhada, outros por motivos vários e respeitáveis deixaram a atividade e desfrutaram hoje de justo e compensador repouso depois de árduas e sofridas jornadas, restando finalmente um pequeno grupo que ainda na ativa representa com resistente denodo essa valorosa turma de mais de meio milhar de brasileiros oriundos dos mais variados rincões da nossa Pátria.

Infantes, cavalarianos, artilheiros, engenheiros, aviadores e intendentos temos deixado, nas atividades de nossas armas e serviços, traços da nossa operosidade e dedicação ao nosso dever militar.

Muitos dos nossos integraram com brilho e heroísmo a Fôrça Expedicionária Brasileira nos campos da Itália, que chegaram a ser umedecidos pelo sangue generoso de alguns companheiros.

Nossas espôsas amadureceram conosco, compartilhando sempre de tôdas as vicissitudes que tanto enobrecem nossa carreira; nossos filhos cresceram e se tornaram adultos; nossos netos nasceram e são hoje a alegria de nosso outono; mas no fundo de nossos seres temos todos ainda um pouco daquela flama jovem e arrojada do antigo cadete do Realengo.

Não foram portanto vãs nem estéreis nossas vidas e nossos sacrifícios e ainda hoje continuamos, na ativa ou na reser-



TURMA DE ASPIRANTES DE 1934

va, prontos a atender incontinentemente a qualquer chamamento da Pátria estremecida, de quem continuaremos a ser incondicionalmente escravos.

Podemos assim nos entregar a essas comemorações do 30.º aniversário com a alegre despreocupação daqueles que, com a consciência tranqüila e o orgulho dos bem sucedidos, podem afirmar alto e em bom som:

— Dever cumprido!...”

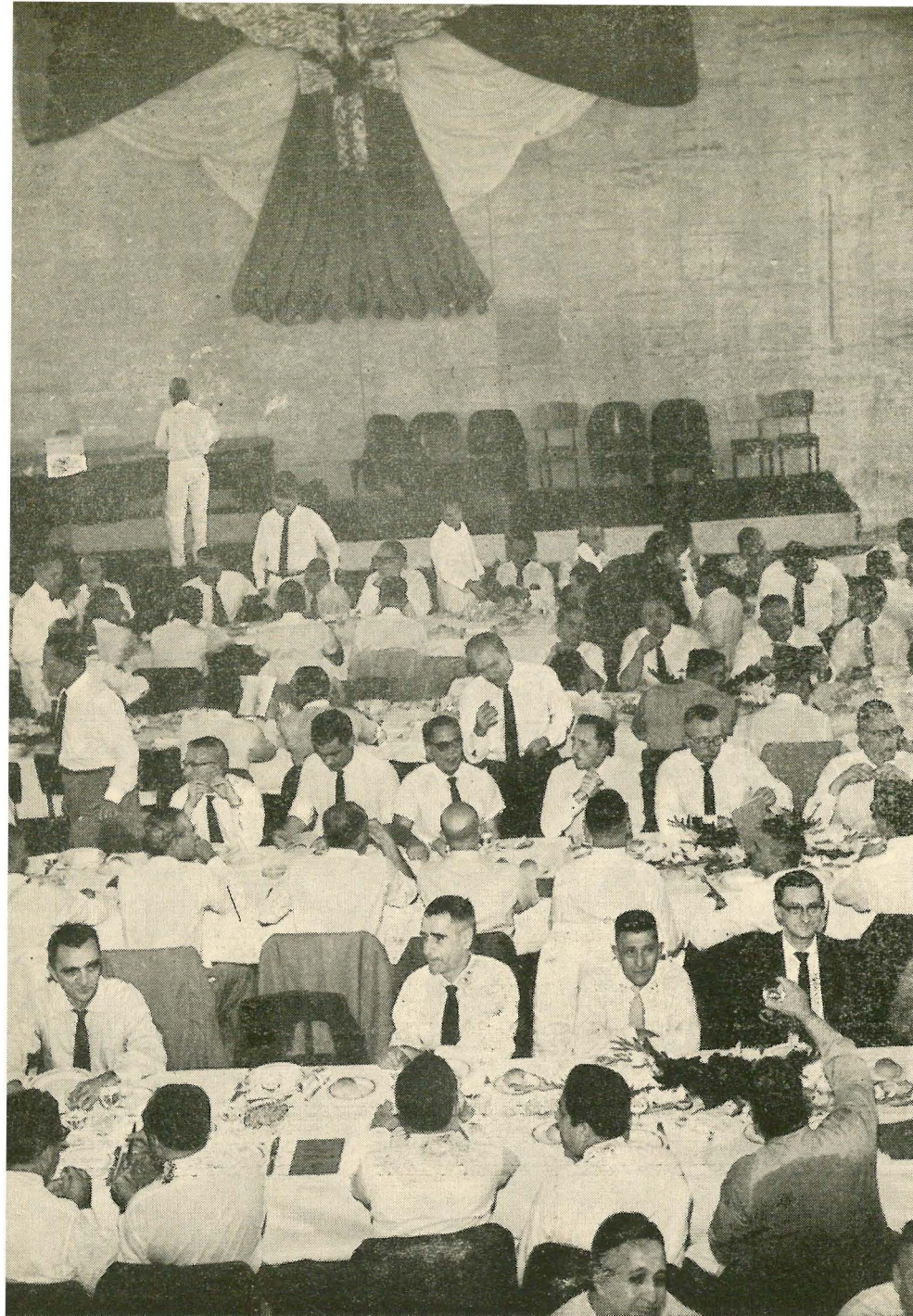
REMINISCÊNCIAS

ZALMIR LOCIO CAVALCANTI

A velha Escola Militar do Realengo é inesquecível.

Neste mês, em que festejamos os nossos 30 anos de formatura, voltei a rever aquele saudoso recanto.

Não tive coragem de transpor os umbrais daquele colosso de idéias, cimentado em alvenaria pesada e antiga, em cujas pa-



Um aspecto do almôço da Turma de 34, no Clube de Aeronáutica.

redes ecoaram os sentimentos de amor, dedicação e patriotismo de inúmeras gerações que ajudaram a construir o Brasil.

Quedei-me simplesmente ante o velho casarão, velha estátua, muda exteriormente, mas que sentia palpitar em seu bronze a grandiosidade de toda uma história.

Dez minutos de meditação e três anos desfilaram num retrospecto de saudades.

Reminiscência de um passado que já vai longe, mas que vive

no coração cheio de gratidão pelos felizes instantes que lá foram vividos.

Cada cadete era uma vida, cada vida, uma história e cada história, um relicário de saudades.

Rememorá-las exigiria um tempo infinito e descrevê-las, na simplicidade de sua grandeza, só com a grandeza da simplicidade.

Todos os tipos passaram céleres pela minha imaginação.

Lembrei-me dos *crânios*, aqueles que não estudavam e

tiravam excelentes notas. Dormiam cedo mas, na calada da noite, levantavam-se sorratamente e iam "trair" no banheiro até quase o romper da madrugada.

Recordei-me por outro lado dos que não eram *crânios*, e estudavam muito e não tiravam boas notas, mas que, abertamente, postavam-se no pátio com sua mesa e cadeira portáteis, sob a luz fraca do lampeão, numa tentativa quase que mórbida de absorver à força aquilo que não entendiam nos livros.

Sorri lembrando-me dos que de descritiva nada enxergavam e que ante as péssimas notas compensavam-se com a alma poética que lhes desabrochava, amenizando o recalque de fraccos na matéria. E a poesia justificava o seu fracasso:

"Na sordidez interna de uma
[sala,
escura e sem conforto, ver
[procuro,
na descritiva cruel em que
[sou *bala*
o desfilar de retas no escuro

De um *crânio* vazio e que não
[fala
Pois que de Plano só concebe
[o muro
Em que na Escola com prazer
[se escala
Para em Bangu ir ver um
[amor impuro

E o pobre livro já, tão cansa-
[tivo
De lado fica só e abandonado
Chorando as máguas de um
[pobre cativo

Enquanto eu ao ser exami-
[nado
em tão banal desenhos pro-
[jetivo
No P.H. me vejo projetado."

Desfilaram na minha imaginação aquelas figuras tão nossas conhecidas dos que "blefavam" a Educação Física mas que ficavam "dobrados" a olhos vistos.

Como os falsos *crânios* que se escondiam no banheiro, também eles, para lá levavam os seus halteres, e, escondidamente, *cavavam* a sua musculatura.



Outro aspecto do almoço, vendo-se os Brig Paulo Sobral, Neves Filho e Ary Neves, aparecendo, ainda, o velho barbeiro da E. Militar do Realengo.

Recordei-me ainda dos grandes comilões que como *laranjeiras* se desforravam, nos dias de licenciamento, da limitação a que eram forçados nos dias comuns.

Sobre os mais categorizados dos comilões, ocorreu-me uma paródia de *Bohemia triste* de Olegário Mariano, que num momento de bom humor cadetiano me foi inspirada naquele nosso simpático e inesquecível refeitório.

— “Gastronomia triste” —

Eram três em torno à mesa.
Três que a Escola,
Na ânsia de uma esmola,
Juntara num mesmo afeto,
Na mesma mesquinhez.
O Pizza, o Muzzel e o Neiva
Eram três.

O primeiro urrou:
Veio da melodia dos talheres
A fome que me pôs tão triste
[assim
sinto-a como se sente com as
mulheres

Um grande amor, imenso,
[sem ter fim
Peru, pois, amigos, em todos
[os pastéis,
Pães, doces, e outras iguarias.
Porque de todos nós os dez.
Restamos três somente êstes
[dias

O segundo rosnou:

Amigo, deixaste-nos tomado
Do mais sincero espanto:
Dando o golpe com a mais vil
[ingratidão.

Pirustaste doces, pastéis e nem
[sequer um pão
Deixaste para aqueles que te
[veneram

E fêz-se um grande silêncio
[em torno à mesa
Silêncio que se faz, de tanto
[mastigar.
O terceiro latindo em convul-
[são
Estrebuchou com forte indi-
[gestão.

Também surgiram no desfile de evocações os confusos e piroquetes. Havia uma grande quantidade dêles, com suas agitações e casos pitorescos. Dentre os mais engraçados, recordei-me dos que se seguem:

Dois companheiros, aliás das hostes dos mais estudiosos, embora de armas diferentes, estudavam juntos as cadeiras que lhes eram comuns.

Bons companheiros sempre foram o Valporto e o Campos.

Identificaram-se de tal maneira, em seus profundos estudos, integraram-se e amalgamaram-se de tal forma na mais perfeita penetração recíproca de subconscientes que, em uma sabatina de Tática Geral, após

uma noite de incansáveis estudos juntos, o Campos assinou a sua prova como MURILO VALPORTO DE SA, e êste firmou a sua como JOSÉ PINHEIRO CAMPOS.

Vão ser perfeitos no inferno! É bem possível que êles hoje ao ouvirem esta história a neguem; todavia fiquem certos de que, se êles sorrirem, confirmam a sua veracidade...

A verdade é que naquele dia, como muitos de nós, não estavam êles num campo de trigo, mas pastando inocentemente em verdejante capinzal.

Outro cadete dos mais agitados passou-me pelos dez minutos de meditação.

Com o identificação inicial, podemos afirmar que foi o primeiro avô de nossa turma.

Sempre se esforçou para um dos primeiros lugares na classificação intelectual, mas sem fazer muita força, ou quase que nenhuma, esteve sempre com o Zé Pinheiro Campos na lista dos Dez mais piroquetes.

Embora da arma de artilharia, era um dos mais completos pilotos de prova. Estava sempre voando e transpunha freqüentemente a barreira do Som, com rara facilidade.

Um dia... voava tão alto que entrou em uma sala de aula, já

atrasado, foi admoestado, aca-
tou e sentou-se.

Assistiu a aula inteirinha com
a mesma atenção com que con-
tava as estrelas em seus insu-
peráveis vôos. Quando sentiu
vontade de aterrar, olhou o
campo de pouso, viu coisas es-
tranhas, companheiros diferen-
tes, sala que não era sua, pro-
fessor que não era o seu e que
nunca o havia visto, nem ma-
gro e nem gordo, e deu-se o ine-
vitável.

No instante em que o profes-
sor arrematava a sua brilhante
aula com as bonitas e adequa-
das palavras que rebuscara em
seus alfarrábios numa noite de
vigília, o velho Welt levantou-
se e interrompeu-o com a sua
clássica *molemolência* — “Pro-
fessor — desculpe, mas eu en-
trei na sala errada”. Ele vai ju-
rar que é mentira, porque é
hoje um homem de responsa-
bilidade. Não acreditem nêlo
porque a história não é do Co-
ronel Welt, mas do saudoso ca-
dete Welt, com quem convive-
mos orgulhosamente.

Ele era um tipo notável e so-
bretudo bom companheiro, mas
agitado, era mesmo.

Um dos fatos mais pitores-
cos da sua vida de cadete repe-
tia-se contumazmente em tôdas
as *sabatinas*.

Entrava o professor e na in-
discutível sabedoria, pois não
havia quem quisesse ou pudes-
se discuti-la, como um ser de-
sumano, lançava a 1.ª bomba.

1.ª Questão!!! — e lá escre-
via no antipático e lutuoso qua-
dro que ficava bem nas nossas
caras de bostas quadradas a
pergunta que ele queria que
todos nós respondêssemos e que
muito pouca vontade tínhamos
de fazê-lo.

E o Welt — feliz, eufórico
— dizia alto, mas para os seus
botões. É sopa! — é sopa! —
matei! — Grau 3. E a sua len-
ga-lenga eufórica e otimista era
cortada com o lançamento da
2.ª bomba pelo carrasco de giz
na mão.

2.ª Questão! — e no mesmo
quadro grotesco, já surrado pe-
las infundáveis besteiras escri-
tas nêlo por gerações e mais ge-

rações, profundamente detesta-
do na época por todos nós, mas
lembrado hoje com saudades e
sobretudo arrependimento dos
dias que desperdiçamos, de tu-
do que deveríamos ter aprendi-
do e não aprendemos, alinhara
o professor, embaixo da 1.ª ques-
tão, aquilo que ele desejava
fôsse solucionado, com acêrto,
por tão inesquecível cambada
de analfabetos.

E o Welt, senhor absoluto da
situação, mais uma vez e ainda
mais alto para os botões de sua
encardida gandola, esbravejava
com tôda a força de seus pul-
mões:

É sopa — é sopa — matei —
Grau 3 na 1.ª — Grau 3 na 2.ª
— Grau 6. Professor: quer-me
dar mais 5 minutos?...

— Como? — se eu ainda não
dei tôdas as questões, não man-
dei começar a prova, como o
senhor quer mais 5 minutos?
— vociferava o mestre, trepa-
do em suas justas tamancas de
mais sábio do que qualquer um
de nós.

E quase que simultaneamente
lançava, no quadro-negro, a úl-
tima questão, escrita como as
demais em letras de fôrma, para
que aquela turma, não afeita à
leitura, pudesse soletrá-las e de-
senhá-las, cada um em seu pa-
pel, com a caneta mal ajeitada
nos dedos que mais pareciam
uma picareta.

E o velho Welt, ainda em voz
alta, desta vez para os botões
de outrem, como se fôra uma
torcida organizada em campo de
futebol, recomçava a sua len-
ga-lenga de crânio recalçado.

É sopa — É sopa — É sopa!
Grau 3 na 1.ª — Grau 3 na 2.ª.
Grau 3 na 3.ª — Grau 9. Capri-
cho um pouco mais, enfeito a
prova e ganho mais 1 — e faço
grau 10 — Professor! Posso co-
meçar? — Quer-me dar mais
5 minutos?

E aí começa a odisséia do ve-
lho Welt. Pega o papel, vira
para a direita, morde a caneta;
pega o papel e vira para a es-
querda; mete a caneta no nariz
e morde o dedo.

Vira o papel para baixo, vira-
o para cima e nada. Por fim co-
meça a choradeira.

Vê? — eu sabia! Eu sabia
tôdas elas! Não pode ser! ZAL-
MIR que horas são? E estica-
va o braço esquerdo com o seu
relógio no pulso que ele pró-
prio não enxergava, para que o
companheiro ao seu lado, cal-
mo, sereno e profundamente
côncio da sua burrice cadetia-
na, lhe dissesse: “No seu reló-
gio são 10 horas, mas no meu
são 10 e 5 e está certo com o
do professor. Você tem que
acertar o seu pelo meu, para
depois então pedir mais 5 mi-
nutos.”

Nesta altura, o Welt já quase
que desmaia. Gritinhos p’ra lá
e gritões p’ra cá e o pobre não
começava a prova pela 1.ª ques-
tão que era sopa, nem pela 2.ª
que também era sopa e nem
pela 3.ª que não era menos so-
pa, e outro dia, em outra sala,
com outro professor, com ques-
tões escritas em outro antipá-
tico e lutuoso Quadro, mas com
os mesmos fatos e as mesmas
palavras que ele contumazmen-
te repetia.

Outros tipos desfilaram pela
minha mente absorvida e sau-
dosa: os “bromis” incorrigíveis,
os valentões e fanfarrões, os
embromadores, os “anjos” e
muitos outros que hoje são na
maioria homens de grande res-
ponsabilidade, possuidores de
íntegros caracteres.

A busina de uma viatura aler-
tou-me, porém, de que me en-
contrava em pleno devaneio e
prossigui então na minha faina
diária, desta feita com espírito
rejuvenescido e arejado pelas
belas recordações...

ATÉ 1969!

Ao terminarmos as nossas co-
memorações, retornaremos às
nossas atividades nas mais dis-
tantes plagas brasileiras e conti-
nuaremos na “batida” que vi-
mos mantendo há 30 anos.

Esperamos em Deus que, da-
qui a 5 anos, possamo-nos reu-
nir novamente, com o mesmo
entusiasmo, a mesma amizade e
o acréscimo inevitável de mais
cabelos brancos, algumas rugas,
novos netos e muitos sucessos e
vitórias.

SOCIAIS

BÔDAS DE PRATA

O 25.º aniversário de feliz consórcio do Brigadeiro-do-Ar Ubaldo Tavares de Farias com sua esposa Sra. Umbelina Cortes de Farias foi comemorado com a celebração de ofício religioso em ação de graças na Basílica de N. S. de Lourdes. É da tradicional cerimônia da bênção das alianças o flagrante que estampamos.



CASAMENTO

Teve lugar no dia 22 de janeiro, às 18 horas, na Igreja de Santa Margarida Maria (Lagoa), a cerimônia religiosa do casamento de Laís e Túlio. Registramos com muito prazer esse acontecimento social, pois a jovem nubente é filha do Brigadeiro-do-Ar Manoel José Vinhaes e de sua esposa Sra. Rachel Torres Vianna Vinhaes. Presentemente o Brigadeiro Vinhaes se encontra no exercício das funções de Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, sendo, também, o Depositário do Clube de Aeronáutica. Na foto ao lado, vemos a jovem Laís em pose especial para a reportagem desta Revista.





A FAB EM SÃO PAULO

A FAB se fez representar na Parada Militar de 7 de Setembro, em São Paulo, com um imponente desfile terrestre, organizado pelo então Comandante da 4.^a Zona Aérea, Major-Brigadeiro Márcio de Souza e Melo, estando o Contingente daquela Zona Aérea assim constituído: um contingente de alunos da EEAer; elementos representativos do SAR; um batalhão misto (uma Cia de PA do QG da 4.^a ZAe, uma Cia IG da Base Aérea de São Paulo e uma Cia IG do Parque); e um batalhão de Suboficiais e Sargentos. Na foto de cima, uma vista de conjunto do desfile. Em primeiro plano, o contingente da EEAer e ao fundo os elementos representativos do SAR (2.^o/10 GAV). Na foto inferior, uma vista do Batalhão de PA e IG, durante o desfile.





Comandante do Agrupamento Terrestre — Ten Cel Av José do Pinho.

Desfilando garbosamente com o seu característico uniforme "Gerimum" o contingente do "SAR" (2.º/10.º GAV). Esta Unidade despertou grande curiosidade popular nessa sua primeira apresentação em terra. Os comentaristas incumbidos da descrição do desfile ressaltaram com muita propriedade e precisão os feitos da Unidade que já pertencem ao domínio público.





Uma foto mais detalhada do batalhão de Suboficiais e Sargentos, na qual se observam o garbo e o entusiasmo com que desfilaram os homens aos quais estão afetas a manutenção e a segurança do material aéreo.

Contingente de alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica, em continência às autoridades presentes no palanque.



NOVA TURMA DE ASPIRANTES DA ESCOLA DE AERONÁUTICA

Com a presença do Presidente da República e do Ministro da Aeronáutica, realizou-se, dia 22 de dezembro p. findo, no Campo dos Afonsos, a solenidade de declaração dos novos aspirantes formados pela Escola de Aeronáutica. A turma, constituída de noventa e três aspirantes, completou seus estudos na nova Escola de Pirajununga, onde está funcionando o terceiro ano daquele estabelecimento de ensino da FAB.

As solenidades militares tiveram início com a prestação de continência ao Presidente Castelo Branco, seguindo-se: revista ao Corpo de Cadetes, restituição de Espadins, leitura do Boletim Escolar, compromisso dos novos aspirantes, entrega de prêmios, colocação de brevês pelos professores e instrutores, entrega das espadas pelas madrinhas e padrinhos dos novos futuros oficiais da FAB e, por fim, desfile do Corpo de Cadetes, enquanto seis aviões F-8, do 1.º Grupo de Caça, em vôo de esquadrilha, executavam acrobacias.

Às solenidades do Campo dos Afonsos, compareceram todos os brigadeiros comissionados ou de passagem pela Guanabara. A Marinha de Guerra fêz-se representar por uma comissão de alunos da Escola Naval, chefiada pelo seu diretor, Contra-Almirante Júlio Xavier de Araújo e Silva. O Presidente Castelo Branco fêz a entrega do prêmio Salgado Filho, ao aspirante que mais se distinguiu, mantendo-se em primeiro lugar, com média superior a 8 em todas as matérias, José Antônio dos Santos Raposo, do Curso de Formação de Oficiais-Intendentes. O prêmio, que pela primeira vez é concedido, consta de medalha de ouro com passadeira, que poderá ser usada pelo oficial em todos os atos de sua vida militar. Ao mesmo aspirante foram concedidos outros prêmios e um financiamento para aquisição da casa própria pela Caixa Econômica. O aspirante, porém, que mais prêmios fêz jus foi Antônio do Nascimento, classificado em primeiro lugar no Curso de Oficiais-Aviadores. Das mãos do



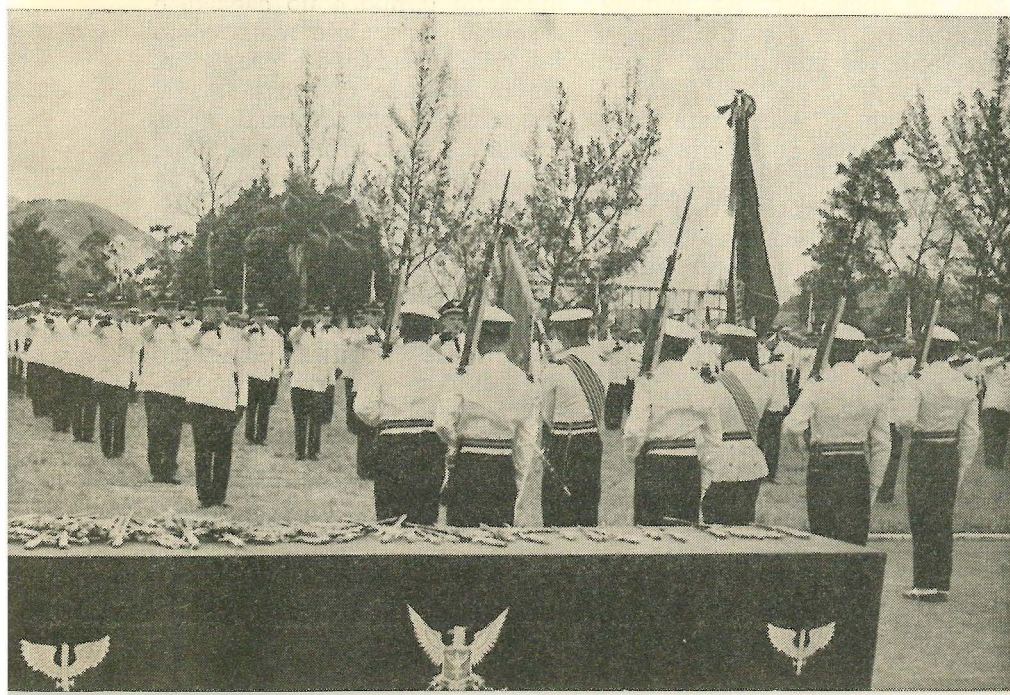
O Aspirante José Antônio dos Santos Raposo, quando fazia entrega do Pavilhão da Escola ao Cadete 01

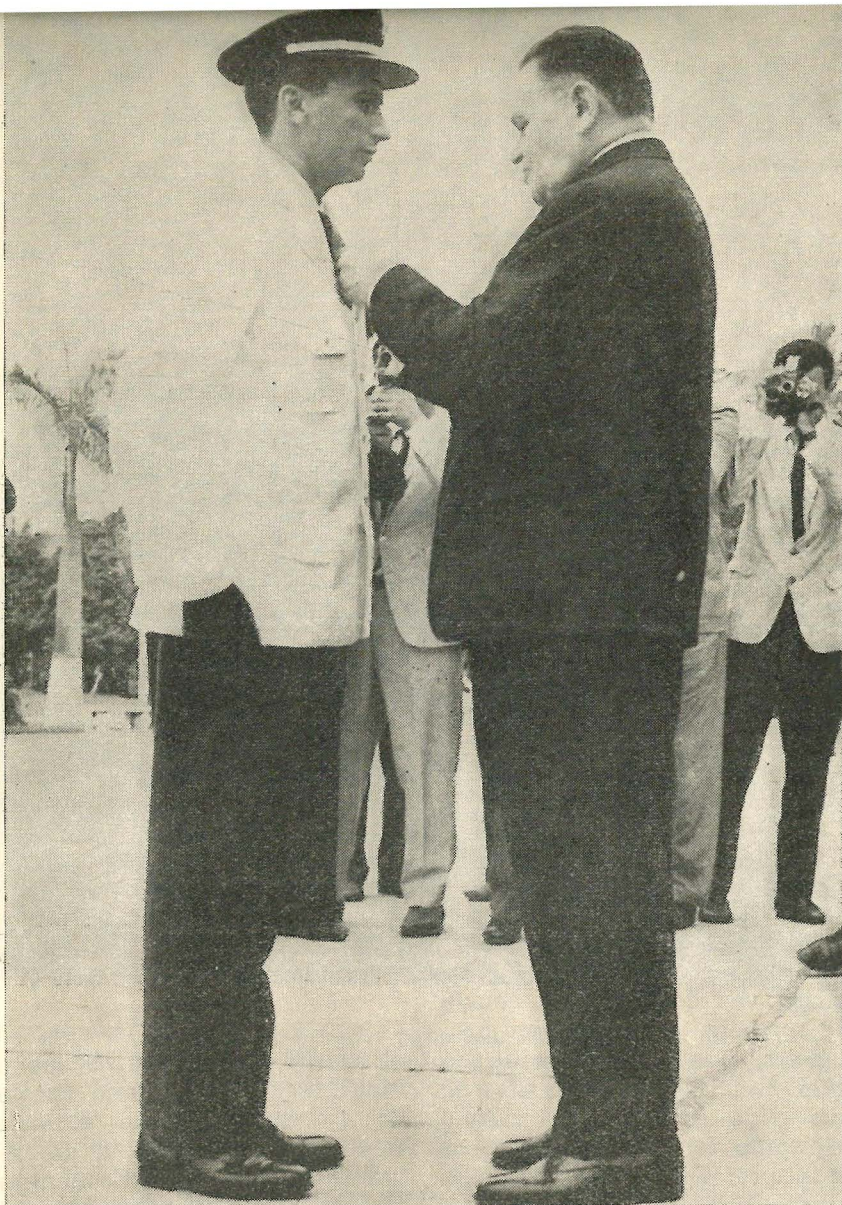
Ministro Márcio de Souza e Melo, recebeu o prêmio Escola de Aeronáutica, que consiste num Brevê de Ouro, e do representante da Caixa Econômica Federal, um financiamento de 10 milhões de cruzeiros para aquisição de casa própria. O General Peri Bevilaqua entregou-lhe o prêmio Estado-Maior das Forças Armadas. O aspirante Antônio do Nascimento recebeu ainda os seguintes prêmios: Força Aérea Argentina, Força Aérea Chilena, Força Aérea Equatoriana, Força Aérea Francesa (Histoire de Aviation), Força Aérea Italiana e Força Aérea Portuguesa. Os prêmios oferecidos pelas Forças Aéreas dos países amigos foram entregues pelos respectivos adidos aeronáuticos em nosso País. Os dois aspirantes receberam, ainda, o prêmio Forjas Taurus, que consiste num revólver marca Taurus.

ORDEM DO DIA DO COMAN- DANTE DA ESCOLA DE AERONÁUTICA

Plasmadora do idealismo peculiar aos homens da Força Aérea, engalana-se a Escola de Aeronáutica, ao ver cumprir-se

Os Aspirantes da Turma de 1964, quando prestavam juramento em frente ao Pavilhão Nacional





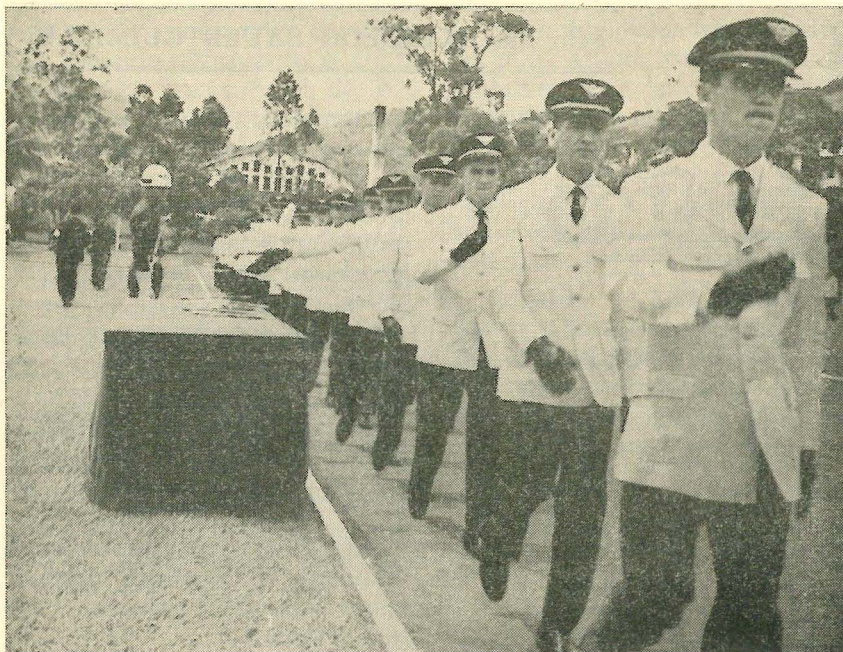
O Presidente Castelo Branco entrega o prêmio Salgado Filho ao Aspirante-Intendente José Antonio Raposo, que obteve o primeiro lugar na Escola de Aeronáutica

nova etapa de sua missão. Neste 22 de dezembro, a velha Escola dos Afonsos entrega, à profissão militar, nova turma de formandos. Na honrada presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, este sentimental Campo dos Afonsos, repositório de tantas lutas e de tantos anseios, vê, personificada, a imagem de Governo tantas vezes idealizada em seus devaneios de brasilidade. A Vossa Excelência, os agradecimentos pelo símbolo que transmite, e pelo que de prestígio sua presença confere a esta Escola. Sumamente honrosas são ainda as presenças dos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, legítimos propulsores da nova realidade nacional. A Vossas Excelências,

nosso agradecimento. Aos Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais; aos dignos representantes de nações amigas, que tão bem demonstram compreender o significado desta cerimônia, gratos pelo que nos trazem de incentivo. As demais autoridades civis e militares, e aos senhores convidados, agradecemos pelo que de humano incorporam a esta festa. Aos senhores pais dos formandos, nossos cumprimentos. O orgulho que ora sentem é o mais legítimo dos sentimentos de exaltação, porque incorporada às realizações dos filhos está uma parte de suas próprias vidas.

Aspirante — No campo das realizações dos ideais pessoais, o dia de hoje vos traz a concre-

tização da mais decisiva das etapas, pois que vos integra na comunidade das Forças Armadas, e atribui-vos o lugar definitivo em uma delas, a de vossa escolha, a mais nova, a mais técnica, a FÔRÇA AÉREA BRASILEIRA. Encerrais, hoje, vitoriosos, o essencial ciclo de vossa formação. A família, a mais real unidade comunitária, legou-vos a orientação básica da vida. Os passos seguintes guindaram-vos a horizontes maiores: nos colégios, recebestes o apoio das verdades fundamentais; pelo ideal, escolhestes esta Escola, que vos propiciou a sustentação profissional da carreira futura. Com a coragem ardente da juventude idealista, ultrapassastes, incólumes, os tropeços que derrubam os menos dotados. Nesta procura do melhor, restastes poucos, mas podeis contar que a Força Aérea vos exigirá por muitos. Atentai, agora, para a transformação que hoje se inicia: como Aspirantes estareis muito perto do oficialato; de orientados, passareis a orientadores; de formandos, a formadores; de comandados, a comandantes; e, mais importante, exercereis chefia e liderança, tereis autoridade, assumireis responsabilidades e, na medida que souberdes ser homens, sereis mais que isso, pois sereis condutores de homens. No longo caminho que ora se vos apresenta, empreendereis novas lutas, que vos trarão inusitadas experiências. No impulsivo crescimento da Força Aérea, identificareis o dedo da moderna tecnologia a aproximar os homens no tempo e no espaço, e a solicitá-la, mais e mais, como fator de integração e progresso. Na mobilidade de vossa arma, encontrareis, em termos de ação, o amanhã mais próximo de hoje. Na diversidade das funções que desempenhareis e que vos exigirão a superação de vós mesmos, descobrireis qualidades e aptidões insuspeitadas. A cada novo passo empreendido, vereis que maior e mais complexo apresenta-se o campo das realizações, e mais vastas as contingências carregadas pela prerrogativa inevitável e inalienável



Os Aspirantes da FAB, Turma 1964, quando devolviam seus espadins
Nôvo Comandante da ESG

do Comandante, que é a decisão. Dela, concito-vos a jamais furtar-vos, ou não sereis o que vos propondes ser. Mas para que a exerçais na plenitude, recordo-vos o que por elementar não podereis esquecer: sabeis já, pois esta Escola vos ensinou, que o amálgama que alicerça tôda a vida militar é representado pela graduação hierárquica e, sobretudo, pela disciplina. Sem esta essência, a própria palavra "MILITAR" sucumbe em seu significado, e, com ela, tôda a grandeza da profissão. Mas, logo, verificareis que um terceiro elemento é inevitável na complementação de tôda vida em comum: a Justiça. Despreocupai-vos dela no uso de vossas prerrogativas de chefe, e vereis que só vos restará a alternativa do régulo, nunca a do disciplinador. Afinal, uma última advertência, relativa ao cenário futuro de vossas lutas: a comunidade na qual vos integrastes não admite omissão, dubiedade, anonimato ou sub-repção. Aos dados da balança oficial de aferição tais elementos poderão desaparecer-se; mas vossas atitudes e decisões, e o desenvolvimento de vossas aptidões não fugirão ao sensível crivo do conselho geral, que há de tri-

butar-vos a medida exata do vosso valor real, porque, em comunidade, o homem é avaliado pelo que é, e não pelo que gostaria de ser.

APRESENTAÇÃO DOS NOVOS ASPIRANTES AO MINISTRO

O Comandante da Escola de Aeronáutica, Brig Newton Sholl Serpa, apresentou, na mesma tarde, no Salão Nobre do Ministério da Aeronáutica, os novos aspirantes aviadores e intendentes ao Ministro Márcio de Souza e Melo. A cerimônia, que foi simples, contou com a presença do Maj Brig Dario Cavalcanti de Azambuja, Diretor do Ensino; de todos os oficiais instrutores e chefes de serviço da Escola de Aeronáutica; e dos oficiais do Gabinete do Ministro. Na ocasião, o Ministro da Aeronáutica pronunciou as seguintes palavras: "Aspirantes. Na manhã de hoje recebestes a espada de oficial da Fôrça Aérea Brasileira e cumpristes solene juramento. Para vós foi o término de exaustivos estudos, de trabalhos orientados e de esforços individuais, perseguindo o objetivo a que vos propusestes, o de servir à Fôrça Aérea Brasileira como oficiais integrantes

de seus quadros de aviadores e de intendentes.

Para a FAB, no entanto, é o início de uma carreira que há de ser, tôda ela, de estudos constantes, de trabalhos individuais e de esforços coletivos visando a atingir o fim por vós colimado de bem servi-la, e através dela bem servir à nossa Pátria.

Nas palavras que hoje ouvistes do Comandante da Escola de Aeronáutica está contida a idéia daquilo que eu também vos direi agora, repetindo-a portanto, pelo que ela encerra de verdade e de importância.

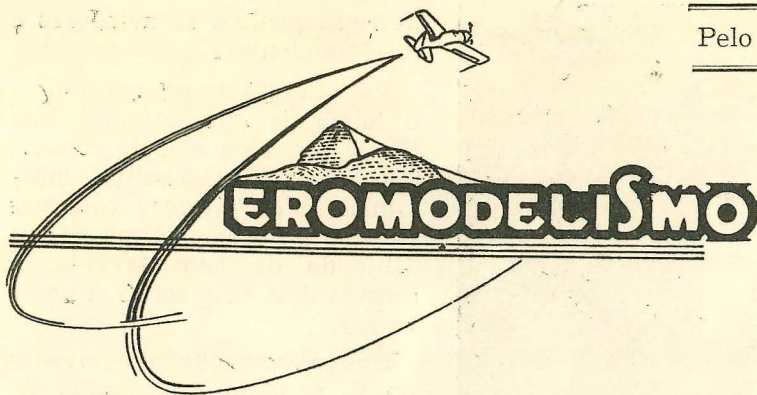
A profissão que abraçastes exige de vós um elevado espírito militar, traduzido pela dedicação ao serviço, pelo cumprimento fiel das ordens recebidas e pelo exemplo a ser dado aos subordinados.

A dedicação total ao serviço vos impõe o rigoroso cumprimento das tarefas atribuídas, sem medir esforços e, até mesmo, com prejuízo das horas de lazer e de repouso; só assim podereis adquirir a fibra necessária para enfrentar todos os problemas que se vos apresentarem, resolvendo-os sempre tendo em vista o engrandecimento da FAB.

O cumprimento fiel das ordens recebidas — sustentáculo da hierarquia e da disciplina militar — será para vós o estribo no qual vos apoiareis para exigir, em futuro que desejo bem próximo, sejam as ordens por vós emanadas cumpridas da mesma forma com que foram as por vós recebidas. O exemplo a ser dado aos subordinados, neste início de carreira, é extremamente delicado, porquanto entre eles encontrareis homens mais velhos, chefes de família e com longo tempo de serviço prestado à FAB.

Porém, a par de sua delicadeza, é uma das exigências mais fáceis de cumprir. Basta, para isso, que a vossa conduta — e por conduta quero dizer correção de uniformes, cumprimento de horários, apresentação pessoal,

(Conclui na pág. 56)



RADIOCONTROLE

Para êste número, não tive oportunidade de apresentar projeto algum, por falta absoluta de tempo.

Tal tem sido a minha dificuldade em arranjar disponibilidade para o triângulo prancheta-bancada-campo, que seria uma boa oportunidade para a turma das consultas. Muitas perguntas são ótimos pretextos para bons artigos, por tratarem de assunto de real interesse geral.

Todavia, para não falhar a minha coluna (minha, pois os leitores não querem habilitar-se a cooperar), darei, a título de curiosidade, regras americanas para radiocontrole em aeromodelismo.

MANOBRAS

1 — TAXI — Taxiar 15 metros, parar e girar 120°, terminando contra o vento.

2 — DECOLAGEM — Decolar, sem nenhum auxílio manual, do solo.

— LANÇAMENTO DA MÃO — Se tal ocorrer, não poderá ser contado nenhum ponto para a decolagem.

3 — VÔO NORMAL — Deverá ser executado contra o vento, iniciando sobre o transmissor até cerca de 150 metros adiante, sobre u'a marca. (O juiz poderá reduzir esta distância, em caso de vento forte)

4 — FIGURAÇÃO DE CURVA — 90° à esquerda partindo da marca, seguidos de imediatos 270° para a direita.

5 — VÔO NORMAL DE RETORNO — Partindo da marca em direção ao transmissor.

6 — "OITO" — Eixo perpendicular ao vento. Os dois círculos deverão ser iguais, suaves, e o cruzamento deverá ser sobre o transmissor.

7 — TOQUE E DECOLAGEM — Partindo de um vôo normal, o aparelho deverá tocar o solo e tornar a decolar, sem todavia parar no solo.

8 — "WING OVER" — Nesta manobra, o aparelho deverá terminar 180° em relação à entrada, e não perder altura. (*)

9 — "TUNEAUX" TRÍPLICE CONSECUTIVO HORIZONTAL — O aparelho deverá terminar esta manobra na mesma altura em que entrou.

— Para as classes I e II, será exigido apenas o "TUNEAUX BARRIL" TRÍPLICE.

10 — CURVA DE "IMMELMAIS" — Meio "looping", seguido de meio "TUNEAUX".

11 — TRÍPLICE "LOOPING" NORMAL — Suaves, redondos, iguais em tamanho e à mesma altitude.

(*) Obs.: Para os que não conhecem esta manobra, esclareço que será efetuada da seguinte forma: o aeromodelo passa do vôo normal para o vôo vertical, subindo. No instante em que tenha passado para essa nova posição, é aplicado o leme de direção. Assim, êle faz uma curva no plano vertical. Quando o aparelho estiver novamente na vertical, agora com o nariz para baixo, desfaz o leme de direção e torna a nivelar o vôo.

A manobra deverá terminar à mesma altura de entrada.

12 — "TUNEAUX" EM QUATRO TEMPOS — Uma volta completa de "TUNEAUX" horizontal, com paradas a cada 90° de volta.

13 — TRÍPLICE "LOOPING" INVERTIDO — Mesmas exigências do "looping" normal.

14 — "OITO CUBANO" — OITO HORIZONTAL, formado por duas curvas de "imelmais" modificados (três quartos de "looping" normal, meio "tuneaux", "looping" normal; meio "tuneaux" e finalmente a recuperação).

15 — PARAFUSOS DE TRÊS VOLTAS — Na semi-espiral descendente, o aparelho deverá partir de um "stall", dando 3 voltas de "parafuso" verdadeiro.

16 — OITO INVERTIDO VERTICAL — Os círculos deverão ser iguais e executados sobre o transmissor. Não há restrição quanto ao concorrente fazer a entrada e saída em vôo normal ou de dorso.

17 — OITO COM "TUNEAUX" — Fazer um "looping" normal, seguido de meio "tuneaux", novo "looping" normal (que logicamente agora será para baixo), seguido de meio "tuneaux" final para recuperação.

18 — "STALL BADALO" — Usando potência moderada de motor, passar para o vôo vertical, de forma que pela potência insuficiente o aparelho entre em "stall" de cauda. A recuperação deverá efetuar-se na altitude de entrada.

19 — OITO VERTICAL — Meio "looping" normal, seguido de um "looping" completo invertido, terminando com mais meio "looping" normal.

20 — TRÁFEGO PARA POU- SO — Voar contra o vento, em direção ao transmissor; curva de 90° (esquerda ou direita, à escolha dos juizes, por motivos de segurança), voando depois normal durante 33 metros; nova curva de 90°, voando agora

a favor do vento; nova curva de 90°, ficando agora com o vento de través; curva final de 90°, agora contra o vento, terminando o tráfego e iniciando a descida.

21 — PERFEIÇÃO DE POUSO — Suavidade e perfeição.

Não contam pontos toques de nariz, toques glissados ou não visíveis pelos juizes.

22 — POUSO NA "MOSCA" — Consiste em tocar, no pouso, dentro de um círculo de 33 metros.

23 — TAXI PARA O "HANGAR" — Após o pouso, o aparelho deverá taxiar até um círculo de 1 metro.

Estas manobras não são ainda as mais atuais, pois o atual regulamento, e que não possui inteiro, já prevê as manobras "quadradas", altura determinada para certas manobras, e o tráfego para o pouso é por demais exigente em alturas e distâncias.

Todavia, o acima mostrado serve para que se saiba o que breve poderemos assistir, pois o Brasil já vai iniciar a categoria de multicontrole.

—o—

Alguns recordes curiosos, americanos, de aeromodelismo.

Autogiro — D. Ullman — 3 min 10,3 seg em 27-11-60.

Ornitóptero. — P. Schoenky — 6 min 12,6 seg em 28-8-55.

Helicóptero — T. Finch — 14 min 57 seg em 8-5-60.

Jato — J. Summersett — 169,25 mph em 23-4-61.

"Rocket" — E. Shipe — 12 minutos em 29-7-59.

"Jeet, Paa Load" — G. Guinotte — 13 min 22,8 seg em 21-7-59.

Planador de lançamento a mão — L. Hines — 13 min 57,4 seg em 12-11-60.

Chamo êstes recordes de curiosos, pois são estranhos para nós. Todavia, lá existem regulamentos destas provas.

NOTÍCIAS AEROMODELÍSTICAS

Por **CELSO VIANNA** — Presidente da ACA

CAMPEONATO CARIOCA — 1964

PROSSEGUIU O CAMPEONATO COM AS SEGUINTE PROVAS:

- 25 — X — 64 — Wakefield e R. Control — C. Afonsos
- 1 — XI — 64 — V. Livre c/motor e L. Manual — C. Afonsos
- 22 — XI — 64 — Prova de Aspirantes, patrocínio da Casa Hobbylândia
- 29 — XI — 64 — Velocidade e T. Racing — FAI — ACA

O CERTAME TERMINOU COM OS SEGUINTE RESULTADOS:

CLASSE LIVRE

CAMPEÃO	— Célio José Fernandes Vianna —	ACA — com 61 pontos
VICE-CAMPEÃO	— Almir Moreira Mattos —	" — " 55 "
3.º Lugar	— Paulo Leite Sampaio —	" — " 44 "
4.º "	— Paulo Solon Ribeiro —	" — " 31 "
5.º "	— Roberto Martinez Borel —	BFR — " 26 "
6.º "	— Cesar Aguiar Gama —	ACA — " 13 "
"	— Cezar F. Motta —	BFR — " 13 "
8.º "	— André Ladogano —	" — " 8 "
"	— Clóvis Lemos Gomes —	ACA — " 8 "
"	— Matsuo Maeda —	BFR — " 6 "
11.º "	— Francisco José Domingues —	" — " 8 "
"	— Roberto Maia Bueno —	" — " 6 "
13.º "	— José Braga Júnior —	ACA — " 3 "
"	— Paulo Gavin Bourdon —	" — " 3 "
"	— Kleber Carneiro —	" — " 3 "
16.º "	— Antônio Borel —	BFR — " 2 "
"	— Luiz Fernando Segadas Viana —	" — " 2 "

CLASSE JUVENIL

CAMPEÃO — Fábio Crespi — BFR — com 8 pontos

CLASSE INFANTIL

CAMPEÃO	— Paulo Ricardo A. Sampaio —	ACA — com 26 pontos
VICE-CAMPEÃO	— Antônio Cláudio A. Campos —	BFR — " 21 "
3.º Lugar	— Carlos Augusto D'Aguiar —	CRF — " 13 "
4.º "	— Carlos Azevedo Campos —	BFR — " 8 "
"	— Neli Almeida Sampaio —	ACA — " 8 "

A ACA obteve 281 pontos assim distribuídos: Classe Livre 247 pontos e Infantil 34 pontos.

O "Botafogo de Futebol e Regatas" obteve, para a Classe Livre, 41 pontos, para a Classe Juvenil 10 pontos e para a Infantil 29 pontos, totalizando 80 pontos.

O "Clube de Regatas do Flamengo", participando pela primeira vez, obteve um honroso primeiro lugar, conseguindo 13 pontos.

CALENDÁRIO CARIOCA

"MIL VOLTAS DA GUANABARA"

Foi realizada, no dia 30 de agosto p. passado, esta importante prova que teve o seguinte resultado:

1.º lugar	— Equipe "3 Ases"	— 57'12"3	— 1000 V.	— B.F.R.
2.º lugar	— " Triângulo	— "	— 976 V.	— B.F.R.
3.º lugar	— " Chavante	— "	— 733 V.	— U.P.A.
4.º lugar	— " Able	— "	— 685 V.	— U.P.A.
5.º lugar	— " Astória	— "	— 308 V.	— A.C.A.

PROVA DE A-2 PLANADORES

Realizada no dia 20 de outubro p. passado, com os seguintes resultados:

1.º lugar	— Paulo Solon Ribeiro	819" *
2.º lugar	— Célio José Fernandes Vianna	660"
3.º lugar	— Paulo Leite Sampaio	465"
4.º lugar	— Kleber da Silva	206"

(*) É novo recorde carioca e brasileiro.

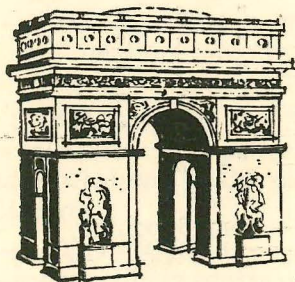
MOTOR A JATO DE FABRICAÇÃO NACIONAL

Está muito ativa a turma de jato da ACA. Estão treinando ativamente: Pedro, Adilson, Viana, Evandro e Floriano. Já testaram, com grande êxito, 2 motores tipo DYNA-JET, fabricado pelo Floriano. Preparam-se para a prova de velocidade que será realizada em futuro próximo.

ACONTECEU NA FRANÇA

Achou-se um avião Piper vermelho e branco à Rua Bosquets-Petit-Clamart (Seine) Reno 302 França.

um cigarro de agrado internacional



minister

KING SIZE • FILTRO DE LUXO • CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ

NÔVO



agora
3 côres - 3 perfumes

EUCALOL

- o sabonete do Brasil

3249

SUBOFICIAL DA FAB GANHA PRÊMIO LITERÁRIO

O Tenente-Coronel-Aviador Francisco Eduardo Müller Botelho representou o Ministro da Aeronáutica, na solenidade comemorativa do 83.º aniversário de fundação da Biblioteca do Exército, ocasião em que foi lançada a primeira edição do livro "Estradas Sem Fim", prêmio "Franklin Dória" de 1963, da autoria do Suboficial da Aeronáutica Severino Rocha Carvalho.

A cerimônia, realizada no 3.º andar da ala "Marcílio Dias" do Palácio da Guerra, sede da Biblioteca do Exército, foi presidida pelo escritor Austregésilo de Ataíde, Presidente da Aca-

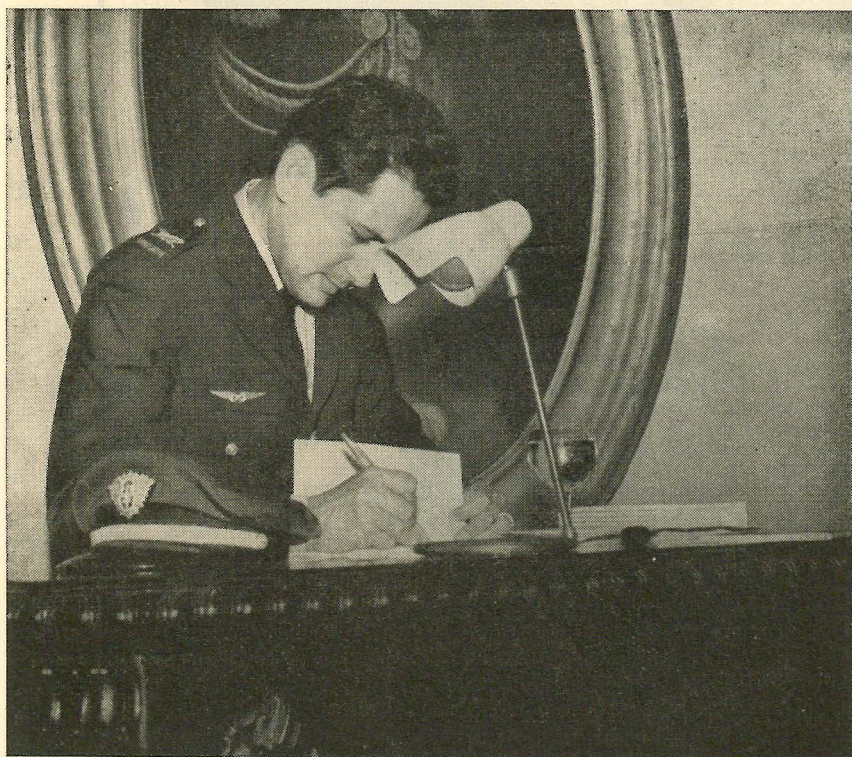
NOTÍCIAS DA AERONÁUTICA

bliográfica militar alcançará o limite de maior do País. Coube ao Major Alderico Teixeira, subdiretor, apresentar a 1.ª edição de "Estradas Sem Fim" que se compõe de 10 mil brochuras de 132 páginas. O autor premiado dirigiu ligeiras palavras de agradecimento à Biblioteca do Exército pela edição de sua obra e autografou exemplares para os presentes, ofertando um ao Ministro da Aeronáutica. Foram entregues prêmios de assiduidade aos consulentes da

na formação de pilotos civis, no corrente ano. O Ministério da Aeronáutica, através de seu Plano de Ação, fez constar de seu orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, expressivos recursos que atingem a 54 bilhões de cruzeiros. Esses recursos financeiros serão aplicados, exclusivamente, no atendimento às necessidades dos aeroclubes e escolas de aviação civil. Acreditam as autoridades da FAB terem dado um grande passo, no sentido de fomentar o interesse da juventude pelas atividades relacionadas com a aviação. Os recursos têm propósitos definidos, quais sejam os de: auxiliar a recuperação de aeronaves e motores; contribuir para o melhor aproveitamento na formação de pilotos de aviões convencionais e de planadores e de instrutores de pilotagem; e ainda incentivar as atividades relacionadas com o aeromodelismo. Como é do conhecimento público, é o Ministério da Aeronáutica responsável pela segurança e pelas boas condições de voo das aeronaves civis e militares, em todo o Território Nacional. Daí a fiscalização exercida pela Diretoria de Aeronáutica Civil, relativa ao funcionamento dos aeroclubes. Estes, para se candidatarem às subvenções, têm de preencher certas condições legais, como diretoria legalmente eleita, número razoável de candidatos ao curso de pilotagem e instalações apropriadas.

SAR ENCURTA DISTÂNCIAS SALVANDO VIDAS HUMANAS

A distância voada em tôdas as direções pelos aviões postos à disposição do Serviço de Evacuação Aeromédica da 5.ª Zona Aérea, se computada com essa finalidade, cobriria o percurso de ida e volta à Lua. Integrado no Serviço de Busca



O Suboficial Severino Rocha Carvalho autografando exemplares de "Estradas Sem Fim".

demia Brasileira de Letras. Na sessão especial, foi lida a ordem do dia pelo Capitão Ivan Vasconcelos, sobre as atividades da Biblioteca no ano que findou, falando, a seguir, o seu presidente, Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer, sobre os planos para o corrente ano e o de 1966, em que a coleção bi-

Biblioteca do Exército e, logo, após, em breve improviso, o Sr. Austregésilo de Ataíde encerrou a sessão.

AERONÁUTICA AUXILIA AEROCLUBES

Os aeroclubes do País receberão auxílios substanciais para incrementar as suas atividades,

e Salvamento da FAB, o EVAM-5 atende os que lhe pedem guarida, mas, principalmente, às camadas mais necessitadas das populações gaúcha e catarinense.

Uma equipe de médicos e enfermeiros é mantida sempre atenta, pelo comando da quinta Zona Aérea, aos pedidos de socorro urgente, partidos de locais onde as dificuldades de transportes e socorros médicos locais deixam a desejar. Seus aviões, equipados com materiais de primeiros socorros, estão sempre em condições de se deslocar, para qualquer localidade do interior de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De sua fundação para cá, o EVAM-5 realizou 481 missões; os aviões postos à sua disposição permaneceram 1800 horas no ar, a serviço de causas humanitárias, dentro da área jurisdicionada à 5.ª Zona Aérea, transportando 623 pacientes.

CONSAGRADO NA ITALIA MAJOR DA FAB

O Major-Intendente Alvim de Rezende Chaves, da Aeronáutica, foi consagrado na Itália, pelos resultados de trabalhos científicos que realizou no campo da ótica. A importância das pesquisas realizadas pelo oficial da FAB levaram o Diretor do Instituto Nazionale di Ótica, de Florença, Professor Vasco Roncho, a dirigir-se, em carta, ao Presidente Castelo Branco, pondo em destaque o trabalho do pesquisador brasileiro, com vista à solução do problema da visibilidade através da neblina, com o emprêgo de retinas eletrônicas.

Tal é a importância atribuída ao trabalho do Major Alvim de Rezende Chaves, que o Professor Vasco Roncho o convidou a estagiar no mundialmente famoso Instituto de Ótica de Florença.

ANIVERSÁRIO DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica completou, a 20/1/65, 24 anos. A campanha pela criação, po-

rém, foi iniciada treze anos antes de sagrar-se vitoriosa em 1941. Destacadas personalidades militares e mesmo civis dela participaram. Uns a favor e outros contra a unificação do Poder Aéreo e a jurisdição a um único organismo de todas as atividades aéreas. Todos, imbuídos do mais alto patriotismo e sentimento de brasilidade. Em pouco, a tese da unificação ganhava corpo na opinião pública e tornava-se vitoriosa. A diversificação do Poder Aéreo, entre o Exército e a Marinha, já a essa altura constituía sério entrave ao seu próprio desenvolvimento, face, principalmente, às nossas dificuldades financeiras. A idéia da unificação, todavia, estava vitoriosa. Dentre os seus adeptos figurava o então Ministro da Guerra, e ex-Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra. Teve, contudo, importância decisiva, para a unificação, a conferência do então Capitão Antônio Alves Cabral, realizada em 1935, no Clube Militar. Esta conferência cimentou a idéia nascente. Por fim, a campanha, iniciada em 1928, sagrou-se vitoriosa, e, em 1941, pelo Decreto número 2.961, de 20 de janeiro, era criado o Ministério da Aeronáutica, que unificava sob a sua jurisdição a Aviação Naval e a Aviação do Exército, constituindo a Força Aérea Brasileira e o Poder Aéreo Unificado. Em pouco tempo o novo Ministério, tendo a responsabilidade de dirigir a política aeronáutica do Governo, firmava-se e consolidava-se. Três anos após a criação do Ministério, a Força Aérea Brasileira foi chamada a intervir na Europa, em defesa dos princípios democráticos. O 1.º Grupo de Caça deu prova do acerto resultante do Poder Aéreo Unificado. Em seis meses de campanha, tornou-se uma das melhores unidades de combate dos campos de batalha. Terminada a Guerra, não cessaram as atividades da FAB. Aí está o trabalho de integração nacional realizado pelo Correio Aéreo Nacional, pelo Serviço de Busca e Salvamento e pelo Serviço de Proteção ao Voo,

para citar, apenas, os mais importantes apoios às populações civis, dos mais longínquos rincões da Pátria, onde somente os aviões de nossa Força Aérea chegam com regularidade sistemática.

ORDEM DO DIA

Ao ensejo do 24.º aniversário de criação do Ministério da Aeronáutica, o Ministro Eduardo Gomes baixou a seguinte Ordem do Dia:

“Aviadores do Brasil!

Congratulo-me convosco na data comemorativa da criação do Ministério da Aeronáutica, herdeiro das tradições dignificantes das antigas Aviações Militar, e Civil e depositário, com a Marinha e o Exército, da confiança que o País dispensa às suas Forças Armadas.

Recordo, com emoção e orgulho, a participação da FAB na guerra em que se empenharam os destinos do mundo; na colaboração mantida na ONU e na fraternidade que enaltece a História da América; na função civilizadora exercida em pontos remotos do nosso território; nas missões complementares de correio e transporte, como nas de busca e salvamento; e, sobretudo, na constância com que ela tem servido à liberdade e à República, para impedir a subversão do regime ou evitar se interrompa a nossa evolução política social.

Nesta data, com a serenidade dos que vêm definitivamente julgadas quer as próprias atitudes, quer a conduta retilínea de nossa corporação, podemos proclamar, sem suspeição de nenhuma natureza, o descortino que, para o futuro do Brasil, significou a fundação desta Secretaria de Estado, por Decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas, e bem assim relembrar, com sincero reconhecimento, os admiráveis serviços de que somos devedores a Salgado Filho, primeiro titular do novo Ministério.

(Conclui na pág. 56)

A DEMOCRACIA COMO UMA FILOSOFIA DE VIDA, UM ESTADO DE ESPÍRITO E UM REGIME POLÍTICO

INTRODUÇÃO*

“Que é democracia? Empregamos este termo todos os dias da nossa vida; repetidamente afirmamos a nossa fé nos princípios e processos democráticos; proclamamos a superioridade da democracia sobre o comunismo, fascismo e outros sistemas de governo totalitários ou autocráticos. Mas, exatamente, que pensamos quando dizemos que acreditamos em democracia? É evidente, para todos nós, que esse termo é usado em vários sentidos; não somente os indivíduos e grupos o interpretam sob os modos os mais divergentes, como, frequentemente, a mesma pessoa ou grupo usará o termo ora num sentido ora noutro. Realmente, poder-se-ia perguntar se seria possível definir “democracia” de tal maneira que assegurasse um acôrdo geral”. (1)

Em verdade, existem controvérsias sobre o significado que “democracia” pretende transmitir quando usado o termo em tal ou qual contexto. Isso tem originado confusões que levam os interessados no assunto quase ao desânimo, tendo sido sugerido até que deve ser abandonado o uso desse termo, pois essa palavra está cessando, rapidamente, de ter qualquer significado preciso.

Entretanto, julgamos não haver motivo para tanto pessimismo em relação à terminologia de que se necessita para estudo dos problemas em que

o termo “democracia” acaso aflore. Uma visão mais aproximada nos permite, com segurança, afirmar que muito das controvérsias resulta do fato de as definições de “democracia” propostas partirem de perspectivas ou tipos de focalização diversos do problema. Respeitando esses diversos ângulos que a multidimensionalidade (dimensões filosófica, psicológica, política, sociológica, econômica, etc.) do conceito enseja, podemos usá-lo com variantes que o mantenham sempre ajustados às nuances dos vários assuntos em que “democracia” é suscetível de emprêgo adequado. Nós, para os objetivos que temos em vista, focalizaremos a “democracia” sob três ângulos diversos:

a perspectiva do homem
a perspectiva da coletividade
a perspectiva da história.

Do ponto de vista do homem, a democracia, para empolgar uma personalidade, que nela busque realizar-se, deve ser um estado de espírito.

Do ponto de vista da coletividade, como empreendimento coletivo em certo momento da evolução do grupo, a democracia deve ser um regime político.

Do ponto de vista da história, buscando justificar-se a sobreviver através das gerações, a democracia deve atingir um grau de racionalidade e integralidade de soluções que constituam uma filosofia de vida.

CAPÍTULO I

A DEMOCRACIA COMO UMA FILOSOFIA DE VIDA

O título do presente capítulo merece uma explicação inicial acêrca de outra palavra

que, dependendo do contexto, pode assumir inúmeras significações: a palavra “filosofia”.

Etimologicamente, “filosofia” vem do grego e significa: philo = amigo, + sophia = saber, sabedoria. Então, “filosofia” quer dizer: amizade pelo saber, pela sabedoria.

Como emprêgo trivial do termo, “filosofia” pode assumir o sentido de “teoria”, que seria válido para o título que estamos esclarecendo.

Como disciplina autônoma, campo de conhecimentos ou nível de compreensão, o que seja “filosofia” tem sido objeto de muitas disputas e até de invalidações; não discutiremos as diversas teses e posições, porque nosso objetivo limitado não o comporta.

Há, entretanto, uma conceituação da “Filosofia” que implicaria uma redundância do nosso título: “A filosofia é uma concepção de vida.” É uma definição que tanto filosófica como cientificamente, e em meios leigos, pode ser acolhida. Neste caso, a redundância do nosso título deve ser entendida como a maneira de dar ênfase a aspecto prático com que se tratará da solução dos problemas vitais do homem no que se refere à necessidade de conduta que lhe permita realizar-se e atribuir aos outros a possibilidade de realizarem-se, também, no seio da coletividade a que pertencerem.

Enfim, para concluir nossa explicação: empregamos, positivamente, no título, a palavra “filosofia” com acepção de teoria e, preponderando em adequação, de concepção de vida.

(*) Conferência realizada na ECEMAR, em 14-8-64, durante o Estágio de Instrução sobre Manutenção da Segurança Interna contra a Guerra Revolucionária.

(1) C. C. Rodee, T. J. Anderson e C. A. Christol, “Introdução à Ciência Política”, 2 Vol., Editora AGIR, 1959, pág. 97.

Tôda filosofia chega a certas conclusões, que ela estabelece racionalmente, relativas à natureza do homem e, em consequência, acêrca da sociedade humana.

Entre as conclusões que o democrata julga estabelecidas, pela sua filosofia de vida, encontramos as que são apresentadas a seguir.

1. RACIONALIDADE

Uma das conclusões básicas da filosofia democrática é que o homem é um ser racional, capaz de resolver seus problemas e melhorar sua vida pelo uso da razão.

Esta capacidade racional apresenta-se em todo ser humano, tanto no homem sem instrução, como entre os dirigentes da sociedade.

"Recentes pesquisas psicológicas indicam que o comportamento humano é, até um grau considerável, o resultado de respostas a estímulos irracionais e que os indivíduos variam grandemente quanto à inteligência". No entanto, os que apóiam a democracia não estão dispostos a abandonar a confiança na racionalidade fundamental do homem, apesar do sucesso de Hitler, Mussolini e outros demagogos, no uso de uma propaganda irracional. A essência do processo democrático é o governo pelo consentimento resultante de uma discussão livre e consentida. Somente homens razoáveis podem participar dêsse tipo de discussão, do qual alguma coisa emerge, reconhecida por qualquer um como incorporando a verdade que êle defendeu e lhe pareceu servir aos objetivos da sociedade melhor do que aos próprios." (2)

2. MORALIDADE

Uma segunda conclusão, intimamente relacionada com a precedente, é que o homem é

um ser moral, que pode distinguir entre o certo e o errado, e que escolherá o certo se a proposta fôr honestamente apresentada. O comportamento moderno deixa muito a desejar do ponto de vista moral (ou ético), e parece acarretar uma discrepância entre a teoria e a prática. Observando melhor, vê-se que os valores morais são mais comumente negligenciados do que propriamente postergados, e, onde a sociedade abandona uma hierarquia de valores, a necessidade logo leva à adoção de uma nova, que venha substituir a antiga.

3. IGUALDADE

Uma terceira conclusão democrática se refere ao problema da igualdade entre homens.

"A frase sonora da Declaração da Independência — "Defendemos como verdade por si mesma evidente o fato de que todos os homens foram criados iguais" — não é mais compreendida literalmente, se é que algum dia o foi. A democracia supõe a igualdade política, mas não a igualdade real dos seres humanos quanto aos seus dons intelectuais e físicos. O democrata de hoje admite, sem dificuldade, que os indivíduos apresentam grandes variantes nas suas capacidades. Todavia, tende a ver as diferenças entre os homens como parcial ou totalmente atribuíveis a certos fatores, como o ambiente, as oportunidades concretas e as circunstâncias, enfim, que podem ser mudadas por um esforço concorde democrático e social." (3) Deseja a sociedade humana organizada de tal modo que as diversidades entre os homens sejam claramente a consequência da diferença de capacidade e dedicação ao trabalho e não o fruto de privilégios. A democracia não procura um sistema uniforme de igualdade, no qual cada homem deva ser igual aos outros em todos os aspectos, mas, antes,

dá ênfase à igualdade dentro de certos campos: diante da lei, no voto, nas oportunidades e na dignidade."

"Alguns defensores da democracia parecem desejar uma aplicação literal do princípio de igualdade; lastimam tôdas as diferenças e distinções. Parecem desejar todos os homens iguais em capacidade e natureza, não deixando lugar para preeminências morais e intelectuais que garantam a liderança e o progresso. No seu empenho em afastar critérios falsos e admitidos de distinções, em superar as discriminações raciais, nacionalistas e religiosas, em prevenir que a riqueza se torne sinônimo de superioridade, tais "democratas" correm o risco de negar valores e distinções de qualquer natureza." (4)

Esta tendência, que se tornou marcante em nosso século, já está sendo corrigida por estudos mais aprofundados do assunto e conclusões que dêles vão sendo tiradas. (5)

(4) C. C. Rodee, T. J. Anderson e C. A. Christol, op. cit. páginas 100 e 101.

(5) O pensamento marxista assim conceitua a igualdade:

a — Engels, no Anti-Dühring: "Igualdade: preconceito se se entende por isso mais do que a supressão de classes";

b — M. Rosental e P. Iudin, no Pequeno Dicionário Filosófico, editado pela Editora Política do Estado, Moscou, 1959, e no Brasil pela Livraria Exposição do Livro: "Igualdade: — As diferentes classes sociais dão à noção da igualdade um conteúdo fundamentalmente diferente. A burguesia não admite a igualdade a não ser perante a lei, deixando inalteradas a exploração do homem pelo homem, a desigualdade política, a desigualdade na posse dos bens, perpetuando a servidão das massas trabalhadoras. Dessa forma, a igualdade burguesa é apenas uma igualdade formal. A bandeira da igualdade, que desempenhara papel progressista na época da luta revolucionária da burguesia contra a desigualdade feudal e contra o feudalismo em geral, transformou-se, depois da vitória da burguesia, num meio de enga-

(2) C. C. Rodel, T. J. Anderson e C. A. Christol, op. cit., pág. 100.

(3) C. C. Rodee, T. J. Anderson e C. A. Christol, op. cit. pág. 100.

Percebeu-se que era impossível levar ao infinito o processo de afastamento das diferenças. Não se pode traçar um quadro da natureza onde todos os homens sejam de capacidade igual e idêntica. Isso é um sonho, uma utopia, não só inúteis, como também perigosos, pois podem ser a vida escolhida para uma fuga de espíritos fracos à realidade objetiva de que, em qualquer sociedade, haverá sempre muitos males a combater, muitas situações a exigirem reformas.

A democracia em que quaisquer diferenças são lamentadas é uma democracia que ainda não soube discernir, a respeito da igualdade, que os homens não devem ser tratados

como se tivessem a mesma capacidade, mas sim como tendo a mesma importância.

O temperamento democrático refratário às diferenças tende a negar os valores. O sistema de "pistolão" é, em parte, o resultado da opinião de que é democrático sustentar que qualquer tarefa pode ser igualmente bem realizada por qualquer pessoa.

Foi esse o tipo de democracia que De Tocqueville (1805-1859) descreveu em "A Democracia na América" (1835-1940). "De Tocqueville acreditava que esse tipo de democracia avançava de forma irresistível e inevitável. Como se disse, ele foi o profeta da idade da máquina. Afirmava que,

em consequência das invenções mecânicas, a personalidade do homem estava sendo nivelada, os homens estavam-se tornando cada vez mais parecidos, pois, submetidos ao mesmo condicionamento, individualidade e distinção, perdiam sua importância. A opinião da massa tornava-se o fator predominante. A mesma lição foi repetida por Ortega y Gasset em seu livro notável "A Revolta das Massas". De Tocqueville foi um autêntico profeta. O processo de nivelamento por baixo, com a destruição da individualidade e diferença, intensificou-se rapidamente. Mas compreendemos hoje, pelo que ocorreu, que esta forma de igualdade não produz a demo-

nar as massas oprimidas. Durante a primeira metade do século XIX, quando o caráter formal e falso da igualdade burguesa começara a manifestar-se com força particular, as teorias igualitárias pequeno-burguesas (Proudhon, Stirner, etc.) esforçaram-se para ampliar a noção burguesa da igualdade, reivindicando também a igualdade nas relações de fortuna. A concepção pequeno-burguesa é reacionária e utópica, pois não implica a necessidade de abolir as classes, a desigualdade de classes e a exploração. Os defensores pequeno-burgueses da igualdade não preconizavam a abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva, mas apenas entendiam a igualdade como um direito igual a chegar até a propriedade privada.

Depois da vitória do socialismo na U.R.S.S., houve tentativas de ressuscitar as concepções pequeno-burguesas sob a forma do igualitarismo no consumo pessoal e no modo de vida, independentemente da qualidade e da quantidade do trabalho fornecido. Tais tendências tinham caráter reacionário. Stalin deu a seguinte definição científica da concepção proletária, marxista, da igualdade: "O marxismo entende por igualdade, não a nivelção das necessidades e da vida pessoal, mas sim a abolição das classes, isto é: (1)

libertação igual de todos os trabalhadores, da exploração, em seguida à derrocada e à exploração dos capitalistas; (2) a abolição, igual para todos, da propriedade privada dos meios de produção, depois que estes últimos passaram a ser propriedade de toda a sociedade; (3) o dever, igual para todos, de trabalhar segundo suas capacidades, e o direito, igual para todos os trabalhadores, de ser remunerado segundo seu trabalho (sociedade Socialista); (4) o dever, igual para todos os trabalhadores, de ser remunerado segundo suas necessidades (sociedade Comunista). Assim sendo, o marxismo parte do fato de que todos os gostos e necessidades dos homens não são nem podem ser únicos e os mesmos, tanto na qualidade como na quantidade, nem no período do socialismo nem no do comunismo". (Stalin, "Questões do Leninismo", ed. espanhola, Moscou)

c — Academia de Ciências da Rússia, Instituto de Economia, Manual de Economia Política, 3.^a Edição de Moscou, 1959, publicada em português pela Editorial Vitória, Rio, 1961:

"A distribuição de acordo com o trabalho é incompatível com o pagamento igualitário do trabalho, fora da dependência de sua quantidade e qualidade, da qualificação dos trabalhadores e da produtividade do trabalho, o que exige uma luta decidida contra o igualitarismo."

"Não é possível deixar de ver que o igualitarismo conduziria a uma injusta distribuição: tanto o bom como o mau trabalhador receberiam uma parte igual, o que seria vantajoso somente para os vagabundos. Seria minado o estímulo material dos homens para trabalhar melhor, elevar a produtividade do trabalho e criar mais produtos" (transcrição, no texto do Manual, de trecho do Informe de N. S. Krushev, a 27 de janeiro de 1959, publicado em "Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS", pág. 90).

O igualitarismo é uma expressão da representação pequeno-burguesa sobre o socialismo, concebido como igualação universal no terreno do consumo, das condições de vida, dos gastos e das necessidades.

O marxismo concebe a igualdade não como igualdade das faculdades físicas e espirituais do homem, não como igualdade de suas necessidades pessoais, mas como a liquidação, igual para todos, da propriedade privada dos meios de produção e da exploração, como igual acesso ao trabalho com os meios sociais de produção, como obrigação, igual para todos, de trabalhar segundo sua capacidade, como princípio, único para todos, de pagamento de acordo com o trabalho" (pág. 566 da edição brasileira). Como se vê, o Manual refere-se à etapa da sociedade socialista, conceituada por Stalin em (3) na citação b.

cracia e sim o seu oposto — a ditadura.” (6)

Esse alarde de igualdade democrática, que nega a distinção e o valor, que detesta e inveja qualquer espécie de destaque, que nega os padrões de excelência, é o equívoco que, quando iguala, degrada.

“Para que a democracia sobreviva, terá de empregar e usar toda a habilidade, conhecimento e capacidade de liderança de que se possa valer. Esse mundo complicado e interdependente, no qual vivemos, não pode ser administrado sem conhecimento e habilidade, previsão e liderança. Qualquer culto da incompetência só pode levar ao desastre. Um Estado democrático moderno só é possível se pudermos combinar uma apreciação da habilidade, conhecimento e perícia com o respeito pela humanidade comum do homem comum. É esse o conceito de igualdade que suas instituições terão de expressar.” (7)

As exigências da nossa época, e as que o futuro já nos sugere, mostram que necessitamos tornar mais preciso o contorno do homem que desejamos com a igualdade, fazendo com que nele se tornem nítidas as qualidades que o caracterizarão.

Talvez se chegasse a uma solução explorando a idéia que Edmond Cahn expõe ao propor conceitos distintos que ele chama de igualdade ativa e igualdade passiva.

A igualdade passiva, mais suscetível de padronização, refere-se à espécie de tratamento legal e político destinado a preservar as condições mínimas de um ser humano como membro da sociedade, estabelecendo um soaço social, um nível de subsistência, que li-

mite, por baixo, as privações, perdas e temores dos homens. Reconhece-se, estabelecendo a igualdade passiva, que “perde o valor prático a igualdade política ou legal conferida a um homem que não tem pão para comer, roupas para vestir, teto para protegê-lo ou possibilidade de ganhar a vida”. Reconhece-se, por outro lado, que “um homem tem de comer antes de estar em condições de discutir os negócios públicos racionalmente, tem de ter oportunidade para emprego, em condições decentes, com salário satisfatório, antes de poder votar com inteligência, e tem de dispor de um mínimo de descanso, lazer e segurança psíquica antes de estar em condições de ocupar, com dignidade, um lugar em qualquer comunidade livre.” (8)

A igualdade ativa, menos adequada à padronização e fazendo apelo às diferenças de capacidade, reporta-se às oportunidades de melhoramento e progresso pessoais.

“Se a igualdade passiva proporciona um piso, uma base, no que se refere às necessidades de subsistência humana decente, a igualdade ativa convida os homens a elevarem-se, acima do piso, tanto quanto lhes permita a capacidade individual. O ideal da igualdade ativa torna-se particularmente importante em períodos de transformação social ou econômica, pois ele proclama acessíveis a todos os membros da comunidade os benefícios resultantes das descobertas, invenções e progresso geral. Dessa maneira, se a igualdade passiva procura estabelecer limites aos temores do homem, a igualdade ativa esforça-se pela remoção dos limites que estreitam as esperanças.” (9)

4. A CAPACIDADE HUMANA PARA PROMOVER O PROGRESSO

“Relacionada com a noção do homem ser racional e moral está a crença na possibilidade de seu aperfeiçoamento e ascensão a sempre mais altos níveis materiais, intelectuais e espirituais. Os democratas acreditam que o homem possui uma tendência insaciável à perfeibilidade. Esta fé no progresso, uma herança do século XVIII, é característica da democracia, que é fundamentalmente uma filosofia política otimista.” (10)

5. AUTOGOVERNO

A democracia supõe que o melhor meio para resolver as questões políticas importantes é submetê-las ao povo ou a seus representantes.

Um Estado é democrático enquanto a grande massa da população pode exercer influência positiva sobre as decisões que constituem o trabalho do governo.

É importante que os problemas básicos e fundamentais, aquilo que a nação deve realizar, mais do que o modo de fazê-lo, seja decidido pelo eleitorado, após ventilados os assuntos a eles concernentes. Toda nação democrática procura desenvolver idéias e estabelecer disposições institucionais relativas a seus problemas fundamentais e ao modo como o povo deve lidar com elas.

6. LIBERDADE

“Outra conclusão importante, que o democrata considera estabelecida, diz respeito à liberdade do indivíduo e dos grupos. O democrata acredita que a liberdade é um bem para o indivíduo e para a sociedade; que um indivíduo livre pode chegar a um mais alto desenvolvimento humano do que um indivíduo que vive

(6) A. D. Lindsay, “O Estado Democrático Moderno”, ZAHAR Editores, 1964, pág. 222.

(7) Idem.

(8) Edmond Cahn, “O Impasse do Democrata”, Edição IBRASA, 1963, págs. 103 a 109.

(9) Idem, págs. 110 e seguintes.

(10) C. C. Rodes, T. J. Anderson e C. A. Christol, op. cit., pág. 102.

num regime autoritário e que a sociedade formada de indivíduos livres será mais inventiva, produtiva, inteligente e moral do que a sociedade composta de pessoa cujos atos são ordenados por uma autoridade superior.” (11)

Um dos grandes problemas da democracia é a conciliação da liberdade com a autoridade. A democracia, tradicionalmente, exalta a liberdade e olha com suspeita para qualquer intervenção da autoridade, salvo nos casos em que esta é claramente indispensável. A idéia, corrente no século XVIII, de que o governo é um mal, embora necessário e admitido a contragosto, continua tendo influência considerável na teoria e na prática. Uma verdadeira democracia é vista como a sociedade onde cada um faz exatamente o que deseja e o melhor e mais democrático dos governos é “aquêle que governa o menos possível”.

A compulsão estatal é considerada como não-democrática. O uso continuado da força pelo Estado é necessário, em tal ordem de idéias, apenas momentaneamente, e isso porque ainda conservamos em nossa estrutura social certos elementos não-democráticos.

Essa teoria acarreta um tipo de governo fraco e irresoluto, que pode levar à desintegração do Estado. A indecisão e falta de formulação adequada do componente de liberdade da sociedade democrática tem sido o desastre de grande parte do pensamento político moderno.

Julgamos que pode ser obtido e mantido um equilíbrio sempre renovado entre liberdade e autoridade, se fôr adotada uma linha que A. D. Lindsay nos oferece: “A liberdade democrática é um meio entre dois extremos — entre a opinião extrema de que a sociedade não tem necessidade de uma coação e não pode haver lugar para coação na socieda-

de democrática e o outro extremo de que o governo, a organização que dispõe da força, deve controlar tôdas as atividades sociais, e que isso pode ser compatível com a liberdade. A liberdade democrática é incompatível com qualquer forma de totalitarismo.” (12)

CAPÍTULO II

A DEMOCRACIA COMO UM ESTADO DE ESPÍRITO

A democracia “vive” a democracia. Para isso, seu estado de espírito constante é o de cultivo do que crê como verdadeiro nas conclusões básicas que sua filosofia de vida proporciona. O democrata combina inventivamente êsses ingredientes e realiza um tipo de vida que, para cada indivíduo, é verdadeira obra de arte no plano privado e intensa participação associativa no nível dos empreendimentos coletivos.

Segundo Maritain, “o estado de espírito democrático não só provém da inspiração evangélica, mais ainda não pode sem ela subsistir. Para conservar a fé na marcha para frente da humanidade, a despeito de tôdas as tentações do desespero que ao homem fornece a História e particularmente a História Contemporânea, para ter fé na dignidade da pessoa e da humanidade comum, nos direitos humanos e na justiça, isto é, em valores essencialmente espirituais; para ter, não em fórmulas mas em realidade, o sentimento e o respeito da dignidade do povo, que é uma dignidade espiritual e se revela a quem o sabe amar; para sustentar e avivar o sentimento da igualdade sem cair num igualitarismo nivelador; para respeitar a autoridade sabendo que seus detentores não são mais do que homens como aquêles que êles governam, e recebem as suas funções do consentimento ou da vontade

do povo de que são os vigários ou representantes; para crer na santidade do direito e na virtude certa, mas a longo prazo, da justiça política em face dos triunfos escandalosos da mentira e da violência; para ter fé na liberdade e na fraternidade — é preciso uma inspiração heróica e uma crença heróica que fortaleçam e vivifiquem a razão e que não foi outro senão Jesus de Nazaré quem inseriu no mundo.” (13)

Infelizmente o espírito democrático não se revela com igual intensidade e penetração em todos os homens.

“O advento duradouro do estado de espírito democrático e da filosofia democrática de vida exige que as energias evangélicas penetrem a existência profana, devorem o irracional pela razão e se incorporem ao dinamismo vital das tendências e dos instintos da natureza para firmar e fixar nas profundezas do inconsciente os reflexos, os costumes e as virtudes sem as quais a inteligência que dirige a ação oscila ao sôpro de qualquer vento e o egoísmo arrasador prevalece no homem.” (14)

O estado de espírito democrático é o de quem acredita nos recursos do homem e na vocação da natureza humana. O democrata, dêle imbuído, sabe que a História não é um ciclo (15) que se repete mas a marcha para a frente, em direção a um ideal que, por etapas de aperfeiçoamento, é constantemente perseguido.

(13) Jacques Maritain, “Cristianismo e Democracia”, Editôra Agir, 1957, pág. 70.

(14) Jacques Maritain, op. cit., página 72.

(15) Diversos aspectos tem assumido a concepção cíclica da História.

No “Político”, Platão apresenta uma das versões da antiguidade, sob a forma de um mito. Segundo êsse mito, o próprio Deus conduz o mundo durante metade do ciclo do grande período do mundo. Quando o abandona, o universo, que até então sempre avançou, co-

(11) C. C. Rodee, T. J. Anderson e C. A. Christol, op. cit., pág. 105.

(12) A. D. Lindsay, op. cit., pág. 226.

O democrata tem confiança na Vida e na História. Individualmente, o democrata procura sempre aperfeiçoar-se e exercita as aptidões que sua concepção de vida eleger.

Como integrante da comunidade, ele desenvolve um fecundo espírito associativo que o torna capaz de cooperar como igual na vida e nos trabalhos dos grupos a que pertence. Esse espírito associativo democrático conservará unidos os homens, mesmo quando discordarem entre si.

Cultivando tôdas essas qualidades, um democrata de integridade pessoal e independência intelectual não encarará com desdém a comunidade geral, seus padrões e seus julgamentos. Ao contrário, reconhecerá apenas que está em condições de devolver, já remodelado, colorido e arrumado pelo seu trabalho, talento e virtudes o que com ela aprendeu ou dela retirou com práticas ou aspirações.

meça a voltar para trás. Temos, pois, as duas metades de um período, ou hemicírculos, dentro do ciclo total, a saber, um movimento de avanço conduzido por Deus e que representa o período bom em que a guerra e a luta estão ausentes e outro, de retrocesso, em que Deus entrega o mundo a si mesmo; este é o período de crescente desorganização e guerras. É claro que este último coincide com o período em que vivemos. Por fim, as coisas ficarão tão mal que Deus terá, novamente, de empunhar o leme e inverter o movimento, para salvar o mundo da destruição total.

Depois de falar em Deus, Platão atribui o bom governo do mundo a Cronos. Aí a lenda já passa a fazer parte do acervo de lendas, mitos, crenças, dramas e angústias com que o problema da "Queda" ou "Culpa" tem afetado a consciência dos homens: Cronos é o pai de Zeus e outros dos principais deuses gregos. A lenda conta que Cronos, que governava com perfeição, e para o progresso, foi deposto por seus filhos e Zeus passou a governar o mundo. Começaram então as maldições, as guerras e a decadência e velhice dos homens.

Enfim, vivendo plenamente o estado de espírito democrático, cada homem percebe que na comunidade em que vive sua capacidade é aceita, seus ideais são acolhidos e a participação de que desfruta nos interesses coletivos é de tal ordem que ele se pode sentir, permanentemente, desempenhando um cargo — na frase de Aristóteles: "um cargo indefinido".

CAPÍTULO III

A DEMOCRACIA COMO UM REGIME POLÍTICO

Começamos por algumas considerações sobre o título dado ao assunto que agora desenvolveremos.

Sabemos que "Política é a arte de governar o Estado tendo em vista o bem comum".

"Regime Político" será encarado, então, como a maneira de viver escolhida e desejada por uma coletividade, que se expressa no sistema de governo e no teor de vida por ela organizados. Utilizaremos também, como sinônimo, a expressão "forma de governo". Qualquer das duas significará o modo pelo qual o poder se organiza e se exerce, a forma de vida do Estado, sua fisionomia.

O estudo que faremos da democracia, como um regime político, será, portanto, uma focalização do tipo de governo que concretiza os ideais da democracia como filosofia de vida e estimula a realização do estado de espírito democrático.

Uma questão, no entanto, ainda é útil levantar. Que pretendemos dizer com a expressão "governo"? Usando uma fórmula simples e bem compreensível, podemos dizer que "o governo consiste em tomar uma série de decisões a serem aceitas como aplicáveis a uma comunidade". (16)

"Governo" é, pois, um mecanismo que pressupõe uma co-

munidade. Essa comunidade é o elemento humano de um Estado.

"Estado" é a comunidade de pessoas, ocupando permanentemente uma fração definida de território, independente de controle externo e possuindo um governo organizado".

Firmados esses conceitos, podemos passar ao estudo da democracia como regime de governo. Estudaremos o assunto sob três aspectos: 1 — colocação e análise de certos problemas e opiniões que cooperam na elaboração do moderno Estado democrático; 2 — descrição do aparelhamento típico de um Estado que favoreça normas democráticas de governo; 3 — considerações sobre a classificação das formas de governo.

1 — Elaboração do moderno Estado Democrático

"Parecia claro ao grego comum existirem três tipos principais de governo. Havia a autocracia ou monarquia, governo de um só dirigente. Havia a oligarquia, governo por umas poucas pessoas especificadas. Finalmente, havia a democracia, governo de todo o povo ou da maioria dele. Os pensadores sérios, como Platão, Aristóteles ou Políbio, não se deram por satisfeitos com essa classificação simples e tentaram introduzir vários refinamentos, acrescentar formas intermediárias e fazer subdivisões baseadas em algum outro princípio que a mera questão de números. Mas, partiram da classificação tripla, não pondo em dúvida sua validade". (17)

Exame bem semelhante das formas de governo pode ser encontrado no "Político", onde Platão discute "a origem do tirano e do rei, das oligarquias, aristocracias e democracias".

"As diversas formas de governo existentes são apresentadas como cópias degradadas do verdadeiro modelo ou Forma

(16) G. C. Field, "Teoria Política", Zahar Editores, 1959, pág. 100.

(17) G. C. Field, op. cit., pág. 100.

(18) do Estado, do Estado perfeito, o paradigma de todas as imitações, que se diz ter existido nos antigos tempos de Cronos". (19)

Seis tipos de Estado são explicados, partindo-se de uma primeira divisão em três formas (as que vimos acima) de governo: o regime de um homem, o de poucos e o de muitos. Cada um destes é subdividido em dois tipos, um dos quais é bom e o outro mau, conforme imitem ou não "o único original verdadeiro", copiando e preservando suas leis. Dêsse modo, distinguem-se três formas conservadoras ou legais e três outras degeneradas e sem lei. A monarquia, a aristocracia e uma forma conservadora de democracia são as imitações legais, em ordem de mérito. A democracia é de menor merecimento porque ela se transforma, através da oligarquia (o regime sem lei de poucos), no regime sem lei de um só, a tirania, que é o pior de todos". (20) Platão, em outra passagem (na "República"), faz a descrição da tirania e, especialmente, da transição para ela. A transição da democracia para a tirania é facilmente explicada da seguinte maneira: quando a democracia degenera ou corrompe-se, a constituição deixa de ser seguida e

um grupo começa a fazer o governo depravado (o legítimo é a aristocracia) de poucos: a oligarquia. Uma vez reduzido o grupo a poucos, um demagogo, aproveitando a tendência humana de ter um favorito, corteja o povo, explora os antagonismos entre ricos e pobres e organiza um corpo de guarda ou exército particular, seu. No momento oportuno, o povo, que o saudou como campeão da liberdade, é escravizado pelo demagogo, que se converte em tirano (governo degenerado de um); a seguir, o povo deve lutar pelo tirano "em uma guerra após outra, que ele terá de provocar... porque precisa fazer o povo sentir a necessidade de um chefe, e para que os cidadãos, empobrecidos pelos impostos, sejam forçados a aplicarem-se às suas necessidades cotidianas e conspirem menos contra ele". (21)

Aristóteles (384-322 A. C.) aperfeiçoou a classificação utilizada por Platão para as formas de governo. Mantendo o critério numérico (governo de um só ou de vários ou da multidão), introduziu outra classificação, que assenta numa perspectiva moral ou política: formas de governo puras e impuras, conforme a autoridade seja exercida, tendo em vista o bem geral ou somente o interesse dos governantes.

Na Grécia antiga, em que essas idéias nasceram, cada cidade era um Estado. A Cidade-Estado grega tem sido descrita, em sua feição democrática, como se fôsse governada por uma assembléia pública. (22)

"Mas aqueles Estados reconheceram a incapacidade da assembléia pública para governar.

(20) Platão, "Político", Editora Globo, 1955, págs. 330 a 336.

(21) Platão, "La République", 3 vol., Collection des Universités de France, vol. III, págs. 39 e seguintes.

(22) R. Kraus, "Sócrates", Editora Vecchi, 1960. T. Zielinski, Histoire de la Civilization Antique, Payot, Paris, 1931. J. Hatzfeld, Histoire de la Grèce Ancienne, Payot, Paris, 1931.

O recurso democrático grego típico foi não o controle pela reunião pública, mas uma instituição muito mais notável — a escolha pela sorte... Os cidadãos, em massa, não podiam governar, mas podiam revezar-se no governo. Aristóteles descreve isso como o princípio de governar e ser governado, por turnos. Impedia-se às autoridades que governavam dominar o Estado, escolhendo-as pelo acaso da sorte, e dando-lhes apenas uma curta permanência no poder. Isso, porém, significava que só podiam executar tarefas muito simples e rotineiras, e que não poderiam ter qualquer habilidade ou preparo especializado". (23)

Evidentemente, tal recurso é totalmente inaplicável a qualquer sociedade mais ampla e complexa que a antiga Cidade-Estado grega.

Montesquieu (1689-1755), em "O Espírito das Leis" (1748), abandonou a classificação tradicional (24) — democracia, aristocracia, monarquia — para introduzir a seguinte: república, monarquia e despotismo.

"Há três espécies de governo: o republicano, o monárquico e

(23) A. D. Lindsay, op. cit., pág. 241.

(24) Por que terá rompido Montesquieu com a classificação tradicional?

A distinção que ele faz entre Governo monárquico e despótico talvez nos esclareça. Montesquieu distinguia num governo a natureza (aquilo que o faz tal como é, sua estrutura) e o princípio (aquilo que o move, que o faz agir, o tipo de paixão humana que ele estimula e lhe dá vida). Montesquieu quis fazer do despotismo um tipo de governo distinto para mostrar que ele não é só uma perversão (como queria Platão) da verdadeira monarquia, que entre esta e o despotismo não há somente uma diferença de grau, mas que eles são, por "natureza", diferentes e se repelem. Mantive a tradição quanto ao número de governos: três. Mas, realmente, os três eram quatro, como se vê no texto: república democrática, república aristocrática, monarquia e despotismo.

(18) A palavra "Forma" é tomada no sentido específico da filosofia platônica. Para Platão havia dois mundos: o real ou das Idéias ou Formas e o mundo sensível, ou das aparências, cópia imperfeita do outro. O mundo das Idéias é objeto da ciência, pois elas são os modelos perfeitos de tudo o que existe. O mundo sensível é o domínio da opinião.

Havia, portanto, como para a coragem, o bem, a beleza, o amor... etc., uma Idéia, Forma ou Arquétipo do Estado, o único perfeito, em relação ao qual os tipos que os homens se esforçam por concretizar procuram imitar (os tipos conservadores, únicos legais) ou não (os tipos de Estado corrompidos, degenerados), mas são todos cópias imperfeitas.

(19) K. R. Popper, "A Sociedade Democrática e Seus Inimigos". Editora Itatiaia, 1959, pág. 59.

o despótico, Para descobrir-lhes a natureza, é suficiente a idéia que dêles fazem os homens menos instruídos, Eu suponho três definições, ou melhor, três fatos: um, que "o governo republicano é aquele em que o povo em conjunto, ou somente uma parte do povo, tem o poder soberano; o monárquico, aquele em que um só governa, mas por leis fixas e estabelecidas; ao passo que, no despótico, um só, sem lei e sem regra, atrela tudo à sua vontade e a seus caprichos". (25)

"Quando, na república, o povo em conjunto tem o poder soberano, é uma democracia. Quando o soberano poder está nas mãos de uma parte do povo, isso se chama uma aristocracia". (26)

Coube, também, a Montesquieu não somente elaborar uma teoria completa (antes dêle Aristóteles e Locke chegaram a tratar do assunto, mas se perderam em imprecisões) da distribuição dos poderes, como difundi-la, com sua obra, por toda a Europa.

Para chegar à teoria da distribuição dos poderes, êle começa estudando a liberdade política, que aquela distribuição deve garantir. Os conceitos que emite são lapidares.

Em que consiste a liberdade? "Tem sido confundido o poder do povo, com a liberdade do povo. É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste em fazer-se o que se deseja. Num Estado, isto é, numa sociedade em que existem leis, a liberdade não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer, e em não ser constrangido a fazer o que não se deve querer.

A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; e, se um cidadão pudesse fazer o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os ou-

tros também teriam idêntico poder". (27)

"Quem fixa o dever, o que se deve querer? As leis. A liberdade é o poder das leis, não do povo. E o poder das leis, eis a liberdade do povo". (28)

Essa liberdade só se encontra nos Estados em que não se abusa do poder; "mas é uma experiência eterna que todo homem que possuir poder é levado a abusar dêle; êle o faz até encontrar limites. Quem diria! A própria virtude necessita de limites.

Para que não haja abuso do poder, é necessário que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder". (29)

Como conseguir isso? Dispondo as coisas de modo que não haja o poder único e concentrado, mas uma fragmentação do poder e certa distribuição de poderes separados.

"Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo conjunto de chefes, ou de nobres, ou do povo, exercesse êstes três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou os pleitos dos particulares". (30)

Depois de apresentar essa divisão dos poderes do Estado, em três espécies, Montesquieu faz a análise de suas condições de exercício e equilíbrio.

Essas idéias tiveram grande influência e constituíram um dos maiores fatores na organização dos Estados modernos.

Mas as condições atuais de vida acrescentaram um novo problema à teoria democrática. A democracia moderna percebe ser essencial reconhecer o papel que o público comum pode ou não desempenhar no

governo de um Estado. A experiência mostrou, abundantemente, que, se em nome da democracia pedirmos ao homem comum para fazer mais do que pode, ou do que fará na realidade, o resultado será um fracasso.

Os problemas que, nessa ordem de idéias, estão a solicitar novas elaborações e a explicitação de novas posições para a democracia moderna têm sido grupados em torno de dois eixos de interesses; o dos interesses que buscam assegurar a participação do povo na gestão dos negócios da comunidade e o dos interesses que se referem à manutenção da possibilidade de controle, (31) pelo povo, da ação governamental.

(31) A. D. Lindsay, op. cit., páginas 240 e seguintes. O autor mostra como pode ser paradoxal esse problema de controle democrático do governo. Suas idéias são, sinteticamente: a força organizada deve ser um servo e não um senhor. Antes das armas modernas, os governos eram relativamente fracos. Isso era verdade, pelo menos, até a criação dos exércitos permanentes. Os cidadãos, tomados em conjunto, podiam constituir uma força igual ou mais forte que a do governo, e ambos sabiam disso. Mas, atualmente, milhões de homens são impotentes frente a um governo que tenha uma Força Aérea à sua disposição — ou tenha tanques e artilharia. Assim, há dificuldades para o controle das Forças Armadas, e como esse problema de controle do poder assume, em relação a elas, seu aspecto mais agudo, presta-se como ponto de partida para uma formulação mais geral.

Os órgãos do poder, num Estado democrático, não são, nem podem ser, em si, democraticamente organizados. Exército, Marinha, Aeronáutica, ou qualquer organização de homens que tenha de agir de forma rápida e decisiva, devem ser hierárquicos. Devem ser instrumentos disciplinados, que possam ser movidos rapidamente nesta ou naquela direção. Isso significa uma prática elaborada e aceita de dar e obedecer ordens. Uma organização hierarquicamente disciplinada é a forma mais garantida de conseguir a eficiência técnica. A organização eficiente terá de basear-se na di-

(25) Montesquieu, "De L'esprit des Lois", edição Garnier Frères, Paris, sem data, pág. 9.

(26) Idem, pág. 10.

(27) Montesquieu, op. cit., pág. 141.

(28) J. J. Chevalier, "As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias". Editora Agir, 1957, pág. 121.

(29) Montesquieu, op. cit., pág. 142.

(30) Idem, pág. 143.

Esses dois núcleos de interesses da democracia são atingidos e afetados pelo fato de ser necessária, dada a complexidade de tarefas que sobre o Estado moderno estão recaindo, a especialização nos diversos campos em que a ação governamental vai sendo solicitada e no próprio campo da administração geral.

Surgem, então, os problemas: o homem de vida prática, sem a possibilidade de conhecimento especializado dos variados assuntos de governo, pode ser solicitado, e isso será compensador, para a tarefa de opinar e construtivamente encaminhar a solução dos problemas da coletividade? E, uma vez realizada alguma tarefa governamental, pode esse homem avaliá-la, ser chamado a emitir julgamento sobre os diversos aspectos que ela comportou: adequação, custo, etc.?

A democracia, no Estado moderno, dá uma resposta afirmativa às questões acima apresentadas.

Utilizando as constantes da filosofia de vida democrática, ela encara as relações "proble-

mas x homem" modernas da maneira que se segue.

Quanto ao bom senso, deposita no homem a mesma confiança que as democracias, desde a antiga Grécia, nele depositavam.

Quanto ao conhecimento dos problemas, a democracia de hoje julga que, embora sejam desejáveis os conhecimentos técnicos e especializados, eles têm seus inconvenientes: os técnicos não dão a sabedoria política, a compreensão da vida comum, que a experiência prática da vida proporciona; os especializados, geralmente, conduzem a uma unilateralidade que prejudica a necessidade, atendida pelo homem de vida prática, de experiência generalizada em vários campos.

Quanto ao interesse pelos problemas, o Estado moderno procura mantê-lo e tem-se saído bem, reservando uma esfera de atuação para o indivíduo, onde a ação governamental não se faz sentir. Partindo dessa base, com a solução dos seus problemas de vida privada encaminhada com liberdade, mas sofrendo a incidência das decisões nos assuntos de interesse coletivo, o indivíduo eleva-se ao nível da participação nos negócios públicos. O Estado segue, assim, o velho conselho de Spinoza: "Querer regular a vida humana inteira pelas leis é incrementar os defeitos ao invés de corrigi-los".

David Hume também preconiza para os governos: "Em todo governo, tem-se de fazer necessariamente grande sacrifício da liberdade; entretanto, mesmo a autoridade que restringe a liberdade não pode, e talvez não deva nunca, em qualquer constituição, tornar-se completamente total e incontrolável". (32)

O Estado moderno procura manter permanentemente esse interesse de seus membros pelos problemas de governo. "A democracia é uma forma de go-

vêrno revolucionária. Sua finalidade é encontrar um lugar para a transformação permanente dentro do governo. Sua lei existe para estimular a liberdade, sua força para proteger a lei. É uma organização para preservar e assegurar as coisas preciosas do espírito que, pela sua natureza, não podem ser organizadas". (33)

Com o interesse que nêles desperta a comunidade, somado ao estado de espírito em que vivem, os democratas têm sabido furtar-se às seduições de utopias que lhes neutralizariam o impulso de participação na vida coletiva, ditado pelo espírito associativo que lhes é peculiar.

Realmente, "nesta época em que os homens têm bravura para formularem perguntas divinas, mas não têm coragem para oferecerem respostas humanas, em que se absorvem em conseguir a perfeição no laboratório, mas se lastimam porque não encontram a réplica na rua, em que se voltam tontos de texto para texto e de novidade para novidade intelectual, buscando sempre alguma fórmula salvadora ou frase magistral", nesta época, mais que em qualquer outra, o homem está sendo chamado a exercitar e formular seu julgamento cívico. A complexidade dos fatos e a multiplicidade das alternativas quase levam à perplexidade e à incerteza. Mais uma vez, uma bela lenda tem curso.

"Já nos tempos antigos, os profetas da religião descreveram certa visão de tal brilho, beleza e intensidade que desde então tem deslumbrado a imaginação dos homens. Pintaram uma espécie de idade de ouro — não como diziam alguns antigos, escondida nas brumas do passado remoto, mas até certo ponto à frente, na perspectiva do futuro — quando os homens deixassem de mover guerra uns aos outros, passando a viver em paz e tranquilidade, cada um debaixo de sua vinha ou da sua figueira, sem precisar de qualquer regulação exterior, por-

visão dos trabalhos e nas diferenças entre os homens e não na sua igualdade. Além disso, as necessidades de organização exagerarão ainda mais as diferenças entre os homens. Numa organização eficiente, o homem mais hábil será colocado no alto e dirigirá, se possível, toda a máquina, quando a ação rápida for essencial. Em proporções limitadas, continua sendo certo que esses órgãos do governo devem ter uma estrutura predominantemente hierárquica, que devem estar sujeitos à disciplina e que se preocuparão quase que exclusivamente dos meios e não dos fins. Podem, portanto, despertar em seus membros uma atitude de espírito muito diferente da manifestada pelo cidadão comum.

Temos que notar ainda que, sem essa organização disciplinada, que dá ao serviço militar seu caráter peculiar e sua mentalidade especial, o controle democrático desses serviços seria impossível. Ele se realiza atribuindo responsabilidade ao Chefe e conferindo-lhe autoridade.

(32) D. Hume, "Ensaio Político", Edição Ibrasa, 1963, pág. 41.

(33) A. D. Lindsay, op. cit., pág. 226.

que os dirigiam, com justiça, o coração e o espírito. Quando chegasse esse dia, não haveria mais necessidade de governos, funcionários, castigos ou leis: os homens teriam a liberdade de seguir seus próprios impulsos.

Essa visão floresceu em quase todas as épocas desde que a anunciaram, oferecendo consolo a inúmeros místicos, religiosos e quietistas. Ela atingiu preeminência sensacional na doutrina marxista, quando Engels, em nome do materialismo dialético, afirmou que o Estado político nada mais era que instituição provisória, predizendo que, depois da revolução comunista, haveria de extinguir-se". Seguiu-se-lhe Lenine, com certas afirmações ambíguas, que pareciam aprovar a idéia, e até hoje, na afirmação de pensadores russos e de outros países, a posição ortodoxa do marxismo é a de vaticinar o perecimento do Estado quando for atingida a etapa de vida comunista. (34)

"Seja como formulação religiosa ou secular, a visão ainda é capaz de fascinar certos espíritos muito diferentes; a um mundo cansado de opressão e conflito, oferece, aparentemente, imagem ideal de paz e liberdade.

Contudo, como acontece com outras concepções utópicas, essa visão também causou certo dano prático. Quem acreditar que um milênio próximo vai erradicar todos os males sociais, há de interessar-se menos em resistir a eles nesse ínterim, e quem acreditar que as instituições são tão irredimíveis que deverão finalmente desaparecer ou fanar-se, mostrar-se-á vagaroso em reformá-las. A visão do milênio, embora ofereça aos homens nobre ideal social, fornece-lhes igualmente desculpa aceitável para a transigência com o "statu quo" e para levar existência egoísta, apolítica. Quem correria o risco de lutar pela justiça e pela reforma, se

qualquer lei fôsse, por natureza, brutal e todo governo, por necessidade, opressor? Até que chegasse o milênio, trazendo a sociedade de perfeita cooperação, nada mais teria alguém a fazer senão cuidar de seus próprios interesses.

A antiga visão profética, apesar de toda a sua elevação, revela assim implicações profundamente ambivalentes. Exalta a liberdade e a põe, simultaneamente, fora de alcance prático; tem compaixão do oprimido mas implicitamente lhe adia a libertação; critica os males das leis e parece imunizá-las de correções; pintando o tempo em que o lobo viverá ao lado do cordeiro, leva os homens a concluir que não será mais necessário cuidar da ração dos cães de pastoreio". (35)

O democrata tem a acuidade suficiente para vencer a perplexidade e a incerteza. Seu teor de vida desenvolve-lhe a capacidade de julgamento cívico. Ele sabe que a solução não é esperar passivamente o que a lenda promete. Sua convicção é de que a democracia é essencialmente revolucionária e vive aperfeiçoando, transformando, no seio do próprio governo; que traz, portanto, na juventude que, em termos históricos, ela vive, a carga suficiente de potencialidades para ir desabrochando e resolvendo os problemas que as necessidades de realização do homem forem colocando em foco. Sua solução é a de trabalhar desde logo, aqui e agora, por aprimorá-la ao nível em que possa realmente funcionar como ele a quer.

2 — Aparelhamento típico de um Estado que favorece normas democráticas de governo

Focalizaremos, agora, os elementos essenciais e os aspectos fundamentais de um governo democrático. Para que se caracterize o problema que nos vai ocupar, é útil que se suscite

uma questão prévia: sendo uma sociedade democrática a que aspira viver em consonância com os princípios e estimular o estado de espírito que apresentamos nos capítulos I e II, qualquer tipo de governo que ela organize é capaz de realizar seus ideais? Em resposta, podemos dizer que, embora vários tipos de governo possam satisfazer-lhe os anseios, ao menos temporária ou parcialmente (pois há sociedades democráticas que são submetidas a governos totalitários, ou a governos que não lhes realizam a plenitude das aspirações, pelos riscos a que suas estruturas de governo as expõem), há, é claro, maior possibilidade de que a tarefa que essa sociedade espera ver conduzida por seu governo o seja em moldes democráticos, se ele se organizar, com seus elementos estruturados e ajustados, para deixar fluir a atividade de seus integrantes e acolher suas manifestações de vontade como elementos de decisão.

As instituições que têm sido constantes em realizar essa ambição e proporcionar aos membros da comunidade um governo democrático são: o Sufrágio e os três poderes autônomos e harmônicos: Legislativo, Executivo e Judiciário.

a. O Sufrágio

Desde que a democracia pretende a participação popular na elaboração das decisões que interessam à comunidade, um estado democrático deve manter um sistema de sufrágio capaz de retratar, com a maior fidelidade, o anseio coletivo. Na prática atual, mesmo nas democracias mais avançadas, os menores, estrangeiros, insanos mentais, etc., estão proibidos de votar. Até recentemente as mulheres não podiam votar. Sua exclusão do sufrágio teve origem nos tempos em que o eleitorado era restrito àqueles que empunhavam armas para a defesa dos interesses coletivos; depois, justificou-se pela dependência jurídica e econômica da mulher. As condições atuais de vida têm propiciado, nos diversos países, a ex-

(34) G. Politzer, "Princípios Fundamentais de Filosofia", Editora Fulgor, 1962, pág. 310.

(35) Edmond Cahn, op. cit., páginas 168 a 170.

tensão do direito de voto à mulher.

A alfabetização como exigência para o voto é requerida, não para destituir dêsse direito uma parcela da comunidade, mas para verificar se o eleitor é capaz de se informar adequadamente sôbre as medidas em cuja adoção intervirá. "Onde o Estado democrático prevê instrução elementar gratuita e compulsória para todos os seus cidadãos, não é antidemocrático exigir que os eleitores sejam alfabetizados." A instrução não é uma medida de inteligência, mas ensina a encontrar outros conhecimentos e ajuda o cidadão a equipar-se para um melhor cumprimento de suas responsabilidades de eleitor. "Embora o cidadão mais instruído não seja o "melhor" e de mais espírito público, a democracia moderna necessita, como nunca antes, que seus cidadãos sejam adequadamente formados".

Uma exigência justa, para ser eleitor, é a da cidadania, pois esta implica a submissão à coletividade e a aceitação de deveres e obrigações que justifiquem o direito de voto reconhecido ao cidadão.

O sufrágio, entretanto, não terá sentido se o eleitor não puder fazer uma escolha livre entre candidatos, partidos e programas. A êsse respeito, a essência do problema não é a extensão do direito de votar, mas a garantia dêsse direito em várias direções. É secundário que se confira o sufrágio a uma minoria ou que se o estabeleça universal, desde que se autorize uma única direção de manifestação, pois, votando poucos ou votando todos, o resultado é o mesmo.

b. Poder Legislativo

No Estado democrático moderno, o Legislativo, eleito pelo povo e responsável perante êle, é parte indispensável do mecanismo democrático. A aplicação da democracia no âmbito amplo de uma nação moderna tornou-se possível pelo esquema da representação conferida aos mem-

bros do Legislativo. Os eleitores elegem representantes para legislar em seu nome: é o que se chama democracia indireta, para distinguir êsse método de decidir por intermédio de representantes do método chamado democracia direta, em que todos os eleitores se reúnem, em períodos determinados, para tomar decisões e elaborar leis.

É óbvio que a democracia direta só é possível em comunidades muito pequenas; na Grécia antiga dizia-se que uma Cidade-Estado não deveria ter maior número de cidadãos do que aqueles que se pudessem reunir e ouvir bem a voz de um orador.

A representação legislativa apóia-se na tese de que o povo, atualmente, não podendo decidir, êle próprio, as questões políticas, elege um corpo de representantes ao qual delega o direito de tomar as decisões relativas ao bem da comunidade.

(1) Funções do Legislativo

A função primordial do Legislativo, numa democracia, é elaborar leis. Mas os Legislativos têm muitas outras funções a exercer, tais como: participação no processo de emenda constitucional, controle das finanças nacionais, fiscalização da administração, etc. Em alguns casos, o Legislativo aprecia propostas de designação para cargos importantes, exerce certos poderes judiciários, como denúncia e processo de altos funcionários, magistrados, etc. e declaração de "impeachment".

"Num sistema de governo de gabinete, a maior função da Câmara é a supervisão e o controle do mesmo. Como o gabinete ou Ministério necessita de ter a confiança da Câmara, nenhum governo se pode formar ou subsistir sem o apoio parlamentar".

(2) Critérios de representação

Há necessidade de serem estabelecidos critérios para a formação do grupo de representantes. Cada Estado se define por procedimentos que podem con-

sistir na adoção de um dos critérios que a seguir apresentaremos ou na mistura de dois ou mais dêles. O essencial é que se chegue a obter, realmente, a representação adequada, sob os diversos aspectos que podem constituir fonte útil e apropriada de legisladores.

a. Representação Geográfica

Muitos países, com governos representativos, adotam o princípio geográfico, que consiste em dividir o território em áreas que elegem, cada uma, representantes pelo voto majoritário. É o sistema adotado no Brasil para as eleições de senadores, que são três, que se renovam pela terça parte em cada eleição, por Estado-membro da Federação. Há países que elegem um único representante por área. Isso pode tornar o representante quase apenas um agente, de quem se espera que lute por toda e qualquer vantagem que possa encaminhar para sua área, mesmo com prejuízo para o interesse geral; assim, a política pode cair nas mãos de homens com visão muito estreitada por interesses regionalistas. Num sistema político de dois partidos, há o risco de eleitores em minoria ficarem sem representação, pois o representante eleito pode considerar-se como mandatário, apenas, do partido vencedor.

No caso de haver outros partidos menores e eleitores independentes, a situação pode tornar-se pior; o candidato eleito pode ter recebido apenas uma superioridade numérica, em relação aos outros, que não represente a maioria do eleitorado.

b. Representação Proporcional

Vários métodos de representação proporcional são possíveis. Em todos êles, procura-se assegurar que, pela distribuição dos votos, o número de cadeiras obtidas num legislativo, por um partido ou grupo político, seja tão proporcional quanto possível ao partido ou grupo, como expressão numérica de vontades que a êles adiram.

Existem dois esquemas principais de representação propor-

cional; o voto singular transferível, geralmente chamado sistema Hare, e o sistema de legenda.

O sistema Hare é o preferido nos países de língua inglesa. O eleitor tem direito a um só voto, mas indica, em ordem decrescente, os candidatos de sua preferência. Quando se processa a contagem dos votos, leva-se em conta o primeiro candidato. O candidato que atinge a cota é imediatamente declarado eleito. A cota é determinada dividindo-se o total de votos pelo número total de cadeiras de câmara mais um. Os votos excedentes do candidato eleito são novamente computados e distribuídos segundo as preferências nêles inscritas. Os candidatos que atingem a cota por adição dêstes votos excedentes são igualmente declarados eleitos. Os votos ainda excedentes são tratados da mesma forma e o processo continua até todos os lugares serem preenchidos.

O sistema de legenda, vigente nos países continentais da Europa e no Brasil para a Câmara dos Deputados e outras casas legislativas, emprega a representação proporcional sob uma de duas variantes: a legenda obrigatória ou a legenda livre. Ambas são apresentadas pelo partido político e o eleitor deve votar na legenda partidária. Quando é sistema de legenda obrigatória, o eleitor não se pronuncia sobre o nome de candidatos. É o partido que determina a ordem pela qual os candidatos devem ser eleitos. No sistema de legenda livre, que é o utilizado no Brasil, o eleitor pode indicar as suas preferências na lista de candidatos registrados pelo partido. Neste caso, feita a apuração dos votos e estabelecido o número de cadeiras que a legenda partidária conquistou, os candidatos são declarados eleitos segundo a ordem decrescente do número de votos pessoalmente obtidos.

c. Representação Funcional

O sistema de representação funcional veicula melhor os interesses dos diversos elementos

participantes dos vários setores em que se desdobra a atividade comunitária. Os estudos sobre este sistema de representação discordam muito quanto aos grupos que apontam como merecendo representação específica e quanto ao tipo de relação do parlamento, eleito por este critério, com o legislativo, eleito por outros critérios. A Constituição brasileira de 1934 estabelecia, para a Câmara dos Deputados, ao lado da representação proporcional, um sistema de representação funcional.

(3) Estrutura

A maioria dos Legislativos é bicameral, isto é, são formados por duas casas ou câmaras.

O desdobramento dos órgãos parlamentares em mais de uma câmara refletiu inicialmente as estratificações sociais. A sobrevivência de duas câmaras após o estabelecimento da democracia é devida, em parte, à tradição ou imitação, mas também resulta de outros fatores:

a. o parlamento de duas câmaras é adotado como meio de representar os interesses estaduais, em igualdade de condições, na Câmara Alta e os interesses gerais do país na Câmara Baixa, realizando assim um equilíbrio de possibilidades para os diversos interesses; admite-se, por isso, que o desdobramento em duas câmaras é essencial a um sistema federativo;

b. em alguns países, o bicameralismo é deliberadamente estabelecido para permitir que uma Câmara Alta conservadora controle a legislação elaborada pela Câmara Baixa, a Câmara popular, e evite radicalismos que esta por ventura pretenda concretizar;

c. as duas câmaras ensejam uma elaboração legislativa mais acurada e melhor analisada;

d. existindo duas câmaras, impede-se uma concentração nociva do poder político num único órgão, que poderia, sem controle, tornar-se arbitrário, despótico, ameaçando o convívio com os outros Poderes.

(4) O Papel do Representante

As opiniões divergem em relação às responsabilidades dos representantes perante seus eleitores. Há a possibilidade de considerável variação na posição do representante em relação ao eleitor que o indicou. Para melhor caracterizar a situação, vamos conceituar os dois extremos entre os quais se situam as opiniões e aspirações. Na linguagem comum, existem dois termos que nos podem ajudar. São eles: delegado e representante. "Delegado" caracteriza alguém que foi credenciado por quem já tem opinião formada sobre as questões a serem tratadas, incumbindo-o de representá-lo, de falar, se necessário, e de votar em defesa dos seus pontos de vista. O "Delegado" está, portanto, completamente comprometido com as instruções recebidas e não pode mudá-las por opinião própria. O "Representante" é escolhido como o melhor para a missão e deixado em inteira liberdade para decidir, por conta própria, sobre os vários assuntos que forem focalizados. Esta última posição dá ênfase ao dever do representante de se ocupar mais com os assuntos de interesse nacional do que com os que afetem a área geográfica por onde se elegeu. Entretanto, os dois extremos que os conceitos acima expressam nunca, ou muito raramente, se realizam na prática, pois esta vive mais de aproximações de um ou de outro.

O desenvolvimento dos partidos políticos e a crescente disciplina exercida por eles sobre seus representantes aliam, à responsabilidade perante o eleitor, a que o eleito deve ao partido que o indicou. A "independência" do representante eleito é, assim, um tanto relativa. O eleitor, às vezes, não se limita a dar seu voto; estabelece comunicação com seu representante eleito, apresenta-lhe suas aspirações e leva até ele as ressonâncias, pessoais e da opinião pública, relativas às atividades e gestos do parlamentar.

a. Poder Executivo

Num Estado democrático moderno, o Executivo, além da responsabilidade pela execução da Lei e pela administração em geral, tem ampliado sua influência no que toca à elaboração legislativa.

O Executivo estabelece liderança nas casas legislativas, sugere as grandes linhas da política externa, interna e fiscal, e as mensagens e recomendações do Chefe do Executivo chegam a atingir dimensões de planos nacionais submetidos à aprovação do Legislativo. "Uma das mais patentes e significativas tendências modernas do governo democrático é esta expansão do poder e das responsabilidades legislativas do Executivo e dos órgãos de administração. Apesar dos meios conservadores a considerarem com preocupação, a tendência torna-se cada vez mais forte. Parece ela ainda mais surpreendente, quando nos lembramos do receio e suspeita com que se olhava o Executivo durante o período que se seguiu às revoluções americana e francesa. Era natural que homens, havia pouco libertados da arbitrariedade opressiva do governo monárquico absolutista, considerassem perigoso o Poder Executivo, procurassem limitar sua ação e sujeitar-lhe o exercício a restrições impostas pelos outros órgãos do governo".

A mudança de atitudes que se verifica tem seus fundamentos facilmente identificáveis. Por um lado, patentearam-se bem mais modestas a sabedoria, a competência e a eficiência das assembleias de representantes, do que afirmavam o ideal e a teoria dos entusiastas que levaram a democracia ao governo; "por outro, mais de um século de experiência de um Poder Executivo, eleito pelo povo e por ele controlado, dissipou as primeiras suspeitas e criou um clima de maior confiança. Além disso, o incremento rápido dos problemas e funções dos governos democráticos induziu à transferência de muitos poderes do Legislativo ao Executivo.

A crescente necessidade de uma ação governamental imediata, no campo da política interna e internacional, levou o Legislativo moderno a delegar muito de sua autoridade ao Executivo, autoridade, porém, a ser exercida, via de regra, dentro das orientações e limitações impostas pelo legislador.

Dessa maneira, conclusão adequada que podemos estabelecer é que, modernamente, a tendência que se vai concretizando é a de conferir ao Executivo poderes cada vez maiores.

(1) A Escolha dos Chefes do Executivo na Democracia

Os Chefes do Poder Executivo democrático são escolhidos, direta ou indiretamente, por um dos três métodos seguintes: eleição popular direta, eleição indireta por um colégio eleitoral ou eleição indireta pelo Congresso Nacional.

A eleição popular direta é o método mais democrático de escolha do Chefe do Executivo.

(2) Duração do Mandato do Chefe do Executivo

Existem, geralmente, limitações constitucionais ou costumeiras que restringem a possibilidade de eleição a um ou dois mandatos. Algumas democracias presidenciais, entretanto, permitem que o Chefe do Executivo seja indefinidamente reeleito.

A teoria subjacente às limitações (e ao mandato presidencial de curta duração) pretende que o revezamento na função é desejável e essencialmente democrático, ao passo que a reeleição repetida (como o mandato longo) pode conduzir ao despotismo.

Em sentido oposto, há quem argumente que o povo não deveria ser privado de uma direção capaz e proveitosa por nenhuma limitação arbitrária.

d. O Poder Judiciário

Idéia básica da teoria democrática é a de que o Judiciário deve ser independente. Isto é

interpretado no sentido de que ele deve ser um poder autônomo, em relação aos outros, e que aqueles que têm a responsabilidade de julgar devem ser imparciais e protegidos contra influências políticas ou outras pressões capazes de afetar suas decisões.

(1) Funções do Judiciário

O Poder Judiciário tem como função interpretar e aplicar a lei nos dissídios surgidos entre as pessoas ou entre estas e o Estado.

Nem toda a função de julgar está entregue ao Judiciário. O Executivo, em alguns países, também a exerce em processos administrativos; o Legislativo, por sua vez, é aquinhado, em certos países, com a atribuição de julgar altas autoridades, como Ministros de Estado, etc.

(2) Qualificações e Ingresso na Magistratura

Sabemos que há necessidade absoluta de certas qualidades pessoais para o bom desempenho da função de juiz: honestidade, integridade e imparcialidade.

A coletividade, para bem resguardar os juizes de qualquer pressão no exercício de suas funções, cerca-os de certas garantias que, em geral, são: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

Quanto ao ingresso na carreira de magistrado, três sistemas existem: eleição pelos cidadãos, eleição pelo Parlamento e nomeação pelo Executivo.

O primeiro sistema foi usado na antiga Grécia e, competindo com o sistema de atribuir os julgamentos ao Legislativo, veio pela História até que a função de julgar se tornasse diferenciada e autônoma nas sociedades modernas. Alguns Estados, nos Estados Unidos, ainda praticam esse sistema.

O segundo sistema, que atribui ao Legislativo a designação dos juizes, também usado em alguns Estados da União Americana e na Suíça, apresenta

mais atenuados, inconvenientes semelhantes aos do sistema anterior: os magistrados não têm formação jurídica obrigatória e a justiça fica à mercê das influências políticas e eleitorais.

A maioria dos países adota o terceiro sistema: nomeação pelo Executivo.

No Brasil, este sistema tem dado excelentes resultados. Exige-se formação especializada, só podendo ingressar na magistratura os bacharéis em direito, com as condições de experiência prévia estabelecidas. As promoções são feitas por antiguidade ou por merecimento, apurados pelo próprio Poder Judiciário. A nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal é feita pelo Presidente da República, dependendo de aprovação pelo Senado Federal.

e. A Máquina da Democracia

As instituições que acabamos de apresentar são as que consideramos essenciais a um governo que pretenda propiciar um teor democrático de vida ao povo que se organiza sob ele.

Focalizamos apenas alguns elementos institucionais, de que nem todos os detalhes puderam ser analisados, e tivemos necessidade de omitir outros, como o eleitorado, os partidos políticos, o serviço público atual, etc., pelas limitações que o nosso objetivo impõe.

Esse conjunto de instituições é o que muitos chamam a "máquina da democracia". Todos esses elementos estruturados num Estado, ajustados e funcionando sob intenção honesta, constituem o lastro que enseja a vida democrática.

Com as instituições que estudamos e a análise que a respeito delas realizamos, tivemos a intenção de colocar o problema e alertar os interessados para o que é necessário construir, a fim de que a democracia, como regime de governo, funcione.

f. A Conscientização das Instituições

"Os diferentes Estados diferenciam-se pelos diversos graus em que o propósito consciente

estêve presente na construção de sua maquinaria de governo. Mas mesmo quando esse propósito tenha estado claramente presente nas etapas iniciais de determinada Constituição, a maquinaria passa por modificações constantes, nem sempre conscientemente, durante o funcionamento real, a fim de atender a necessidades práticas imediatas. O que podemos dizer é que em uma democracia está geralmente presente, no subconsciente das criaturas, uma espécie de sensação tanto da necessidade de eficiência no governo como de se tornar possível a participação do povo nas decisões governamentais. A primeira sensação talvez tenha mais probabilidade de se verificar em períodos de emergência, enquanto que a segunda é menos intensa porém mais duradoura." (36)

De qualquer forma, a máquina democrática deve dispor de instituições que acolham e concretizem esses estados de espírito dos homens que a constroem.

3 — Classificação dos regimes ou formas de governo

Realizando o estudo da democracia como regime de governo, torna-se necessário tecermos algumas considerações sobre a possibilidade de traçar-se um quadro geral dos regimes que nos permita classificá-los sob critérios apropriados.

Já apresentamos classificações de formas de governo propostas por gregos na Antiguidade e por Montesquieu. Tanto relativamente a elas, como em relação ao que os Estados modernos autorizam afirmar, verifica-se que a vida política não nos oferece forma de governo

(36) A. C. Field, op. cit., pág. 158.

absolutamente simples e pura; cada uma delas contém traços das outras, concretiza-se sempre como forma mista, que constitui apenas aproximação do tipo ideal que os esquemas das classificações estabelecem.

a. Uma classificação moderna

Nos tempos modernos, as classificações têm-se multiplicado. "Bluntschili estende-se sobre o assunto e acrescenta uma quarta forma à classificação de Aristóteles, a teocracia, regime em que, como entre os hebreus e os egípcios, o poder em teoria é exercido por Deus. A forma corrupta da teocracia é a clero-cracia, em que o clero governa no interesse próprio.

A ciência política, pela observação da realidade da vida jurídica e política dos Estados, costuma distinguir, nos tipos clássicos de governo, modalidades de inegável interesse. Assim, há diversas espécies de monarquias, de repúblicas e de democracias. De outro lado, o governo, o poder, deve ser encarado sob outros aspectos ainda, além da sua finalidade e do número dos que o exercem. Não são distinções puramente teóricas, mas de interesse prático para aprender realmente a natureza e a estrutura dos Estados. Laun, professor da Universidade de Hamburgo, em seu livro "LA DEMOCRATIE, essai sociologique, juridique, politique et moral" (Paris, 1933), analisando a origem, a organização e o exercício do poder, fornece as bases de uma classificação que permite distinguir quase todas as formas de governo sob aqueles aspectos. Podemos, interpretando e aplicando a lição do eminente escritor, chegar à seguinte classificação de governos, quanto à origem, à organização e ao exercício:

Quanto à origem	{	governos democráticos ou populares	
		governos de dominação	
Quanto à organização	{	governos de fato	
		governos de direito	
		{	hereditariedade
			eleição
Quanto ao exercício	{	absolutos	
		constitucionais	

São governos democráticos ou populares aqueles em que o poder emana do povo, isto é, em que o povo é quem governa, quer diretamente, como acontece nos pequenos Estados gregos, quer indiretamente, por meio de representantes, como acontece nos Estados modernos. É um assunto que examinaremos melhor ao tratar da democracia em espécie. Desde que, como proclamavam as doutrinas da origem popular do poder, sejam os cidadãos os que legalmente têm a faculdade de organizar e dirigir o Estado, há um governo democrático. (37)

(37) Os conceitos marxistas são apresentados nos dois verbetes abaixo, retirados do Pequeno Dicionário Filosófico, publicado pela Editora do Estado, Moscou:

“DEMOCRACIA (Literalmente: poder do povo) — Regime político em que o poder pertence ao povo. A democracia sempre tem um caráter de classe e outra coisa não é senão a forma política da ditadura das classes dominantes.

Na sociedade capitalista, a democracia representa a forma de domínio de classe da burguesia, sob cuja vigência se declara a igualdade dos cidadãos perante a lei, proclamam-se os direitos da personalidade e as liberdades democráticas: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, etc. Não obstante, essas liberdades têm um caráter limitado, porque não pode haver igualdade verdadeira entre os exploradores e os explorados, entre os capitalistas e os operários. O aparato estatal da democracia burguesa defende os interesses dos proprietários, que se valem de mil estratégias para afastar os trabalhadores da participação nas funções diretivas e dificultar o seu acesso ao órgão representativo superior do estado burguês: o parlamento.

A implantação da democracia burguesa, apesar do seu caráter limitado, teve um significado progressista, porque levou à liquidação do regime de servidão e contribuiu para o desenvolvimento das forças produtivas.

A medida em que o capitalismo se desenvolve, a burguesia, enraizada no poder, renuncia às conquistas democráticas da revolução burguesa e converte-se em uma força que freia o progresso ulterior da sociedade.

Os governos de dominação são os em que, juridicamente, o poder não pertence ao povo, ou porque uma entidade sobrenatural o exerce, como nas teocracias, ou porque o indivíduo ou indivíduos que o exercem pretendem tê-lo conquistado, adquirido definitivamente, ou recebido de Deus, como queriam as doutrinas do Direito divino sobrenatural. Desde que o povo, juridicamente, não tem direito de dirigir o Estado, o governo é de dominação, é uma autocracia. Os governantes não são representantes do povo, governam por direito próprio.

Na etapa do imperialismo, na superestrutura da sociedade capitalista, dá-se uma reviravolta da democracia para a reação política. A burguesia empreende a ofensiva contra os direitos democráticos dos trabalhadores. Contudo, essa política dos imperialistas é combatida pelo proletariado dos países capitalistas, liderado pelos Partidos Comunistas e Operários. A luta pela democracia é a escola na qual se educam a consciência e a unidade do proletariado e a sua maturidade política. Lenine dizia que, se a classe operária não se educar na luta pela democracia, não será capaz de realizar a revolução econômica, de tomar em suas mãos o poder estatal. Nas condições atuais, em consequência das grandes mudanças a favor do socialismo, em uma série de países capitalistas, a classe operária, que lidera o campesinato trabalhador e todas as forças patrióticas, tem a possibilidade de conquistar a maioria sólida no parlamento e transformá-lo, de órgão da democracia burguesa, em instrumento da autêntica vontade popular.

Um tipo novo, historicamente superior de democracia, é a democracia proletária socialista. A ditadura do proletariado, que constitui o conteúdo político fundamental do período de transição do capitalismo para o socialismo, é, em sua essência, o poder do povo, para o povo e no interesse do povo. Ao exercer a direção estatal da sociedade, a classe operária e o seu Partido Comunista atraem todos os trabalhadores para a direção do Estado, criam as condições para o desenvolvimento da iniciativa econômica e política das massas, em prol da construção do socialismo e do comunismo.

Quanto à organização do poder, isto é, quanto ao modo pelo qual os governantes se investem ou são designados, os governos são de fato se a ocupação dos postos dirigentes supremos se fez pela força, por uma revolução ou golpe de Estado. Desde que o governante ou os governantes assumiram o poder não pelos meios legais e normais, prescritos pela Constituição do Estado, e sim por meios anormais, são governos de fato, e isso tanto se pode dar nas monarquias como nas democracias.

No Estado Socialista, as massas populares, no seu sentido mais amplo, participam diretamente da resolução dos assuntos estatais mediante o sistema dos órgãos de trabalho representativos do poder. O aparato do Estado Socialista constrói-se de acordo com o princípio do centralismo democrático. Os órgãos do Poder Executivo são responsáveis perante os órgãos eletivos correspondentes; o controle, pelas massas, da atividade do aparato estatal é também assegurado pelo caráter eletivo dos juizes e assessores populares, por sua responsabilidade perante os eleitores...

“DEMOCRACIA POPULAR - Forma de organização política da sociedade, cujo conteúdo, de acordo com as condições históricas concretas, é ou a ditadura do proletariado e do campesinato ou a ditadura do proletariado. O regime da democracia popular surgiu em uma série de países da Europa e da Ásia, como resultado da fusão da luta nacional libertadora contra o fascismo hitleriano e o militarismo japonês com a luta revolucionária dos trabalhadores. Os povos desses países aproveitaram a derrota das forças agressoras, para sacudir o jugo dos capitalistas e dos proprietários de terras.

A força motriz e dirigente da revolução democrática popular foi o proletariado que, sob a direção dos partidos comunistas e operários, atraiu para a luta o campesinato, a intelectualidade de vanguarda e as camadas patrióticas da burguesia pequena e média. A base da ampla frente de luta pela democracia popular foi a sólida aliança do proletariado com o campesino, que, no curso da revolução, se ampliava e fortalecia constantemente...”

Há momentos de crise, em que as circunstâncias excepcionais não permitem obedecer aos trâmites legais que regulam o provimento das funções de governo, ou em que o próprio povo em revolta destitui do cargo os governantes e empossa outros pela força. Esses episódios são comuns na vida de todas as nações, e as leis não podem prevêê-los nem evitá-los. A tendência natural dos governos de fato é tornarem-se governos de direito, consolidarem-se, serem reconhecidos pelos demais Estados, e restabelecerem a ordem e a normalidade na vida jurídica e política.

A organização dos governos de direito, daqueles em que a substituição se fez normalmente, pode ser por hereditariedade, como acontece nas monarquias, ou por eleição, como se dá nas democracias. Nas democracias gregas, a designação dos governantes para as funções públicas era geralmente por sorteio. Desde que o governante assume o cargo de acordo com o que prescreve a Constituição do Estado, é governo de direito, pouco importando que o processo legal seja a hereditariedade, a eleição, o sorteio ou qualquer outro que se inventasse.

A última parte da classificação trata do exercício do poder. Dizem-se absolutos os governos que não obedecem a nenhuma Constituição, a nenhuma norma jurídica, e constitucionais os que exercem o poder de acordo com uma Constituição ou leis estabelecidas.

Na acepção rigorosa do termo, não há governos absolutos, pois todos, mesmo na ausência de uma Constituição, são limitados pela tradição, pelo dever moral ou religioso, pelo interesse mesmo em não provocar a revolta. Talvez só os Estados bárbaros, e isso mesmo em períodos excepcionais, conhecessem governos que se dirigissem apenas pela própria vontade ou capricho. Em sentido restrito, denominam-se absolutos os governos dos Estados que não possuem uma Constituição, um cor-

po de normas legais regulando a ação da autoridade.

Não se deve confundir governo absoluto com o despotismo ou a tirania. Estes são governos maus por definição, os que, como dizia Aristóteles, não governam para o interesse geral e sim para o interesse próprio. Um governo absoluto pode ser um governo bom, tolerante e até liberal, desde que isso permita o caráter do governante. Ainda mais; não seria absurdo um governo absoluto e democrático, pois nada impede que o povo ou a maioria escolha ou eleja um chefe para governar o Estado sem qualquer Constituição ou limitação legal". (38)

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO

O estudo que fizemos mostra que, dos três aspectos da democracia que aqui nos preocupam, dois já estão com sua elaboração suficientemente avançada para garantir aos termos em que aqui os propusemos certa perenidade; o terceiro está ainda em elaboração, a democracia como regime de governo chegou até nós sem se ter podido concretizar em teor sincronizado com os ideais das sucessivas épocas, e o que possuímos, para a nossa também já está atrasado em relação ao que necessitamos como possibilidades de soluções.

A tragédia da democracia tem sido vivida justamente no cenário das formas de governo. Estas, até hoje, nunca deram a determinada época ou geração o que o estado de espírito ou a filosofia de vida de seus homens pediram.

Para nós mesmos, desta geração, nem olhando para as democracias mais adiantadas, os ideais sentem-se correspondidos.

Mais uma vez, pelos desenvolvimentos que um novo estágio de civilização proporciona e pela

novidade das relações que enseja, uma revisão geral de valores se faz necessária e se vai realizando sob as necessidades que a cada um se vão deparando de viver sua vida, fazer suas opções, estabelecer suas prioridades, enfim, organizar a sua escala de valores. A coincidência em certas escolhas acarreta para o valor que elas selecionam a consagração do grupo. Assim, no âmbito social, uma nova escala de valores vai sendo experimentada e explicada.

Em tudo isso, que incidências sofrerão os aspectos que aqui estudamos?

Já afirmamos que julgamos a filosofia de vida e o estado de espírito do democrata suficientemente amadurecidos, ajustados ao homem moderno e consagrados, pelo estilo de vida que a civilização propiciará, para poderem aspirar a uma estabilidade conceitual.

O mesmo não se dá com a democracia como forma de governo. Esta, é um conceito ainda em elaboração e certamente atingido pela perplexidade em que a humanidade se debate, em face da necessidade de disciplinar normas de vida inteiramente novas e em constante e rápida evolução proporcionada pelas conquistas materiais do homem.

Não é por acaso que as maiores preocupações da filosofia contemporânea se situam no âmbito da Ética; nem foi por acaso, também, que Sócrates, o moralista do "Conhece-te a ti mesmo", viveu na grande crise da Grécia Antiga.

O homem tem que dominar os acontecimentos ou as forças que o seu poder desencadeia voltar-se-ão contra ele.

Escritores e filósofos, buscando soluções, perscrutam todos os dados e vaticinam sobre as próximas etapas que serão vividas.

Há certa concordância em apontar algumas tendências que a caudal democrática vai assumindo e em cujo leito por certo fluirão as soluções do futuro.

(38) Darcy Azambuja, "Teoria Geral do Estado", Editora Globo, 1962, págs. 232 a 235.

Uma tendência é a de não conceber a democracia como sendo unicamente política, demandando-se ao Estado a intervenção em matéria econômica, pois não pode haver liberdade política sem segurança econômica. "Ao lado dos direitos individuais, a democracia deve assegurar os direitos sociais; não somente deve defender o direito do homem à vida e à liberdade, mas também à saúde, à educação, ao trabalho, e daí, nos Estados Modernos, a abundante legislação social".

Outra tendência é de a democracia não ser mais individualista, como no fim do século passado e início deste, mas reconhecer a existência de grupos sociais a que o indivíduo pertence, estimular e proteger essas associações e dar-lhes, até, participação na formação do poder. Aqui, entretanto, é necessário guardar-se das tendências extremistas, que pretendem fazer desaparecer o indivíduo nos grupos ou na sociedade inteira.

O indivíduo tem um destino a cumprir e o direito de realizar-se; isso somente pode ser atingido em sociedade, e a sociedade tem por fim, exatamente, criar as condições propícias para que o destino de cada um se cumpra.

O homem não é, pois, um meio de que a sociedade ou o Estado se possam servir para fins de que ele se encontre divorciado; a sociedade, o Estado e os outros grupos sociais é que são meios para o homem atingir o pleno desenvolvimento de suas aptidões e ambientes em que ele aplica seus esforços para realizar-se.

A democracia tende, pelo que vemos, a expandir os esquemas de atuação que propõe, a fim de atingir, além do político, também os aspectos econômicos e sociais da convivência humana.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — C. C. Rodee, T. J. Anderson e C. Q. Christol: Introdução à Ciência Política — 2 vols — Editôra Agir — 1959.
- 2 — A. D. Lindsay: O Estado Democrático Moderno — Zahar Editôres, 1964.
- 3 — Edmond Cahn: O impasse do Democrata — Edição Ibrasa, 1963.
- 4 — Jacques Maritain: Cristianismo e Democracia — Editôra Agir, 1957.
- 5 — G. C. Field: Teoria Política — Zahar Editôres — 1959.
- 6 — K. R. Popper: A Sociedade Democrática e Seus Inimigos — Editôra Itatiaia, 1959.
- 7 — Platão: Diálogos — 2 volumes — Editôra Globo, 1945 e 1955.
- 8 — Platão: La République — 3 vols. — Collection des Universités de France — Paris, 1947.
- 9 — R. Kraus: Sócrates — Editôra Vecchi, 1960.
- 10 — D. Hume — Ensaios Políticos — Edição Ibrasa, 1963.
- 11 — Academia de Ciências da URSS — Instituto de Economia — Manual de Economia Política — Editorial Vitória, 1961.
- 12 — M. Rosental e P. Iudin: Pequeno Dicionário Filosófico — Editôra Política do Estado, Moscou, 1959. Publicado no Brasil pela Livraria Exposição do Livro, sem data.
- 13 — A. Politzer: Princípios Fundamentais de Filosofia — Editôra Fulgor — 1962.
- 14 — T. Zielinski: Histoire de la Civilisation Antique — Payot, Paris, 1931.
- 15 — J. Hatzfeld: Histoire de la Grèce Ancienne — Payot, Paris, 1931.
- 16 — Montesquieu: De l'Esprit des Lois — Garnier Frères, Paris, sem data.
- 17 — J. J. Chevallier: As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias — Editôra Agir, 1957.
- 18 — Darcy Azambuja: Teoria Geral do Estado — Editôra Globo, 1962.

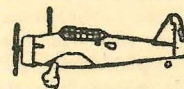
NOVA TURMA...

(Conclusão da pág. 33)

firmeza de ação e doçura no trato com os subordinados — seja impecável, quer no interior de nossas Unidades, quer no meio civil, quando em cada um de vós será vista a própria Corporação a que pertencemos.

Aspirantes, ides para vossas Unidades, onde esperamos todos obter de vossos trabalhos uma parcela mais nos esforços que todos nós despendemos em prol da Fôrça Aérea Brasileira.

É em nome dessa mesma Fôrça Aérea Brasileira, que tanto de vós espera, que vos apresento os votos de boas-vindas, augurando-vos pleno êxito na carreira que ora iniciais."



NOTÍCIAS DA AER...

(Conclusão da pág. 39)

É-me grato ainda consignar que a presente efeméride coincide, no IV Centenário da antiga capital do País, com o dia dedicado, no calendário católico, à festa de São Sebastião, padroeiro desta cidade.

Confiantes no futuro reverenciamos a memória dos valorosos camaradas que consagraram a vida ao dever militar e à honra do Brasil. E estamos certos de que a nossa Fôrça, solidária com as demais instituições armadas, e obediente à autoridade do benemérito Presidente Castelo Branco, não faltará em nenhum instante à consciência de suas responsabilidades perante a Nação.



Não há razão para isto!

Pontualidade é lema na Sadia. Não vemos motivo para atrasos... adiamentos... cancelamentos... Em aviação, até os "imprevistos" precisam ser previstos. Prova de que estamos certos é a crescente procura por nossos serviços. E é em retribuição a essa preferência que aumentamos a frequência de nossos vôos — agora, diários — e inauguramos uma loja de passagens no centro. Novas facilidades para V. voar pela Sadia. Quando teremos o prazer de sua visita?

NOVA LOJA DE PASSAGENS

R. Basílio da Gama, 52 (trav. da Praça da República) Tels. 35-6444 e 37-3301

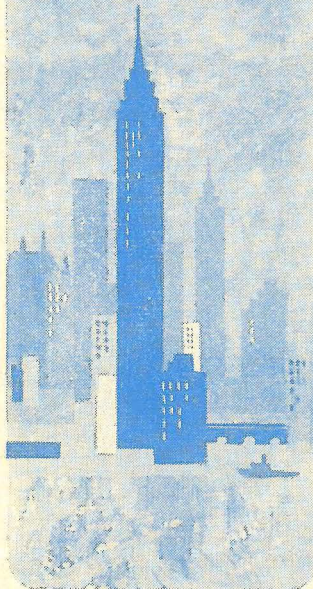
Sadia TRANSPORTES AÉREOS

4.^{as} feiras

6.^{as} feiras

Domingos

AGORA TAMBÉM
às 2.^{as} feiras



MAIS UM VÔO SEMANAL PARA NEW YORK

NO **BOEING 707** DA **VARIG** AGORA VIA RECIFE, BELÉM E S. DOMINGO

É mais um vôo com o BOEING 707 para New York! Você escolhe o dia e a hora: Direto — sem escalas. Ou, agora, com maravilhosos “stopovers” em Recife, Belém e Santo Domingo. E sem conexões, isto é, sempre no mesmo avião, com o mesmo conforto e o mesmo requinte no serviço de bordo... e a tradicional cortesia VARIG.

Consulte seu Agente I.A.T.A. de Viagens ou a

VARIG

“O QUARTO VÔO SEMANAL DA VARIG A NEW YORK; O OITAVO VÔO SEMANAL DA VARIG AOS EEUU”

COOPERE COM O ESFÓRÇO DO GOVÊRNO POUPANDO DIVISAS. VIAJE PARA O EXTERIOR PELA VARIG — A PIONEIRA.